



Cadernos do IUM



I GUERRA MUNDIAL: DAS TRINCHEIRAS AO REGRESSO

Coordenadores:

TCor Eng Leonel José Mendes Martins

Maj Inf Fernando César de Oliveira Ribeiro



Abril 2017

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

**I GUERRA MUNDIAL:
DAS TRINCHEIRAS AO REGRESSO**

Coordenadores: TCor Eng Leonel José Mendes Martins
Maj Inf Fernando César de Oliveira Ribeiro

IUM – Centro de Investigação e Desenvolvimento (CIDIUM)
Abril 2017

Os **Cadernos do IUM** têm como principal objetivo divulgar os resultados da investigação desenvolvida no/sob a égide IUM, autonomamente ou em parcerias, que não tenha dimensão para ser publicada em livro. A sua publicação não deverá ter uma periodicidade definida. Contudo, deverão ser publicados, pelo menos, seis números anualmente. Os temas devem estar em consonância com as linhas de investigação prioritárias do CID/IUM. Devem ser publicados em papel e eletronicamente no sítio do IUM. Consideram-se como objeto de publicação pelos Cadernos do IUM:

- Trabalhos de investigação dos investigadores do CID/IUM ou de outros investigadores nacionais ou estrangeiros;
- Trabalhos de investigação individual ou de grupo de reconhecida qualidade, efetuados pelos discentes, em particular pelos do CEMC e pelos auditores do CPOG que tenham sido indicados para publicação e que se enquadrem no âmbito das Ciências Militares, da Segurança e Defesa Nacional e Internacional;
- *Papers*, ensaios e artigos de reflexão produzidos pelos docentes;
- Comunicações de investigadores do IUM efetuadas em eventos científicos (e.g., seminários, conferências, *workshops*, painéis, mesas redondas), de âmbito nacional ou internacional, em Portugal ou no estrangeiro.

N.^{os} Publicados:

1 - Comportamento Humano em Contexto Militar

Subsídio para um Referencial de Competências destinado ao Exercício da Liderança no Contexto das Forças Armadas Portuguesas: Utilização de um “Projeto STAfS” para a configuração do constructo

Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos

2 - Entre a República e a Grande Guerra: Breves abordagens às instituições militares portuguesas

Coordenador: Major de Infantaria Carlos Afonso

3 - A Abertura da Rota do Ártico (*Northern Passage*). Implicações políticas, diplomáticas e comerciais

Coronel Tirocinado Eduardo Manuel Braga da Cruz Mendes Ferrão

4 - O Conflito da Síria: as Dinâmicas de Globalização, Diplomacia e Segurança (Comunicações no Âmbito da Conferência Final do I Curso de Pós Graduação e, Globalização Diplomacia e Segurança)

Coordenadores: Tenente-Coronel Rui Vieira
Professora Doutora Teresa Rodrigues

- 5 - Os Novos Desafios de Segurança do Norte de África
Coronel Tirocinado Francisco Xavier Ferreira de Sousa
- 6 - Liderança Estratégica e Pensamento Estratégico
Capitão-de-mar-e-guerra Valentim José Pires Antunes Rodrigues
- 7 - Análise Geopolítica e Geoestratégica da Ucrânia
Coordenadores: Tenente-Coronel Leonel Mendes Martins
Tenente-Coronel António Luís Beja Eugénio
- 8 – Orientações Metodológicas para a elaboração de Trabalhos de Investigação
Coordenadores: Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
Tenente-Coronel Técnico de Manutenção de Material Aéreo Joaquim Vale Lima
- 9 - A Campanha Militar Terrestre no Teatro de Operações de Angola. Estudo da Aplicação da Força por Funções de Combate
Coordenadores: Coronel Tirocinado José Luís de Sousa Dias Gonçalves
Tenente-Coronel de Infantaria José Manuel Figueiredo Moreira
- 10 - O Fenómeno dos “*Green-on-Blue Attacks*”. “*Insider Threats*” – Das Causas à Contenção
Major de Artilharia Nelson José Mendes Rêgo
- 11 – Os Pensadores Militares
Coordenadores: Tenente-Coronel Engenheiro Leonel José Mendes Martins
Major de Infantaria Carlos Filipe Lobão Dias Afonso
- 12 – *English for Specific Purposes* no Instituto Universitário Militar
Capitão-tenente ST Eling Estela do Carmo Fortunato Magalhães Parreira

Diretor

Vice-almirante Edgar Marcos de Bastos Ribeiro

Editor-chefe

Major-General Jorge Filipe Marques Moniz Côrte-Real Andrade (Doutor)

Coordenador Editorial

Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos (Mestre)

Núcleo Editorial

Capitão-de-mar-e-guerra SEF Carlos Alberto dos Santos Madureira
Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada (Doutora)

Design Gráfico

Tenente-Coronel Técnico de Informática Rui José da Silva Grilo

Secretariado

Alferes RC Pedro Miguel Januário Botelho

Propriedade

Instituto Universitário Militar
Rua de Pedrouços, 1449-027 Lisboa
Tel.: 213 002 100
Fax.: 213 002 162
E-mail: cidium@ium.pt
www.iesm.pt/cisdi/publicacoes

Pré-Impressão e Distribuição

Fronteira do Caos Editores
Rua Diogo Cão, 1242 r/c Esq
4200-259 Porto
Tel.: 225 025 005
E-mail: fronteirado caos@netcabo.pt
www.frenteirado caoseditores.pt

ISBN 978-989-99755-2-1
ISSN 2183-2129
Depósito Legal
Tiragem 100 exemplares

© Instituto Universitário Militar, abril, 2017.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

INTRODUÇÃO	1
Tenente-Coronel de Engenharia Leonel José Mendes Martins	
A REPARTIÇÃO DE OPERAÇÕES DO QUARTEL-GENERAL E O DESEMPENHO OPERACIONAL DO CORPO EXPEDICIONÁRIO PORTUGUÊS	7
Major de Artilharia Sérgio Manuel Oliveira da Rocha	
A INTEGRAÇÃO NUMA ALIANÇA COMO FATOR DEFINIDOR DA ORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS NO PERÍODO PÓS PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL	39
Major de Infantaria José Edgar Ferreira Rainho de Carvalho	
PRISIONEIRO DE GUERRA PORTUGUESES NO QUADRO DA GRANDE GUERRA	65
Major de Infantaria João Nuno Saraiva Mota de Albuquerque	
OPERAÇÕES MILITARES CONTRA A MONARQUIA DO NORTE EM 1919	101
Major de Transmissões Luís Alves Batista	

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

IGM	Primeira Guerra Mundial
Adm	Administrativo
CAMM	Comissão de Assistência aos Militares Mobilizados
CCFO	Comando em Chefe das Forças em Operações
CEL	Campo Entrincheirado de Lisboa
CEMC	Curso de Estado-Maior Conjunto
CEME	Chefe do Estado-Maior do Exército
CEP	Corpo Expedicionário Português
CER	Comissão de Estudos de Reorganização
CMP	Cruzada das Mulheres Portuguezas
CPPGP	Comissão Protetora dos Prisioneiros de Guerra Portugueses
DM	Destacamento Misto
EM	Estado-Maior
EME	Estado-Maior do Exército
EMP	Exército Metropolitano Português
ETE	Estações Testas de Etapas
FFAA	Forças Armadas
GG	Grande Guerra
GM	Governo Militar
GNR	Guarda Nacional Republicana
IUM	Instituto Universitário Militar
ISAE	Inspeção Superior da Administração do Exército
MG	Ministério da Guerra
MMB	Missão Militar Britânica
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros/Ministro dos Negócios Estrangeiros
PD	Partido Democrático
PE	Partido Evolucionista
PG	Prisioneiro de Guerra
PSP	Partido Socialista Português
QG	Quartel-General
QMG	Quartel-Mestre General
RA	Regimento de Artilharia
RC	Regimento de Cavalaria
RI	Regimento de Infantaria

RM	Região Militar
RO	Repartição de Operações
SPCV	Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha
SPG	Serviço de Prisioneiros de Guerra
Svc	Serviço
TFC	Trabalho Final de Curso
TO	Teatro de Operações
TVP	Triângulo Vermelho Português
YMCA	<i>Young Men's Christian Association</i>

INTRODUÇÃO

Leonel José Mendes Martins

Tenente-Coronel de Engenharia
Docente da Área de Ensino de Estratégia
Instituto Universitário Militar
1449-027 Lisboa, Portugal
martins.ljm@gmail.com

A *Ilustração Portuguesa*, na sua edição n.º 537 de 5 de junho de 1916, referia na página 650:

“Os sucessivos desastres, desastres tremendos, que os alemães teem sofrido em Verdun teem causado uma impressão desanimadora nas fileiras dos exercitos centraes. Os seus boletins officiaes sobre o resultado dos combates que ahi se veem travando são exagerados de uma maneira espantosa. Não vacilam em afirmar que tomaram esta ou aquela posição quando não passou de tentativas infrutíferas o conquista-la. Posições que os francezes perderam, mas não tardaram a reaver a troco de assaltos de prodigiosa valentia, continuam a ser registadas como estando em poder dos alemães!”

Em junho de 2016, decorridos 100 anos destes acontecimentos, alguns discentes do Curso de Estado-Maior Conjunto (CEMC), do Instituto Universitário Militar (IUM), apresentaram os seus trabalhos relativos à participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial. Investigaram as condições em que os militares portugueses se viram envolvidos e as soluções que foram encontradas para sobreviver a esse período terrível na História de Portugal. A preparação e o envolvimento português, no ano de 1916, foram ganhando forma com os olhos “postos” naquilo que ia acontecendo em França, conforme relata a *Ilustração Portuguesa*.

A Batalha de Verdun marcou o ano de 1916 na frente ocidental. No início desse ano, mantinha-se o impasse das trincheiras. Os britânicos, os franceses e os alemães pensaram que o uso adequado da artilharia seria a chave para resolver a guerra na frente ocidental. Os bombardeamentos sobre as linhas defensivas alemãs seriam suficientes para abrir uma brecha e permitir algum resultado decisivo na frente. O Chefe do Estado-Maior alemão, o general Erich von Falkenhayn, por outro lado, procurou tirar vantagem disso, crendo que o emprego da sua artilharia podia vencer uma batalha prolongada de atrição.

O general Joseph Joffre há muito que tinha aceitado a atrição como uma estratégia para vencer a guerra. A partir do momento em que havia mais soldados aliados do que alemães, se ambos os lados perdessem homens numa razão equivalente, os aliados supostamente iriam vencer. A frieza deste cálculo foi patente na Batalha de Verdun. É este mesmo cálculo que esteve na base do pensamento alemão para empreender esta ofensiva. A Batalha de Verdun teve por objetivo o desgaste das forças francesas pela flagelação prolongada das suas posições, por forma a provocar muitas baixas e obrigar a um empenhamento maior de unidades francesas, incluindo as suas unidades em reserva. Assistiu-se a uma batalha que trocava material alemão por soldados franceses. Os prolongados fogos da artilharia alemã, com uma chuva praticamente constante de granadas a caírem sobre as posições francesas transformariam a região num campo de morte. A estimativa alemã de muitas baixas francesas e uma ideia de que a França iria defender esta região até ao último homem não tiveram reflexo no desenrolar da batalha. Isto deveu-se à ação do general Philippe Pétain. Os franceses também tinham do seu lado muitos meios de artilharia. A batalha durou sem uma clara decisão e com diferenças nítidas no apoio logístico de cada um dos lados. Os alemães estavam longe dos seus terminais ferroviários e os franceses puderam rodar as suas divisões da frente, contrariando a ideia inicial de Falkenhayn, de que iria empenhar as divisões francesas em reserva. Em junho de 1916, os alemães atingiam o limite do seu avanço em Verdun. No mês seguinte as forças britânicas e francesas lançavam a ofensiva na região do Somme para romperem as linhas alemãs. A situação em Verdun só terminou em dezembro de 1916, com os franceses a manterem o controlo da região.

Após 100 anos, cabe-nos recordar os momentos daqueles que tombaram e sobreviveram nos campos de batalha da Primeira Guerra Mundial. A propaganda dos feitos assinaláveis no campo de batalha como os elevados números de baixas que essa propaganda era incapaz de esconder, chegava a Portugal, como algo ainda distante, mas cada vez mais próximo. E o ano de 1916 trouxe a declaração de guerra da Alemanha a Portugal, ao que se seguiu a decisão de participar no teatro de operações europeu com uma força expedicionária. Constituiu-se o Corpo Expedicionário Português (CEP) que teve as suas primeiras manobras militares na região de Vila Nova da Barquinha e Constância, no que ficou conhecido como o “Milagre de Tancos”.

O CEP foi projetado para a Flandres no início de 1917 e começou a ocupar, de forma gradual, a sua posição na linha da frente em abril. O CEP foi adaptado na sua organização para melhor incorporar a estrutura britânica, da qual dependia hierarquicamente, e constituiu-se numa unidade de escalão Corpo de Exército. A sua grande prova de fogo aconteceu em 9 de

abril de 1918, na Batalha do Lys. Os alemães lançaram a suas ofensivas da primavera de 1918, ou as ofensivas de Ludendorff como também ficaram conhecidas, adotando o nome do então Chefe do Estado-Maior alemão, o general Erich Ludendorff. As forças alemãs penetraram no dispositivo aliado provocando não só um elevado número de baixas nos portugueses, mas também, a captura dum elevado número de prisioneiros de guerra pelos alemães. Estes militares sofreram as amarguras dos campos de prisioneiros e a sua dor foi aliviada pelas diversas organizações humanitárias que com abnegação cuidaram do seu socorro. Seguiu-se o regresso à Pátria, onde um país timidamente envergonhado com a participação dos militares portugueses não soube recebê-los condignamente. A moral enfraquecida e a revolta instalada no seio dos militares alimentaram um sentimento de ódio que trouxe mais instabilidade à já débil situação política portuguesa, levando alguns destes homens a ter de voltar a pegar em armas.

Esta análise da participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial foi amplamente conseguida na apresentação do Trabalho Final de Curso (TFC) do Curso de Estado-Maior Conjunto, do Instituto Universitário Militar. Em junho de 2016 quatro discentes daquele curso apresentaram e defenderam trabalhos que foram desde o planeamento das operações do CEP até ao regresso a Portugal dos militares portugueses, constituindo um valioso contributo para o conhecimento da História Militar de Portugal, da participação portuguesa na guerra e particularmente na Frente Ocidental. Este contributo não podia deixar de ser considerado naquilo que tem sido apanágio das comemorações do centenário da Primeira Guerra Mundial, como a memória dos feitos portugueses e a sua análise e investigação.

O CEMC tem por finalidade qualificar oficiais superiores das Forças Armadas para o desempenho de funções ao nível operacional e estratégico, em estados-maiores conjuntos nacionais e internacionais, nas estruturas superiores das Forças Armadas e da Defesa Nacional, e em organizações nacionais e internacionais.

O CEMC é dirigido primariamente aos oficiais superiores das Forças Armadas que demonstrem possuir elevado potencial, comprovado no desempenho de funções ou cargos, ao longo da carreira. O curso tem sido também frequentado por oficiais da Guarda Nacional Republicana (GNR) e por oficiais de Países Amigos e Aliados, de postos similares. O curso prolonga-se por um ano letivo e termina com a apresentação e defesa de um Trabalho Final de Curso. Os objetivos gerais do TFC são conhecer, compreender e aplicar métodos e técnicas de investigação e analisar, sintetizar e julgar o valor de conhecimentos especializados sobre questões complexas, que sus-

tentem a capacidade de reflexão original e/ou de investigação. Constituem objetivos específicos do TFC os seguintes:

- Distinguir e identificar os princípios e os conceitos associados ao método científico; identificar e distinguir as diferentes estratégias de investigação e desenhos de pesquisa (research design); identificar os aspetos formais associados à elaboração do trabalho de investigação individual;
- Identificar as fases de um percurso de investigação e os procedimentos relativos à construção de um plano de trabalho ou projeto de investigação; distinguir e identificar as diversas técnicas de recolha e de tratamento de dados;
- Aplicar técnicas de recolha e de tratamento de dados e analisar e julgar o valor de dados e informações relativas a uma dada área do saber, em ordem a integrar e estruturar conhecimentos que permitam o desenvolvimento de soluções ou aplicações originais, em contexto de investigação.

Os TFC apresentados constituem os quatro capítulos deste livro e versaram os seguintes temas:

A REPARTIÇÃO DE OPERAÇÕES DO QUARTEL-GENERAL E O DESEMPENHO OPERACIONAL DO CORPO EXPEDICIONÁRIO PORTUGUÊS, da autoria do Major de Artilharia Sérgio Manuel Oliveira da Rocha.

A Repartição de Operações do QG do CEP teve a seu cargo o planeamento e coordenação da atividade operacional do contingente português, integrado no dispositivo britânico. Pretendeu-se compreender a atuação desta repartição de estado-maior e o seu reflexo operacional durante a participação militar portuguesa no Teatro de Operações Ocidental.

A INTEGRAÇÃO NUMA ALIANÇA COMO FATOR DEFINIDOR DA ORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS NO PERÍODO PÓS PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL, da autoria do Major de Infantaria José Edgar Ferreira Rainho de Carvalho.

Entre a Guerra Peninsular e a Primeira Guerra Mundial decorreu um século em que no Exército Português se seguiu um conceito de operação em autonomia, que não era alheio aos paradigmas vigentes na época. No entanto, a Grande Guerra veio, uma vez mais, levar a que o Exército tivesse de se adaptar a uma doutrina de referência e criasse condições para a interoperabilidade com exércitos aliados (especialmente evidente no caso do Exército Britânico). Pretendeu-se analisar as adaptações ao nível da geração e estruturação das forças terrestres portuguesas, as causas e consequências, no período pós-guerra, à luz do novo paradigma de interoperabilidade.

PRISIONEIRO DE GUERRA PORTUGUESE NO QUADRO DA GRANDE GUERRA, da autoria do Major de Infantaria João Nuno Saraiva Mota de Albuquerque.

Durante a Primeira Guerra Mundial, centenas de combatentes portugueses acabaram por ser capturados e mantidos em instalações alemãs para prisioneiros de guerra, quer nos Teatros Africanos, quer no Teatro de Operações europeu. Em 1918 foi criada a Comissão Protetora dos Prisioneiros de Guerra Portugueses, com a intenção de permitir condições de subsistência aos militares em campos de prisioneiros alemães. A Comissão desenvolveu ações diretas de apoio, ao mesmo tempo que pressionava as instituições políticas nacionais. Pretendeu-se compreender a dimensão e características dos combatentes portugueses nestas circunstâncias e analisar o modo como as instituições portuguesas lidaram com a situação, quer durante o conflito, quer no período pós guerra.

OPERAÇÕES MILITARES CONTRA A MONARQUIA DO NORTE EM 1919, da autoria do Major de Transmissões Luís Alves Batista.

Em janeiro de 1919, Paiva Couceiro liderou uma revolta monárquica que, rapidamente, conseguiu controlar o território continental, desde o rio Minho até à linha do Vouga. No início de fevereiro, o governo republicano mobilizou forças militares, numa ação ofensiva, que acabou por, em poucos dias, restabelecer o controlo total do território "de facto" por parte da República. Pretendeu-se analisar a geração e mobilização das forças e as operações militares contra a Monarquia do Norte, através de uma leitura essencialmente militar, sem esquecer, no entanto, os contextos da época.

A REPARTIÇÃO DE OPERAÇÕES DO QUARTEL-GENERAL E O DESEMPENHO OPERACIONAL DO CORPO EXPEDICIONÁRIO PORTUGUÊS

THE OPERATIONS DIVISION OF THE GENERAL STAFF OF THE PORTUGUESE EXPEDITIONARY CORPS

Sérgio Manuel Oliveira da Rocha
Major de Artilharia

Resumo

A Repartição de Operações do Estado-Maior do Corpo Expedicionário Português foi responsável pela coordenação das tropas portuguesas na frente ocidental e pela integração da força no dispositivo britânico. Elaborou o plano de defesa do setor atribuído e emitiu uma série de ordens para gerir as operações correntes.

Com este texto pretendeu-se compreender a atividade desta repartição e o respetivo impacto no desempenho operacional do Corpo. Foram identificados os fatores que marcaram a beligerância portuguesa, que mais influência tiveram na repartição e no desempenho do Corpo, avaliado o impacto da estrutura da força e do seu Estado-Maior, identificados os fatores mais relevantes do setor atribuído e do seu dispositivo com impacto no desempenho e ainda determinado o papel da repartição durante a condução das operações.

Foi analisado um conjunto diversificado de fontes, fundamentalmente do Arquivo Histórico Militar e da Biblioteca do Exército, para recolha de informação, e bibliografia nacional e estrangeira acerca do tema.

A repartição contribuiu para o normal desempenho do CEP, não tendo sido identificados erros cometidos pela mesma com impacto negativo na prestação da força.

Palavras-chave: Grande Guerra, Corpo Expedicionário Português, Repartição de Operações, Desempenho Operacional.

Abstract

The Operations Division of the General Staff of the Portuguese Expeditionary Corps was responsible for coordinating the Portuguese troops on the western front and for the integration of the force in British defense system. It prepared the defense plan for the assigned sector, and issued several orders to manage current operations.

This text was intended to understand the activity of this division and its impact on the operational performance of CEP. We identified the factors that marked the Portuguese belligerence which more influence had in the Operations Division and CEP's performance, assessed the impact of the force structure and its staff, identified the most important factors of the assigned sector and its force structure with impact on performance and also determined the role of the operations division during the operations.

We studied different types of sources, mainly from the Military Historical Archives and the Library of the Army for information collection, and also from national and foreign literature on the subject.

The operations division contributed to the normal performance of the CEP, and we didn't identify errors committed by it with negative impact on the force performance.

Keywords: *Great War, Portuguese Expeditionary Corps, Operations Division, Operational Performance.*

Introdução

Na Grande Guerra (GG) foram introduzidas algumas inovações tecnológicas (utilização da metralhadora e do carro de combate, melhoramentos nos sistemas de comunicação, emprego de gases tóxicos, aviação militar, etc.) que tiveram um impacto direto na implementação de novas formas de fazer a guerra. Neste contexto, os Quartéis-Generais (QG) sentiram necessidade de adaptar a forma de emprego da força para fazer face aos novos desafios.

Portugal acaba por tomar parte na beligerância, ao lado dos britânicos, tendo dado início ao processo de preparação de uma força para o efeito. Em 22 de julho de 1916, em Tancos, é constituído o Corpo Expedicionário Português (CEP) formado por 30 mil homens (Amaral, 2008). A sua organização e composição viriam a sofrer algumas alterações. A força que embarcou rumo a França era de escalão divisão reforçada e contava com meios adicionais de metralhadoras, artilharia e morteiros, para fazer face à nova dinâmica da guerra (guerra de trincheiras, preponderância do fogo em detrimento do movimento). Já em França, e por sugestão do Chefe da Missão Militar Britânica (MMB) junto do QG do CEP, a força sofreu nova reestruturação. O CEP passava de uma força de escalão divisão reforçada para corpo de exército (Salvado, 2014, p.40). Passou a ser composta por um QG de corpo, dois QG

de divisão e duas divisões a três brigadas, cada uma das brigadas a quatro batalhões de infantaria, perfazendo um total de 56 320 homens (Salvado, 2014, p.Apud 5-2).

É sobre o QG do CEP, particularmente sobre a Repartição de Operações (RO), que esta investigação se focaliza. Pretendemos compreender o papel desta repartição no desempenho operacional do CEP e identificar aspetos que terão contribuído para o desenrolar dos acontecimentos, que marcaram a participação portuguesa na GG, na frente ocidental.

A análise focaliza-se temporalmente ao período correspondente à participação portuguesa na frente ocidental europeia, em concreto entre a preparação das forças na Flandres até ao final da GG. Não será, portanto, contemplada a fase de preparação em Portugal. Geograficamente foi delimitada à frente ocidental, em particular ao setor atribuído a Portugal. A RO foi responsável pelo planeamento e coordenação de toda a atividade operacional do CEP e pela integração deste no dispositivo das forças britânicas. Pretende-se compreender o reflexo da atuação desta repartição durante a participação portuguesa neste TO.

1. O Corpo Expedicionário Português

1.1 Entrada na guerra

Portugal acabou por participar na guerra por diversas razões. António Telo refere que a intenção do governo da República, em particular do Partido Democrático de Afonso Costa, era forçar a entrada na guerra. Haviam receios de que esta poderia terminar com uma paz negociada e que as colónias portuguesas poderiam ser utilizadas nas negociações de um acordo de paz. Por outro lado, a fragilidade do regime em Portugal potenciava a ideia de uma intervenção na guerra, como forma de gerar um sentimento patriótico na população portuguesa. Pretendia-se, com esta ideia, que os portugueses se unissem em torno do regime, reforçando o governo e a sua respetiva consolidação política (Batalha de La Lys, 2006).

Mais recentemente, o mesmo autor salienta a originalidade do caso português. O aspeto mais relevante prende-se com o facto de, ao contrário dos outros Estados, Portugal já vivia uma guerra civil quando se dá a guerra europeia. Vivia-se um clima de guerra civil, com a ocorrência de dezenas de golpes de Estado, assaltos a sedes de partidos, jornais e residências. Uma parte da sociedade portuguesa defendia a beligerância em nome dos seus objetivos, tentando convencer os portugueses com argumentos falsos. O discurso oficial refere que era a Inglaterra que pretendia a beligerância por-

tuguesa, quando a realidade era precisamente a oposta. A pressão portuguesa acabou por conseguir forçar a entrada na GG, com o apoio francês. Não havia consensos entre os políticos e entre os militares (Conferência Portugal na Grande Guerra, 2016).

Fraga (2003, pp.102-103) identificou seis razões que levaram o governo de Afonso Costa a procurar a beligerância. A primeira estaria relacionada com a garantia do direito de manutenção das colónias africanas¹. A segunda seria reduzir a capacidade de negociação espanhola, junto dos aliados, com o intuito de evitar uma eventual anexação de Portugal, dada a pouca simpatia que o regime português suscitava no governo espanhol. A terceira razão prendia-se com a consolidação do regime em Portugal. O governo procurava apresentar o país à França como uma pequena potência, amiga de Inglaterra, mas completamente autónoma. Pretendia simultaneamente ganhar a simpatia das monarquias europeias. A quarta razão seria a consolidação interna do partido, que lhe daria legitimidade para adotar medidas políticas mais duras para limitar a oposição. A quinta seria o esbatimento da posição de submissão que Portugal mantinha em relação à Inglaterra. O regime tinha herdado esta posição dos monárquicos e tinha intenção de a alterar. Por último, a participação na GG, traria dinamismo à economia portuguesa. Os portos passariam a ser frequentados por navios aliados, haveriam matérias-primas em maiores quantidades, que permitiriam um maior desenvolvimento industrial.

A 9 de março de 1916, Portugal entrava formalmente na GG. A declaração alemã surgiu na sequência da requisição portuguesa, de todos os navios alemães em portos portugueses, a pedido da Inglaterra (Marques, 2003, p.100).

Foram efetuadas diversas negociações entre portugueses e britânicos, que culminaram com a assinatura, a 3 de janeiro de 1917, do designado “*Memorandum of the Arrangements for the Employment of Portuguese Troops in the British zone of Operations in France*”². Este acordo previa um conjunto de 23 medidas. Começa por descrever a composição da força expedicionária portuguesa, composta por três brigadas de infantaria (18 batalhões), quatro grupos de metralhadoras e respetivo apoio de fogos e engenharia. É acordado que a força atuaria como um todo sob as ordens de um General português, de acordo com as indicações do comandante em chefe das forças britânicas em França. Diversos oficiais portugueses frequen-

¹ Foram assinadas duas convenções secretas, entre a Inglaterra e a Alemanha, para uma possível divisão do império Português no pós-guerra (Batalha de La Lys, 2006). As colónias alemãs faziam fronteira com o sul de Angola e com o norte de Moçambique.

² Também referido, por diversos autores, como Convenção Militar.

tariam aulas em França, para depois ministrarem instrução à força portuguesa, acerca da guerra das trincheiras. Os custos totais do emprego da força recairiam sobre o governo português e as despesas britânicas em transportes, alimentação, armamento e equipamento e apoio sanitário seriam pagas pelo governo português através de acordos posteriores. Os britânicos forneceriam o material requerido pelos portugueses e o transporte para a zona de operações. A escolta destes movimentos seria assegurada pelos britânicos com, pelo menos, um navio de guerra português³. A reparação e substituição de armamento seria responsabilidade britânica. Relativamente a recomplementamentos da força, a responsabilidade seria portuguesa, com transporte assegurado pelos britânicos. O mesmo seria válido para a evacuação de pessoal e animais. O tratamento de doentes e feridos, sempre que possível, seria assegurado por Portugal, havendo lugar a apoio britânico em reforço, quando necessário. A manutenção da disciplina e ordem das tropas portuguesas seria também da responsabilidade exclusiva nacional e de acordo com a lei portuguesa (Carniege e Soares, 1917).

A 17 de janeiro de 1917, por decreto n° 2:938 da Secretaria da Guerra, é nomeado o General Tamagnini de Abreu e Silva como comandante do CEP e, como Chefe do Estado-Maior (CEM), o Major Roberto Baptista⁴ (Secretaria da Guerra, 1917, p.23). Norton de Matos manda constituir o corpo com as unidades que mais eram contra a entrada na GG. O CEP torna-se uma concentração de militares “antiguerristas” (Telo, 2014, p.32).

Tendo em vista a preparação da entrada no TO, a constituição do QG e a preparação dos instrutores⁵, foram enviadas a partir de finais de 1916 delegações portuguesas para França. O transporte, por via marítima, começou no final de janeiro de 1917 e decorreu em conformidade com o Memorando, tendo sido transportado o CEP com o efetivo de divisão reforçada⁶. Esta unidade acabaria por ver aumentado o seu efetivo, atingindo a dimensão de corpo de exército⁷, com base na proposta do General Tamagnini ao Ministério da Guer-

³ Portugal empenhou na escolta o NRP Douro e o NRP Guadiana (Transporte Tropas, 2013) e, no transporte, o Gil Eannes e o Pedro Nunes (Fraga, 2010, p.300).

⁴ Respetivamente artigo 1º, 2º e 3º.

⁵ A intenção seria garantir o cumprimento do ponto quatro do Memorando, que previa instrução adicional para o contingente português dada por oficiais portugueses (Carniege e Soares, 1917, p.II). Foram enviados cinco Oficiais superiores, 67 Capitães e Subalternos e 33 Sargentos, que começaram o seu treino na Escola de Armas Portáteis em Camiers (Fraga, 2010, p.307).

⁶ 39 585 homens (Salvado, 2014, p.ApD 4-2).

⁷ Contrapondo a pretensão inglesa de incorporar o CEP no XI Corpo, do I Exército britânico.

ra, em 12 de fevereiro de 1917 (Oliveira, 1994, pp.62-69). Em ofício de 22 de fevereiro dirigido ao Major-General Barnardiston⁸, o Ministro da Guerra, Norton de Matos demonstra interesse em enviar duas divisões, constituindo assim um corpo de exército, com um efetivo perto dos 53 mil homens. Pede uma resposta do governo britânico para realizar o aumento de efetivo e transformação do CEP (Matos, 1917). Já organizado como corpo, é integrado no I Exército britânico, sob o comando do General Horne.

Com base nos conhecimentos adquiridos pelos militares portugueses enviados para as escolas britânicas, foram constituídas as escolas do CEP e, em março de 1917 foi aprovado o plano de instrução. Para além destas foram também criadas as escolas das divisões (Fraga, 2010, pp.298-299).

A 11 de maio de 1917, um batalhão português assumiu, pela primeira vez, o seu subsector de defesa⁹ e, a 10 de julho, a 1ª Divisão¹⁰ defendia o seu sector, sob as ordens do respetivo comandante, integrada no XI Corpo britânico. As forças da 2ª Divisão ficaram prontas a 5 de novembro tendo o General Tamagnini assumido o comando do sector português (Tamagnini, 1919, pp.16-17). O CEP, como corpo de exército, manteve-se em operações desde 5 de novembro de 1917 até 6 de abril de 1918, altura em que a 2ª Divisão passou para o comando do XI Corpo.

A participação portuguesa na GG foi atípica, especialmente pela total dependência do contingente português em relação aos britânicos. Para além disso havia também um sentimento de repúdio dos oficiais britânicos, quanto à integração de tropas portuguesas, e muitos oficiais portugueses eram também contra a participação de Portugal nesta guerra. Existiam diversos problemas de comando e o General Tamagnini era dos poucos oficiais que não era político. Ao nível do EM o relacionamento com o General também não era ameno, especialmente com Roberto Batista, que acabava por ser um comissário político de Norton de Matos (Telo, 2016).

No final de janeiro de 1917, as unidades do CEP iniciaram a projeção que se prolongou até fevereiro de 1918¹¹. De acordo com António Telo, as unidades à medida que iam desembarcando eram encaminhadas para as escolas inglesas em França, onde era dado um curso sobre a guerra nas trincheiras. As unidades eram posteriormente colocadas na frente. Uma compa-

⁸ Chefe da MMB em Portugal (NAM, 2014) e adido militar em Lisboa (Tamagnini, 1923).

⁹ Fonte inglesa confirma esta data. O Capitão Dartford, oficial de ligação no CEP, identifica-o como 34º Batalhão (Dartford, 1917 cit. por Pyles, 2012, p.47). Marques (2003, pp.109-110) refere 12 de maio.

¹⁰ Substituindo a 49ª Divisão britânica (Tamagnini, 1923, p.CLXXII).

¹¹ Fraga, 2010, p.300, refere que a projeção de todo o CEP decorreu entre fevereiro e setembro de 1917. Informação corroborada em AHM 1/35/1401.

nhia que terminava o curso¹² era colocada num batalhão britânico e quando havia um número suficiente de companhias portuguesas, que tinham passado por esse processo, formava-se um batalhão português. O batalhão¹³ era depois inserido numa brigada britânica. Assim que existissem vários batalhões, era constituída uma brigada, depois uma divisão e só ao fim de alguns meses é que foi entregue um pequeno setor da frente, cerca de 10 Km, ao CEP (Batalha de La Lys, 2006). Os comandantes de batalhão e de brigada acompanhavam os comandantes britânicos do mesmo escalão tático (Tamagnini, 1919, p.16), para mais tarde assumirem eles próprios o comando no subsetor atribuído. O comando do CEP, e o seu EM, sofreram um processo semelhante até assumirem autonomamente o setor atribuído. Este método revelou-se crucial para as tropas portuguesas, permitindo uma adaptação progressiva às novas características da guerra, objetivo que não tinha sido conseguido com a instrução inicial em Tancos (Cruz, 2014, p.45).

Segundo Marques (2003, p.108), os resultados da instrução ministrada foram positivos, salientando-se a capacidade de aprendizagem rápida no manejo do armamento e equipamento militar. São igualmente assinaladas referências positivas pelo Major Hesketh-Prichard, oficial britânico, que refere o interesse e atitude dos portugueses durante o treino e, em especial, as suas capacidades de patrulhamento (Pyles, 2012, p.44).

Existiu, no entanto, alguma resistência por parte de oficiais portugueses, que não compareciam às aulas teóricas, por considerarem que os sargentos britânicos não eram dignos de dar aulas a oficiais. Por outro lado, a falta de munições impediu a realização de todos os exercícios previstos e os efeitos da vacinação (dores e febres altas) prejudicaram a instrução (Marques, 2003, pp.108-109). Apesar desta postura, e de alguns autores referirem que os oficiais portugueses não eram de confiança porque tinham ligações monárquicas e eram ignorantes e ineficazes, Pyles (2012, pp.60-61) refere que existem diversos exemplos que contrariam estas ideias, afirmando que os oficiais do CEP provaram ser líderes corajosos em combate. Várias personalidades reconheceram-no, nomeadamente o General Richard Haking¹⁴, o General Douglas Haig¹⁵ e David Lloyd George¹⁶.

¹² Tinha uma duração prevista de cerca de 45 dias. Eram ministradas instruções de armamento inglês e sobre novas formas de guerra, nomeadamente a utilização de gases tóxicos. Havia ainda treino prolongado sobre patrulhamento de trincheiras, utilização da baioneta e treino físico (Cruz, 2014, pp.44-45).

¹³ Assumia um subsetor de defesa durante cerca de seis dias.

¹⁴ Comandante da XI Divisão, onde esteve integrada a 1ª Divisão portuguesa.

¹⁵ Comandante do I Exército britânico, onde esteve integrado o CEP.

¹⁶ Primeiro-Ministro britânico (Blake e Blake, 2016).

Esta metodologia de instrução manteve-se após o ataque alemão de 9 de abril. As unidades de infantaria seriam submetidas a programas de treino de secção, pelotão e companhia, pelos menos quatro horas por dia. Os batalhões, assim que reconstituídos, seriam integrados nas brigadas britânicas (XI Corps, 1918a).

1.2 A força portuguesa

A força inicialmente acordada no Memorando Luso-britânico seria constituída essencialmente por um QG de divisão, três brigadas de infantaria, que perfaziam um total de 18 batalhões, quatro grupos de metralhadoras, quatro grupos de artilharia de campanha (peças), três grupos de artilharia de campanha (obuses), quatro companhias de sapadores-mineiros e um grupo de cavalaria (Carniege e Soares, 1917, p.I). Em 1916, apesar de não existir experiência prática portuguesa sobre guerra de trincheiras, já eram conhecidos os seus fundamentos. A organização do CEP teve esse aspeto em consideração e foi por esse motivo que a sua orgânica inicial contemplava uma divisão reforçada, com maior número de elementos do que os previstos em quadro orgânico (Fraga, 2010, p.295).

Após a chegada das primeiras forças portuguesas a França, o Chefe da MMB no CEP sugeriu a constituição do CEP com uma estrutura exatamente igual ao de um corpo britânico, com a introdução de algumas alterações na divisão reforçada portuguesa. A sugestão foi bem aceite no EM do CEP, resultando numa proposta do General Tamagnini endereçada ao Ministério da Guerra, em fevereiro de 1917 (Fraga, 2010, pp.303-304). Após diversas reestruturações, a força portuguesa passou a escalão corpo de exército. Estava organizado em oito regimentos a três batalhões cada, enquanto que os britânicos tinham brigadas a quatro batalhões (Oliveira, 1994, p.69). Os 12 batalhões de cada divisão foram agrupados em grupos de quatro, passando a constituir brigadas a quatro batalhões. Com esta reestruturação passou-se de oito regimentos para seis brigadas, reduzindo-se dois EM de brigada (Tamagnini, 1919, p.14). Os 24 batalhões do CEP foram assim reorganizados em seis brigadas que, por sua vez, foram integradas em duas divisões, conforme se poderá verificar na Figura 1.

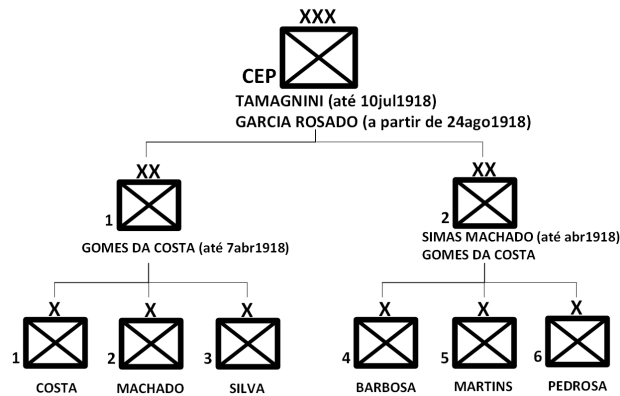


Figura 1 - Estrutura orgânica do Corpo Expedicionário Português

Fonte: (Adaptado pelo autor a partir de Oliveira, 1994, pp.65-69; Henriques e Leitão, 2001, pp.37-38).

A organização do CEP aproximou-se assim da estrutura dos corpos de exército britânicos, que integravam três divisões, cada uma a três brigadas, a quatro batalhões cada. Note-se que, ao contrário dos corpos de exército britânicos, o CEP apenas tinha duas divisões e não dispunha de artilharia pesada nem de aviação (Fraga, 2003, p.107).

Esta reestruturação era mais adequada para as trincheiras porque permitia implementar um sistema de rotação entre os batalhões, evitando a permanência das tropas na linha da frente por períodos demasiado longos. As divisões eram normalmente empregues com duas brigadas em primeiro escalão e uma em apoio (Fraga, 2003, pp.107-108). As brigadas em primeiro escalão dispunham dois batalhões em linha, um em apoio imediato e o quarto constituía-se reserva da brigada (ver Figura 2). Os batalhões revezavam-se, em média, de seis em seis dias (Tamagnini, 1919, p.16), permitindo assim dar algum descanso aos militares que não se encontravam nas unidades em primeiro escalão. A RO tinha a questão da rotação bem presente ordenando, sempre que possível, a rotação de unidades. Considere-se como exemplo a ordem n.º 4, de 15 de novembro de 1917 que manda render a 3.ª Brigada pela 6.ª Brigada¹⁷.

¹⁷ Ver CEP, 1919b, registo do dia 22nov1917.

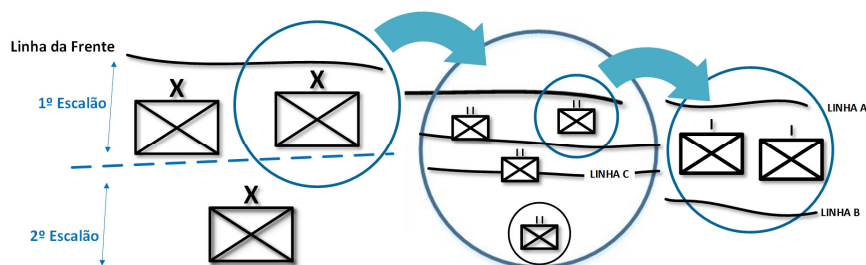


Figura 2 - Organização para combate

Fonte: (Adaptado pelo autor a partir de Tamagnini, 1919, p.44).

Existiram, no entanto, alguns aspetos diferenciadores que perduraram no tempo. Um deles estava relacionado com a orgânica do corpo. Apesar de ser possível fazer a rotação entre os batalhões das brigadas em primeiro escalão, tal como os britânicos, o mesmo não era possível entre divisões. Não havia capacidade para fazer rodar as tropas entre a linha da frente e a retaguarda distante, para um verdadeiro repouso, pela falta de uma terceira divisão (Fraga, 2010, pp.340-341).

Outro aspeto relacionava-se com a mobilidade. No exército português, a utilização de veículos com motor de explosão interna era praticamente inexistente, até à entrada na GG, sendo utilizados, exclusivamente, meios de locomoção animal (Fraga, 2010, pp.150-151). A força portuguesa que desembarcou em França não tinha, por isso, grande experiência na utilização deste tipo de veículos. De acordo com Telo (2016), o CEP estaria classificado a meio da tabela britânica que classificava a mobilidade das divisões em função do número de meios que tinham para fazer deslocar material e pessoal.

Por outro lado, a massa humana que compunha as unidades do CEP era agora uma sombra daquilo que o exército português tinha sido. Antes de 1910, cerca de 98% das operações conduzidas tinham sido um sucesso. As políticas levadas a cabo, partidariaram o exército, destruíram a disciplina e infiltraram organizações políticas secretas nas forças armadas. À data da entrada na GG, mantinha-se a ameaça das reformas de 1911, que previam a redução dos oficiais do quadro permanente e aumento dos milicianos, encontrando-se as forças armadas profundamente divididas. Esta divisão sentia-se no corpo de oficiais, cuja maioria acreditava que as motivações para a beligerância eram partidárias e não nacionais, era contra o empenhamento na Flandres e defendia o reforço nas colónias. Surge também pela primeira vez uma organização política, no seio dos soldados, contra a participação na GG, contribuindo também para esta divisão (Telo, 2013, pp.12-13).

1.3 O QG do CEP e a repartição de operações

O QG do CEP era composto por 18 órgãos (Figura 3) e o seu Comando e EM era composto por 42 oficiais, 41 praças e 59 solípedes de sela (Corpo Expedicionário Português, 1919a, pp.10-22).

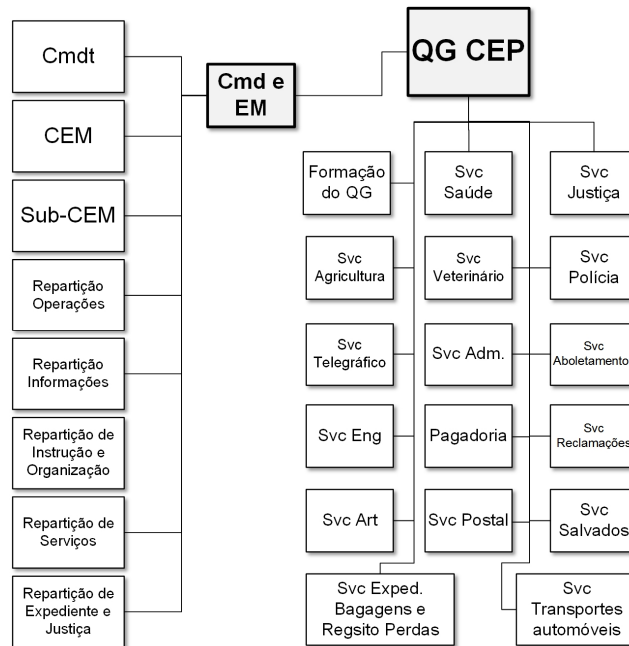


Figura 3 - Composição do Quartel-General do Corpo Expedicionário Português
 Fonte: (Adaptado pelo autor a partir de CEP, 1916, pp.5-10; Corpo Expedicionário Português, 1919a, p.10).

De notar que CEP (1916, p.5) faz referência às funções de oficiais intérpretes e adjuntos do serviço de informações, cujas atribuições estão referidas em Corpo Expedicionário Português (1919b, p.4). Tinham como funções gerais pesquisar todos os jornais e publicações por artigos relacionados com a guerra, selecionando os de maior relevância. Para além disso, deveriam traduzir e classificar documentos, interrogar feridos, prisioneiros, habitantes, etc., em conformidade com as orientações do chefe da repartição, e exercer ou coadjuvar o serviço da censura. No entanto, e apesar desta referência, a existência de oficiais intérpretes não está explicitada na orgânica do EM, prevista em Corpo Expedicionário Português (1919a, p.10) nem nas ordens de batalha do CEP¹⁸.

¹⁸ Ver CEP, 1917; CEP, 1918g e CEP, 1919a.

Os militares que compunham o EM do CEP eram oriundos, essencialmente, da divisão de instrução, reforçados com mais alguns oficiais. O General Tamagnini referia que, à exceção do Coronel D. José de Serpa Pimentel¹⁹, todos os outros oficiais foram nomeados sem sua prévia consulta, pelo Chefe de EM do QG do CEP Roberto da Cunha Baptista (Tamagnini, 1923, p.CLXVIII).

A observação das ordens de batalha do CEP permite verificar que o EM do CEP tinha cinco repartições devidamente guarnecidas e em funcionamento²⁰: Repartição de Operações; Informações; Instrução e Organização; Serviços; e Expediente e Justiça. Para além disso, foi também possível verificar que, entre 1 de setembro e 1 de dezembro de 1918, a repartição de informações esteve provisoriamente dependente da RO.

O Regulamento para o Serviço de Campanha, de 1904, refere que o EM é constituído por pessoal do serviço do EM, necessário para coadjuvar o comandante no exercício das suas funções (Secretaria d'Estado dos Negócios da Guerra, 1904, p.7). Os oficiais do serviço de EM estavam sob as ordens diretas do CEM e tinham como atribuições gerais: auxiliar o CEM no desempenho das suas funções; desempenhar funções especiais, nomeadamente, reconhecimentos; coligir todos os documentos úteis para a história da campanha; e contribuir e propor medidas que proporcionem o bom andamento das operações e funcionamento dos serviços (Secretaria d'Estado dos Negócios da Guerra, 1908, p.14).

À RO competia: a redação de diretivas, ordens, instruções e avisos relativos à execução das operações e sua preparação; a preparação e redação de relatórios de combate e das operações e de toda a correspondência sobre operações a ser enviada ao QG do escalão superior e das forças que contribuem para o mesmo fim; redigir o diário de campanha; determinar linhas de postos de correspondência, postos óticos, telegráficos e telefónicos; e solicitar, das restantes repartições, as informações necessárias às operações (Secretaria d'Estado dos Negócios da Guerra, 1908, pp.34-35). Para além destas atribuições, o manual de serviço interno do CEP determinava que lhe competia ainda organizar e escriturar o diário da força e o diário dos estacionamentos (Corpo Expedicionário Português, 1919b, p.9).

Para além da cadeia de comando, existente entre as forças britânicas e o CEP, foi também instituída, junto do QG do CEP, uma missão de oficiais britânicos que falavam fluentemente português e francês – a designada *British Mission with Portuguese Corps*. Conforme previa o Memorando, foi nomeado um oficial para ligação²¹ do QG do CEP ao QG do I Exército, o Tenente-Coronel

¹⁹ De origem nobre. Fazia uso do título Dom (Ribeiro, 2014, p.29).

²⁰ Informação corroborada pelas Ordens de Batalha.

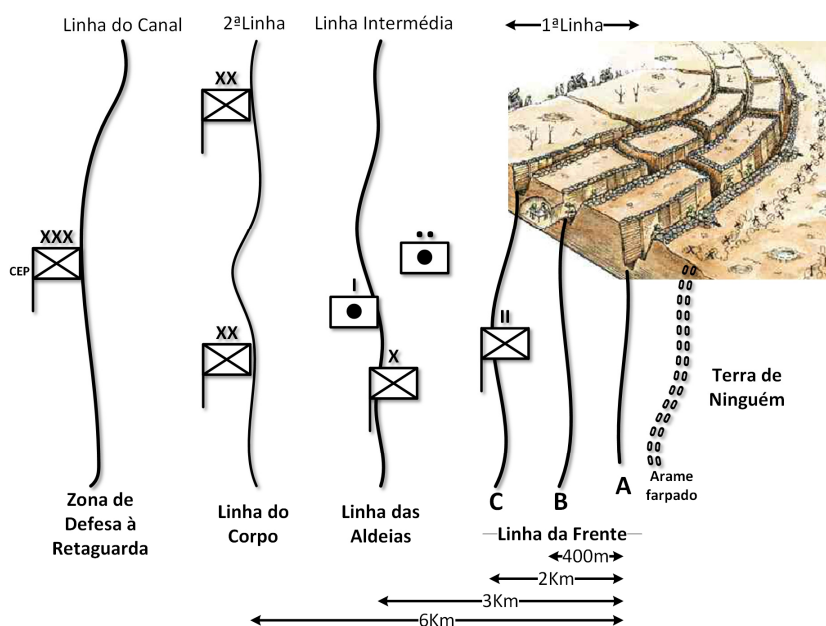
²¹ Ver ponto cinco de Carniege e Soares (1917, p.II).

Ivens Ferraz. Esta estrutura estendia-se até aos batalhões e grupos, por intermédio de oficiais britânicos da reserva que residiam em Portugal ou no Brasil (Oliveira, 1994, p.66). A missão reunia um total de quase 300 homens que, fruto da sua proximidade com a força portuguesa, tinham muito bom conhecimento do que se passava junto das estruturas de comando. O Tenente-Coronel Charles Ker, Chefe da MMB, tinha como tarefa controlar o CEP, de acordo com as palavras do General Haking, comandante do XI Corpo britânico (Telo, 2016).

2. A frente e a Repartição de Operações

2.1 Dispositivo português

O dispositivo (ver Figura 4) estava organizado à semelhança do britânico e baseava-se num conjunto de linhas sucessivas (Pyles, 2012, p.47). A 1ªLinha era constituída pelas Linhas A, B e C. Esta última constituía-se como linha de socorro em caso de comprometimento das Linhas A e B. A Linha das Aldeias estava protegida com arame farpado, com pontos de passagem para as forças de contra-ataque, e tinha abrigos em betão para metralhadoras. Na Linha do Corpo havia fortificações destinadas às forças de apoio imediato às guarnições da 1ªLinha. A zona de defesa à retaguarda era constituída por posições destinadas a cobrir as estradas principais e cuja defesa era da responsabilidade do exército. Em cada uma das linhas existiam abrigos para os órgãos de comando. Os comandantes de pelotão e companhia permaneciam próximos das suas unidades, os comandos de batalhão na Linha C, os QG das brigadas na Linha das Aldeias e os de divisão e corpo ainda mais recuados (Tamagnini, 1919, pp.43-45).



adaptado de (resources4educators.com, 2016) e (AHM, 1/35/1294/5, fls. 43-44)

Figura 4 – Linha de defesa

Fonte: (Adaptado pelo autor a partir de resources4educators.com, 2016; Tamagnini, 1919, pp.43-44; Oliveira, 1994, p.92; CEP, 1918g, pp.4-5).

O CEP apenas tinha capacidade de garantir uma defesa com cerca de seis quilómetros de profundidade. Tinha duas divisões, empenhadas na frente, não dispondo de uma terceira para constituição da reserva do corpo. Este facto constituía uma vulnerabilidade que não existia nas forças britânicas, cujos corpos de exército tinham três divisões (Fraga, 2003, p.111).

A extensão do setor revelou-se também problemática, especialmente no 9 de abril. Segundo Mendo Henriques, o setor era demasiado extenso. Em termos comparativos, os Estados Unidos da América (EUA) na primeira semana de abril tinham 60 mil homens num setor com 10Km de frente, enquanto que 20 mil portugueses ocupavam uma frente de 11Km (Batalha de La Lys, 2006).

O setor sofreu diversas reestruturações. No dia 10 de julho a 1ª Divisão terminou o ciclo de instrução, assumindo o setor sob o comando do XI Corpo, até 5 de novembro. Nessa altura, a defesa do setor foi entregue ao CEP até 6 de abril de 1918. O seu QG manteve-se em Saint Venan, o da 1ª Divisão em Lestrem e o da 2ª Divisão em La Gorgue (Oliveira, 1994, p.93). Neste período, as duas divisões estiveram simultaneamente em setor apenas entre 26 de novembro 1917

e 8 de janeiro de 1918. A 1ª Divisão retira a 8 de janeiro²², para descanso, e a 2ª Divisão reforçada defende a frente com três brigadas em primeiro escalão e uma em reserva²³ (Oliveira, 1994, p.108). No dia em que estava previsto iniciar-se a sua rendição, dá-se o ataque alemão, inviabilizando esse processo. As tropas portuguesas contabilizavam cerca de 260 dias consecutivos na linha da frente, situação que mais nenhuma força tinha vivido (Cruz, 2014, p.49).

No dia 26 de janeiro de 1918, o General Tamagnini recebe um telegrama da Secretaria da Guerra²⁴ com ordens para o CEP passar uma divisão, a quatro brigadas, para os britânicos e retirar as restantes forças da linha da frente. Terminaria assim a participação portuguesa como corpo de exército, com a passagem da 2ª Divisão para o comando do XI Corpo britânico (Tamagnini, 1919, pp.17-19).

A 25 de março, no decorrer de uma conferência com a 55ª Divisão, o General Haking, decide sacrificar as tropas portuguesas, em caso de ataque alemão de grande escala. Considerava impossível defender a Linha B e, por isso, teriam que defender a Linha das Aldeias, linha com várias fortificações de betão. Iria transmitir aos portugueses que a sua principal linha de resistência seria a Linha B. O plano do XI Corpo seria dispor, sem informar os portugueses, as suas forças ao longo da Linha das Aldeias, por considerar ser terreno melhor defensável (WO, 95/883, cit. por Pyles, 2012, p.79). Os britânicos estariam assim a planear conter a ofensiva alemã, em vez de a deter, consentindo a formação de salientes por forma a maximizar a atrição das forças alemãs (Neves, 2016).

No dia 4 de abril, teve lugar um evento que acelerou a rendição da 1ª Divisão portuguesa, pela 2ª Divisão a 6 de abril de 1918. O 7º Batalhão, da 2ª Brigada, recusou voltar às trincheiras da frente, após uma rotação na 2ª Linha. Nesta altura, contavam já com sete meses de permanência na frente (Pyles, 2012, pp.82-83).

A ordem n.º 197 do I Exército, de 5 de abril, previa já a integração da 2ª Divisão portuguesa no XI Corpo britânico (First Army, 1918a). A ordem n.º 198, do mesmo dia, acrescentava que a 2ª Divisão portuguesa e o comando do setor passariam para o XI Corpo às 07H00 do dia seguinte. As restantes unidades, incluindo o QG do CEP, deveriam iniciar movimento para a região de Samer (First Army, 1918b). A ordem é recebida, no mesmo dia, pelo XI Corpo que emite a ordem n.º 325, em conformidade. No dia 8 difunde a ordem n.º 328 referindo que a 50ª Divisão é transferida do XV Corpo para o XI Corpo, divisão

²² Pyles (2012, p.84) refere que foi em 6abr1918.

²³ 3ª Brigada, da 1ª Divisão (CEP, 1918h).

²⁴ Marques (2004, p.91) refere que foi recebido a 18 de janeiro.

que iria render as três brigadas portuguesas na frente e a reserva, na noite de 9 para 10 e de 10 para 11 de abril. O QG da 50ª Divisão estaria operacional em Lestrem às 10H00 do mesmo dia e o da 2ª Divisão portuguesa estaria pronto, à mesma hora, em Saint Venant. A mesma ordem informa que as brigadas rendidas da 2ª Divisão portuguesa seriam deslocadas para a área da reserva do XI Corpo e um batalhão de cada brigada ficaria sob as ordens do QG da 50ª Divisão para trabalhos diversos, até futuras indicações (XI Corps, 1918b).

No dia 6 de abril, foi entregue ao comando do XI Corpo britânico a 2ª Divisão portuguesa, reforçada com uma brigada²⁵ da 1ª Divisão (Tamagnini, 1919, p.19). Esta última retirou da frente e a 2ª Divisão assumiu a defesa de todo o setor, anteriormente defendido pelas duas divisões (Pyles, 2012, p.84).

A 1ª Divisão tinha permanecido nove meses nas trincheiras (um ano para alguns dos seus batalhões), e a 2ª Divisão tinha estado cinco meses, com algumas das suas unidades com oito meses de permanência (Pyles, 2012, p.81). Considerando o cansaço físico e o baixo moral das tropas portuguesas, o comandante do CEP solicitou ao I Exército a rendição de toda a infantaria portuguesa. Foi recebida a ordem para que, a 9 de abril, se rendesse uma brigada e no dia 10 se rendessem as restantes três (Tamagnini, 1919, p.20).

A ordem nº202 do I Exército, de 6 de abril, dá instruções ao XI Corpo para render a 2ª Divisão portuguesa, à exceção da sua artilharia, ocupando a frente com duas divisões britânicas em linha e constituindo a reserva do corpo com uma divisão. A rendição deveria ocorrer na noite de 9 para 10 de abril, devendo a divisão portuguesa constituir-se como reserva do I Exército e dirigir-se para Saint Venant e Aire, para descanso, treino e trabalho na defesa, sob as ordens do XI Corpo²⁶ (First Army, 1918c).

Na manhã de 9 de abril, a 2ª Divisão ocupava o seu setor, conforme dispositivo representado na Figura 5. Recebeu, da 1ª Divisão diversas unidades, salientando-se a 3ª Brigada, a 3ª Companhia de Sapadores-Mineiros e o 1º e 5º Grupo de Metralhadoras e do corpo um grupo de ciclistas e uma companhia de serviços auxiliares (CEP, 1918h, p.7). O dispositivo adotado não era o típico britânico. Normalmente uma divisão britânica defendia com duas brigadas na frente e com uma terceira em reserva, na 2ª Linha (Beça, 1922, pp.162-163). Conforme se poderá verificar na figura, a divisão portuguesa defendia o setor com três brigadas na frente e uma em reserva, acrescia ainda o problema da frente ser agora guarnecida por uma divisão, onde antes estavam duas. Após a saída da 1ª Divisão, a 2ª estendeu o seu dispositivo para cobrir todo o setor, deixando a linha mais fraca (Zabecki, 2006, p.183). Para

²⁵ 3ª Brigada.

²⁶ Informação corroborada no diário da campanha de dia 8 de abril (CEP, 1919).

além disso, a divisão deveria defender as duas primeiras linhas e o corpo deveria ocupar a Linha das Aldeias e a Linha do Corpo. Como o corpo não tinha tropas de reserva, a defesa dessas linhas ficou a cargo da 2ª Divisão, o que era manifestamente excessivo (Costa, 1918, p.2).

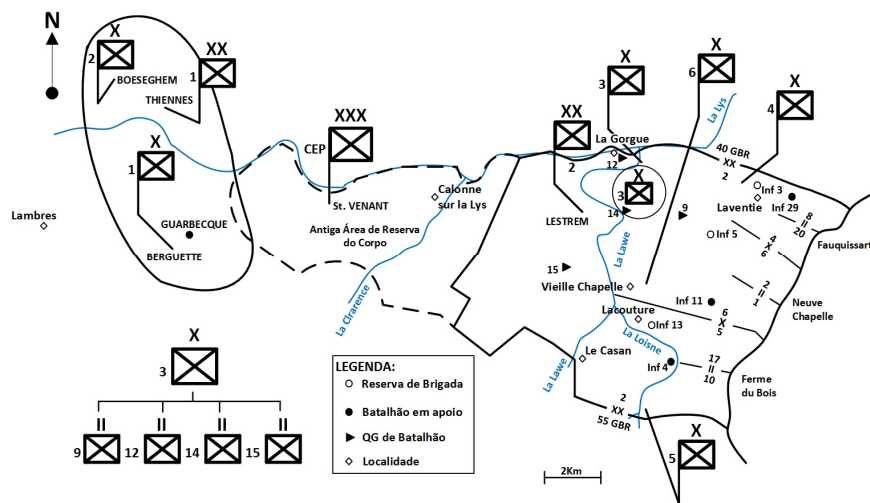


Figura 5 - Setor português no 9 de abril

Fonte: (Adaptado pelo autor a partir de Oliveira, 1994, p.101 e 112; CEP, 1918a; CEP, 1918i).

2.2 A repartição até à batalha do Lys

O EM do CEP teve um papel determinante na reorganização da força, por forma a permitir que melhor se integrasse com os britânicos (Fraga, 2010, p.332). Desde a chegada à Flandres, até ao momento da ofensiva alemã, as forças portuguesas foram sujeitas a um processo progressivo de formação, conduziram algumas operações ofensivas e repeliram diversos ataques. A RO assegurou, ao longo deste período, a necessária coordenação com os britânicos e com as unidades orgânicas do CEP.

A partir de junho, os alemães começaram a testar o dispositivo, sempre com boa resposta portuguesa. Efetuaram diversos ataques, sendo os de 12 e 13 de junho contra Ferme du Bois e Neuve Chapelle, e o de 12 de setembro²⁷ contra Neuve Chapelle e Mauquissart, particularmente intensos. A maior ação, com participação portuguesa em 1917, deu-se a 14 de agosto, com sucesso inicial. O ataque alemão contra o 15º Batalhão foi repellido, o segundo ataque penetrou a linha do 35º Batalhão, mas, com o apoio do 23º Batalhão, contra-atacou e repeliu os alemães fazendo cinco prisioneiros

²⁷ Nesta data, contra a 1ª Divisão, já em setor desde 10 de julho, (Tamagnini, 1919, p.17).

(Pyles, 2012, p.54). A 22 de novembro, os alemães atacaram o 29º Batalhão, da 3ª Brigada, sem sucesso. Dartford registou a ação referindo que vários oficiais portugueses, incluindo o comandante de companhia que repeliu o ataque, foram referenciados pela sua grande capacidade de liderança e calma debaixo de fogo (1ª Divisão, 1917, cit. por Pyles, 2012, p.58). A fonte citada assinala ainda a valentia da 2ª Companhia, sendo louvado um alferes e vários soldados (1ª Divisão, 1917).

Os portugueses conduziram também alguns ataques, registados com satisfação pelo General Horne. Esses ataques cresceram em tamanho e audácia, à medida que a força portuguesa ia adquirindo experiência. Em setembro deram início a uma série de ataques bem-sucedidos que se prolongaram até novembro (Pyles, 2012, p.56). O setor português permaneceu relativamente calmo, com operações de pequena envergadura. A partir de março de 1918, as ações de combate dos alemães intensificaram-se no setor, sendo sempre repelidas pela força portuguesa (Pyles, 2012, pp.66-71).

Considerando a informação encontrada nas fontes consultadas e a registada no diário da campanha²⁸ verificamos que, dos 18 eventos registados, existem 10 com correspondência no diário. Se considerarmos, nesta análise, apenas o período em que o CEP guarnecia a frente (5nov1917-6abr1918), dos 10 eventos registados apenas três não estão mencionados no diário²⁹. Por outro lado, é também possível notar a intensificação de ações inimigas contra as linhas portuguesas no mês de março, talvez com o intuito de testar a reação portuguesa e identificar eventuais vulnerabilidades no setor. O General Hermann von Kuhl tinha já notado que as divisões portuguesas poderiam ser uma vulnerabilidade a explorar (Zabecki, 2006, p.101).

A análise de vários documentos do AHM, demonstra que a RO elaborou diversos documentos, nomeadamente instruções, circulares, planos e ordens de operações, dando cumprimento às suas atribuições. Como exemplos mais relevantes, podemos referir o plano de defesa do corpo, elaborado entre janeiro e março de 1918³⁰ e várias ordens³¹, elaboradas quase diariamente, com indicações claras para as suas subunidades, acerca de atribuição de setores, rendições, etc.

O plano de defesa, começa por definir o setor ocupado, a sua organização e os princípios de defesa a respeitar. Faz uma avaliação do estado das

²⁸ CEP, 1919b.

²⁹ Aspeto indiciador de que a informação fluía entre o QG do CEP e as suas subunidades.

³⁰ A análise do documento (CEP, 1918g), permite verificar que terá sido elaborado no início de janeiro. Existem sucessivas retificações e atualizações de partes do documento, cuja referência temporal mais recente é de 4 de março.

³¹ Poderão ser encontradas no AHM, em 1/35/106/09.

linhas de defesa e identifica os melhoramentos a executar nas posições. Descreve o sistema defensivo, sublinhando que o CEP tinha a responsabilidade de defesa da 1ª Linha, Linha Intermédia e 2ªLinha, incluindo as passagens do rio Lawe, competindo ao exército a defesa da Linha do Canal (ver Figura 4). Descreve a ação provável do inimigo, assinalando que o setor poderia ser alvo de um forte ataque sem aviso prévio. Define ainda a disposição das diversas forças, ao longo das linhas de defesa, defesa essa que incluía duas brigadas britânicas na Linha do Corpo (CEP, 1918g, pp.2-10).

Em caso de ataque, a 1ªLinha seria mantida a todo o custo e, em caso de penetração da mesma, as reservas contra-atacariam sem esperar pela ordem. A ligação entre as brigadas, incluindo as britânicas, deveria ser mantida e as divisões deveriam prever a defesa dos flancos, no caso do inimigo penetrar nos setores dos corpos contíguos (CEP, 1918g, p.11).

Para além de detalhar o emprego da artilharia, da defesa antiaérea e “*anti-tank*”, e ainda das metralhadoras, descreve a forma como seria prestado o apoio dos dois corpos de exército britânicos que se encontravam nos flancos do CEP (CEP, 1918g, p.12). Pelo facto da força portuguesa não ter uma divisão em reserva, o I Exército determinou que o I e XV Corpos britânicos ocupariam a posição defensiva, com uma brigada cada. Por outro lado, se o ataque fosse dirigido contra o I ou XV Corpo³², as brigadas portuguesas em reserva protegeriam os flancos dos respetivos corpos (CEP, 1918g, chap.I).

Existiam também indicações detalhadas para o emprego do “SOS”, no caso de um ataque importante inimigo. O sinal seria executado através de foguetes luminosos, e confirmado por telefone, e era dirigido para a artilharia adstrita aos batalhões. A artilharia, por sua vez, tinha já preparado os designados quadros de SOS, onde estava reunida toda a informação necessária para fazer fogo sobre os objetivos planeados (CEP, 1918g, p.Apud IV).

Previa ainda a defesa contra ataques de gases, construção e destruição de pontes (com informação detalhada nas passagens do La Loisne e Le Dru-mez), comunicações e procedimento para detenção e reunião de extraviados. Tratava-se, pois, de um plano de defesa detalhado, pensado para fazer face a um ataque alemão, e que assentava numa organização de forças semelhante à britânica.

Para além do plano de defesa, a RO coordenava as operações correntes da força portuguesa. A sua atividade neste âmbito é notória através das diversas ordens que emitiu.

³² O Plano de Defesa faz referência ao I e XV Corpo. No entanto, outras fontes da época assinalam o XI e XV Corpos.

A ordem nº23 do CEP, de 3 de abril, dava ordens à 2ª Divisão para assumir o setor às 07H00 ficando sob o comando do XI Corpo. A 1ª Divisão, após rendição, seguiria para Boeseghem e Guarbecque-Berguette, para posterior marcha para a retaguarda. A 5ª Brigada assumia o setor de Ferme du Bois, na noite de 5 para 6, e a 3ª Brigada ficava em reserva da 2ª Divisão (ver Figura 5). Acompanhava esta ordem uma nota que explicava a razão da diferença temporal entre a ordem nº198 do I Exército e esta última. No dia 2 de abril decorreu uma conferência, entre o comandante do I Exército e o comandante do CEP, onde foram decididas as ações a tomar. Desta conferência resultaram as duas ordens. A nº198 foi expedida no dia 5 e recebida no dia 6, a nº23 foi emitida dia 3, após informação verbal do conteúdo da nº198 (CEP, 1918a).

No dia em que o CEP entrega a defesa do seu setor ao XI Corpo, a RO emite a ordem nº24, de 6 de abril, determinando que as forças da 1ª Divisão, as tropas do corpo e o QG do CEP iriam retirar para a região de Samer, com o início do deslocamento a 8 de abril (CEP, 1918b). No dia seguinte, o CEP emite a ordem nº25, determinando que o seu QG iniciaria funcionamento em Samer às 12H00 do dia 12, o QG da 1ª Divisão em Desvres no dia 9, o QG da 1ª Brigada em Questrecques, no dia 8, e o da 2ª Brigada em Parenty, no dia 9 (CEP, 1918c).

2.3 A repartição na batalha do Lys

O ataque teve início às 04H15, do dia 9 de abril, com um intenso bombardeamento de artilharia. A responsabilidade da defesa do setor português recaía agora na 2ª Divisão (ver Figura 5), comandada pelo General Gomes da Costa. No seu relatório preliminar, referiu que o bombardeamento de artilharia seguiu uma sequência dividida em sete períodos³³, cada um com objetivos diferentes. Pelas 07H00, a 1ª e 2ª linhas³⁴ estavam completamente destruídas e a infantaria alemã avançou com três vagas de assalto, com uma distância de 120 metros entre si. Este dispositivo era apoiado nos flancos por unidades alemãs, que penetraram nos pontos de junção entre a divisão portuguesa e as unidades britânicas adjacentes³⁵. A 50ª Divisão britânica³⁶ (à direita) apercebendo-se do avanço alemão, formou flanco defensivo na esquerda, facilitando a penetração alemã. No flanco da direita, chegaram ao QG da 5ª Brigada, que foi rapi-

³³ Para informação detalhada consultar (Costa, 1918, p.13).

³⁴ Estará a referir-se à linha A e B, respetivamente.

³⁵ Existiam mais dois pontos fracos no dispositivo que coincidiam com a junção das brigadas. A artilharia alemã concentrou fogos nesses quatro pontos, as tropas de assalto alemãs criaram corredores de infiltração, deixando espaço para as tropas regulares, que vinham atrás, entrarem e atacarem os portugueses e britânicos de flanco (Telo, 2016).

³⁶ Ao contrário do referido, a Divisão da direita seria a 55ª (CEP, 1918h).

damente conquistado, e alcançaram Lacouture cerca das 09H30, que lhes ofereceu resistência até às 16H30. A norte, no setor inglês, alcançaram a Linha B e entraram no setor português. Foram inicialmente detidos, mas a força portuguesa acabou por retirar em direção ao 29ºBatalhão. Em conjunto com este, fizeram frente às forças alemãs, acabando por chegar a Laventie com apenas três homens (Costa, 1918, pp.13-15).

À 3ªBrigada, em reserva, foi dada ordem para ocupar a Linha das Aldeias, logo após o início do bombardeamento, às 05H00. Gomes da Costa previa que estaria pronta nas suas posições, na pior das hipóteses, às 08H00, altura em que estaria em condições de suster o avanço alemão, até à chegada do XI Corpo. A brigada acabou por não ocupar a linha porque não teve tempo de reconhecer as posições e porque estava bastante desfalcada em oficiais. Às 12H15, o General Gomes da Costa informou o XI Corpo do avanço alemão e recebeu ordem para deslocar o QG para Calonne sur la Lys. Pelas 13H40, já no local, recebeu ordem para a 2ªDivisão ocupar posições a oeste da ribeira Lawe, a fim de manter as passagens. Pouco tempo depois, o comandante do XI Corpo apercebendo-se da impossibilidade de cumprir a missão, mandou seguir para Saint Venan e Lambres (Costa, 1918, pp.19-24).

O colapso do dispositivo português era já esperado pelo I Exército que, por essa razão, posicionou uma divisão britânica à sua retaguarda. Pelas 11H00, iniciaram-se os combates nesta linha, que duraram todo o dia. O dispositivo conteve o avanço até ao final da tarde, momento em que os alemães conseguiram concentrar a sua artilharia e retomar a progressão. Foi dada a ordem de retirada para a linha do Lawe, cerca das 17H30, tendo sido terminado pelas 20H00. Os britânicos ofereceram resistência, mas os alemães acabaram por conseguir atravessar o rio em alguns pontos e, com a ajuda da artilharia, começaram a empurrar a linha britânica para a retaguarda. Esta possibilidade tinha sido prevista. Os britânicos recuaram para uma outra linha, a cerca de uma milha³⁷ à retaguarda, preparada na noite anterior (Blades, 1999, pp.68-70). Às 08H00 do dia 10, os alemães não tendo munições, retiraram e os britânicos mantiveram as suas posições (Costa, 1918, p.22).

A RO encontrava-se em Saint Venan, coordenando o deslocamento da 1ªDivisão para oeste. Não teve qualquer intervenção nas operações da 2ªDivisão. Naquela altura o CEP não tinha comando tático sobre ela e, mesmo que pretendesse intervir, não o conseguiria fazer em tempo. Os relatos do General Tamagnini e o diário da campanha do CEP, confirmam-no. O General viu passar soldados desarmados pela estrada ao longo do canal de Merville a Saint Venant e, apesar de já não exercer o comando tático da 2ªDivisão, man-

³⁷ Cerca de 1600 metros.

dou reuni-los e organizar unidades para emprego futuro (Tamagnini, 1919, p.51). As comunicações eram muito difíceis e, como a 2ª Divisão estava subordinada ao XI Corpo britânico, as suas ligações com a repartição estavam limitadas a uma linha. O QG do CEP, cumprindo o determinado pelo I Exército britânico, e não tendo qualquer tipo de responsabilidade tática sobre a divisão empenhada, iniciou às 12H00 deslocamento para a região de Samer, sem conhecimento da gravidade da situação na frente (CEP, 1919)³⁸.

2.4 A repartição após a batalha do Lys

Às 12H00 do dia 9, o QG do CEP iniciou retirada de Saint Venan para Samer, conforme determinado pelo I Exército. As primeiras unidades, passam pela região, 45 minutos depois, num movimento desordenado, em virtude dos bombardeamentos que se faziam sentir por toda a parte. O QG do corpo interveio com algumas praças montadas, conseguindo regularizar o movimento. A 2ª Divisão recebeu ordem do XI Corpo para estacionar na área de Saint Venan-Guarbecque-Berguette-Thiennes, o seu QG estava em Saint Venan às 17H00 e, à 01H00 do dia seguinte, mudava-se para Lambres. A infantaria começou a passar em Saint Venan às 04H00 (CEP, 1919).

No dia 10 de abril, a 1ª Divisão continuou a sua concentração na região de Samer e a 2ª Divisão concentrou-se na região de Therouanne, para depois seguir para o Samer. Na chegada a este local, o comando da 2ª Divisão passa para o CEP, conforme determinado na ordem nº101/669, de 10 de abril, do I Exército. Um dia depois, a 1ª Divisão tinha terminado a sua concentração e ainda não havia informação acerca da situação na frente, anteriormente ocupada pela 2ª Divisão. No dia 12, a RO elabora a ordem nº26, determinando a área de estacionamento da 2ª Divisão, que ia desde Landaque a Fromessent. O QG da divisão estabelece-se em Cormont e os das brigadas em Hubersent, Widehem e Frencq. Para além disso, a 3ª Brigada integrou-se na 1ª Divisão e a 2ª Divisão passaria para o comando do CEP assim que chegasse à área do corpo³⁹, conforme determinado na ordem nº101/669 do I Exército (CEP, 1919).

No mesmo dia, a repartição expediu a nota RO/494 determinando que a 1ª Brigada se iria deslocar, dia 13 pelas 06H00, para a região de Blequin-Wismes, e que a 2ª Brigada, à mesma hora, marcharia para a região de Humbert-Fressin, para execução de trabalhos defensivos. Nomeia dois oficiais responsáveis pela ligação entre os QG, das divisões e das brigadas, e acrescenta que haveriam dois oficiais britânicos em cada QG de brigada e um em cada comando

³⁸ Ver dia 9 de abril.

³⁹ Informação consistente com o determinado na ordem nº26, onde estão enunciados todos os locais a ocupar e itinerários a seguir (CEP, 1918d).

de batalhão. A análise do diário da campanha permite verificar que esta nota surge na sequência de uma ordem telefónica do I Exército, transmitida através da Missão Britânica (CEP, 1919).

Curiosamente, a análise das diversas ordens em arquivo mostra que a RO não elaborou este tipo de documentos durante um mês (ordem nº26, de 12abr1918, e ordem nº27, de 12mai1918), facto intrigante e que mereceu esclarecimentos adicionais. Efetivamente, neste período, foi possível verificar que a RO manteve a sua atividade de coordenação. Os registos encontrados no diário⁴⁰ comprovam isso mesmo. Nos dias que se seguiram, existem registos dos movimentos efetuados pelas diversas unidades portuguesas, da organização de novas unidades, da receção de ordens do I Exército, da receção e expedição de correspondência, da extinção de unidades desfalcadas e integração noutras, de pedidos de reforços urgente à Secretaria da Guerra e do acompanhamento da situação tática no terreno. Para além disso, a repartição emitiu cinco notas nesse período. A nota RO/500 dava ordem de constituição de diversas unidades, para a execução de trabalhos defensivos nos setores da 14ª e 16ª Divisões britânicas. A RO/508 atribuía à 1ª Divisão a responsabilidade de organizar um grupo de pioneiros. A RO/518 e a RO/519 autorizavam a marcha de uma companhia cada, para subordinação às divisões britânicas. A RO/568, dirigida ao I Exército, dava ordem de apresentação do General Gomes da Costa ao General Hull, para se ocupar das questões administrativas e disciplinares das tropas portuguesas, que se encontravam na 14ª e 16ª Divisões britânicas, e para se preparar para assumir o comando dessas tropas, assim que as unidades em falta se apresentassem. Foram também recebidas algumas notas, três do I Exército e uma da MMB. A nota nº1442/42, do I Exército, apesar de referir que a reorganização do corpo português deveria efetuar-se o mais cedo possível, informava da decisão de adiar a reorganização pela impossibilidade de libertar forças para um processo que levaria entre três a quatro meses. A nota nº1414/55, também do I Exército, ordenava a deslocação de unidades do CEP de Samer para Ambleteuse. Na sequência desta nota, a MMB emitiu a nota nº770 a esclarecer vários pontos do documento anterior, referindo nomeadamente a subordinação dessas unidades ao General comandante das linhas de comunicação. Finalmente, a nota nº1414/55, do I Exército, mandava marchar o QG da 1ª Divisão para a frente.

A ordem nº27, é emitida dia 12 de maio, e é a primeira a ser assinada pelo comandante interino do CEP, General Gomes da Costa. Nela se indica que o QG do corpo se desloca, dia 13, de Samer para Ambleteuse, pronto a

⁴⁰ CEP, 1919b.

partir das 18H00, e que o QG da 2ª Divisão se estabelece em Samer, pronto a partir das 12H00 do mesmo dia (CEP, 1918e). A ordem seguinte, só viria a ser elaborada a 18 de setembro, assinada já pelo General Garcia Rosado, em cumprimento de uma comunicação verbal do Chefe da MMB. A ordem nomeia o QG da 1ª Divisão, a 1ª, 2ª e 3ª Brigadas e ainda mais algumas unidades para apoio da divisão, indicando que teriam em breve responsabilidades táticas. Determina ainda que os batalhões da 4ª Brigada seriam dissolvidos e o seu pessoal integrado nos batalhões da 1ª, 2ª e 3ª Brigada. O restante pessoal retiraria para a retaguarda, para uma área a identificar pelo QG da 1ª Divisão, após coordenação com o QG do V Exército (CEP, 1918f).

Conclusões

Durante o período da beligerância, a RO do EM do CEP cumpriu grande parte das suas atribuições, que encontramos explicitamente referidas nos documentos que produziu, sendo os de maior relevância, o plano de defesa, o diário da campanha e as diversas ordens emitidas, no âmbito das operações correntes.

Identificamos a falta de uma terceira divisão, os problemas de rotação da força e a mobilidade limitada, como aspetos de impacto negativo, e elencamos um conjunto de características do setor, com impacto negativo no desempenho da força. Foi ainda identificada a atividade realizada pela RO ao longo do tempo, demonstrando o cumprimento das suas atribuições.

Concluimos que, apesar das circunstâncias particulares descritas, a RO exerceu o papel coordenador que lhe competia, ao longo da intervenção portuguesa na GG, elaborando planos e emitindo as ordens necessárias para a execução das suas missões. Contribuiu assim para o normal desempenho da força. Das fontes consultadas não foram encontrados indícios de mau desempenho do CEP devido a erros cometidos pela sua RO.

Da nossa observação foi possível verificar que a força portuguesa foi empenhada em circunstâncias bastantes singulares. Vivia-se num clima de guerra civil e a fragilidade do regime era propícia à entrada na guerra. O governo procurava forçar a beligerância, utilizando argumentos falsos para convencer os portugueses, com o intuito de gerar um sentimento de unidade nacional. A beligerância não era uma opção unânime. Havia discordância na sociedade, incluindo entre os militares e entre os políticos.

Portugal entra na GG com uma força de escalão corpo de exército, a duas divisões. O Ministro da Guerra, Norton de Matos, manda constituir o CEP, nomeia como comandante o General Tamagnini e como CEM o Major Roberto Baptista.

Portugal estava totalmente dependente dos britânicos, incluindo a projeção de forças, treino e equipamento. Por outro lado, a instabilidade política portuguesa não contribuiu para o esforço na frente.

Entre militares as relações não eram as melhores. Os oficiais britânicos repudiavam a integração das tropas portuguesas e muitos oficiais portugueses eram contra a beligerância. Existiam problemas de comando, essencialmente porque não existia uma clara separação entre as dimensões política e a militar. O General Tamagnini era dos poucos que não era político. O seu relacionamento com o EM do CEP, em particular com Roberto Baptista, não era o melhor. Este último, era uma espécie de comissário político de Norton de Matos, usado para controlar o General.

O treino da força mobilizada não estava adaptado à realidade da frente ocidental. À chegada a França, foram alvo de formação específica em guerra nas trincheiras. Assim que concluíam o ciclo de formação, eram integradas em unidades britânicas e empregues na frente, para uma adaptação progressiva ao combate. Os oficiais acompanhavam os comandantes britânicos, incluindo o comandante do CEP e o seu EM, até estarem prontos para assumir autonomamente um setor. Esta metodologia de instrução permitiu uma adaptação progressiva à guerra na frente ocidental. Os resultados obtidos foram bons, de acordo com os relatos de oficiais britânicos, que salientaram a capacidade de aprendizagem rápida das tropas portuguesas. De salientar ainda a resistência de alguns oficiais portugueses, por acharem que os sargentos britânicos não eram dignos de dar aulas a oficiais. A falta de munições e os efeitos da vacinação afetaram também o treino.

O emprego de forças portuguesas na frente ocidental considerava já a nova forma de fazer a guerra. Já na Flandres, o EM do CEP elabora uma proposta tendo em consideração a sugestão do Chefe da MMB. O General Tamagnini apresenta-a ao Ministro da Guerra. A força atinge o escalão corpo de exército a duas divisões, mas, ao contrário dos corpos britânicos que contavam com três divisões, não tinha aviação nem artilharia pesada.

A estrutura regimental deu lugar às brigadas, constituídas por quatro batalhões. Esta reorganização permitia dar algum descanso às tropas através da rotação de pessoal, e facilitava a integração de forças portuguesas com as britânicas. A rotação não era, no entanto, possível entre a linha da frente e a retaguarda, pela falta de uma terceira divisão.

Para além destas diferenças, havia também um problema de mobilidade. A sua grande dependência aos meios de tração animal tinha um grande impacto na sua mobilidade que, de acordo com os critérios britânicos, colocava a força portuguesa a meio da escala entre uma força estática e uma força móvel.

Na prática, teria grandes dificuldades em conduzir ataques em grande profundidade ou defesas com grandes movimentos para a retaguarda.

A organização do dispositivo era em tudo semelhante ao britânico, baseando-se num conjunto de linhas defensivas. O efetivo do CEP não permitia constituir uma reserva de corpo por dispor apenas de duas divisões. Era uma vulnerabilidade que não existia nas forças britânicas. Para além dos problemas de profundidade, a frente do setor era demasiado extensa. A 9 de abril, os portugueses defendiam cerca de 11Km com 20 mil homens, enquanto que os EUA, com uma frente de 10Km, defendiam com 60 mil.

O setor português conheceu diversas reestruturações. A 1ª Divisão assumiu o seu setor, sob o comando do XI Corpo, e posteriormente a defesa foi entregue ao CEP. A 8 de janeiro a 1ª Divisão retirou para descanso e a 2ª Divisão, reforçada, assumiu a frente com três brigadas em primeiro escalão e uma em reserva. Na altura em que seriam rendidos, o setor foi atacado pelos alemães, altura em que as tropas portuguesas contabilizavam cerca de 260 dias consecutivos na linha da frente, situação que mais nenhuma força tinha vivido.

Os britânicos tinham decidido sacrificar as tropas portuguesas em caso de ataque alemão, atribuindo-lhes a Linha B como linha principal de resistência, e planeavam dispor as suas forças ao longo da Linha das Aldeias, por considerar ser terreno melhor defensável.

No dia do ataque, a frente portuguesa era defendida por uma divisão, onde antes estavam duas. Para além disso, como o CEP não tinha reserva, a defesa da Linha das Aldeias e da Linha do Corpo tinha também que ser assegurada pela 2ª Divisão.

A RO elaborou diversos documentos, onde se salientam o plano de defesa do corpo e as Ordens quase diárias para as operações correntes, dando cumprimento às suas atribuições.

O plano de defesa dava a responsabilidade de defesa do setor ao CEP, excetuando-se a Linha do Canal que estava a cargo do exército. O plano dava indicações para as subunidades do corpo contra-atacarem, sem esperar pela ordem, em caso de penetração da 1ª Linha e previa o emprego de duas brigadas britânicas, para compensar a inexistência de uma reserva do CEP. Consideramos assim tratar-se de um plano de defesa detalhado, pensado para fazer face a um ataque alemão, e que assentava numa organização de forças semelhante à britânica.

Para além do plano, a RO coordenava as operações correntes, emitindo ordens quase diárias com diversas indicações às suas subunidades. A análise do diário da campanha evidencia o fluxo de informação que era mantido entre a RO, o escalão superior e os escalões subordinados.

No 9 de abril, a RO deslocava-se para Samer. Coordenava o deslocamento da 1ª Divisão para oeste e não teve intervenção nas operações da 2ª Divisão, que estava sob o comando do XI Corpo britânico. Apenas existem relatos da intervenção do QG do CEP com algumas praças montadas, conseguindo regularizar o movimento de retirada das forças, que estava completamente desordenado.

Nos dias que se seguiram ao ataque, a RO manteve a coordenação das atividades das divisões. Emitiu diversas ordens, determinando as áreas de estacionamento das unidades em deslocamento, efetuando arranjos na organização de forças e ordenando vários deslocamentos. Curiosamente, não elaborou ordens durante um mês mantendo, no entanto, a sua atividade de coordenação através da emissão de notas e outros documentos.

Não nos foi possível esgotar, em revisão preliminar, todas as fontes disponíveis, nem proceder a uma análise exaustiva de todas elas, especialmente as do AHM, facto que se constitui como a principal limitação desta investigação. É igualmente importante referir que a impossibilidade de acesso a fontes primárias britânicas e alemãs constituiu-se também uma limitação. Assim, tendo em consideração estes aspetos, sugerimos como eventuais linhas de investigação futuras, a análise do papel da RO durante a preparação da força em Portugal e projeção para a Flandres. Em virtude de termos detetado uma grande quantidade de material de arquivo no AHM, referente à 2ª Divisão, seria também pertinente estudar o papel do seu EM no desempenho operacional da divisão. Seria igualmente interessante estudar a ligação entre o EM do CEP e os EM das duas divisões. O AHM tem diversa documentação, elaborada por estes três órgãos de comando, que acreditamos permitir determinar o grau de concordância entre as ordens elaboradas pelo CEP e a sua execução ao nível das divisões.

Consideramos que as fontes britânicas⁴¹ e alemãs poderão trazer novos dados para a investigação, pelo que recomendamos a sua análise. O caso particular de documentos escritos pelo Tenente-Coronel Charles Arthur Ker, Chefe da Missão Britânica para o CEP, e os diários do Capitão Richard Charles Gordon Dartford, oficial de ligação no QG da 4ª Brigada portuguesa, poderão trazer informação pertinente para estudos futuros nesta área. O diário, deste último, poderá ser consultado no Museu Imperial da Guerra, em Londres (Dartford Papers). Existem também diversos registos depositados no *War Office*, em Londres⁴², que têm informação acerca da decisão do General

⁴¹ Ver (IWM, 2016).

⁴² Particularmente WO, 95/883, cit. por Pyles, 2012, p.79.

Haking sacrificar as tropas portuguesas, que poderão contextualizar de forma mais clara a decisão.

Dos fatores que influenciam o desempenho operacional, podemos concluir que o CEP tinha as condições necessárias que lhe permitiam uma boa integração com as forças britânicas, porque estava organizado da mesma forma. Tinha, no entanto, capacidade limitada de fazer rodar o pessoal na frente de combate e não dispunha de artilharia pesada nem aviação. O treino, em especial o recebido nas escolas britânicas, contribuiu para o bom desempenho, comprovado em diversas operações realizadas pelas tropas portuguesas. Finalmente, a liderança terá sido o fator que menos contribuiu para o bom desempenho da força. O caso mais visível terá sido o fraco desempenho da 3ª Brigada no 9 de abril, pela falta de oficiais, e a divisão que existia entre o corpo de oficiais, quanto à beligerância.

Bibliografia

- 1ª Divisão, 1917. *Raid alemão de 10 de novembro de 1917 sobre Ferme du Bois*. [documento datilografado], 1/35/144/163. Lisboa: AHM.
- Amaral, M., 2008. *O Corpo Expedicionário Português, de 1916 a 1919*. [Cronologia da participação portuguesa na primeira Guerra Mundial] O Portal da História. Disponível em: www.arqnet.pt/portal/portugal/grandeguerra/pgm1916.html [Acedido em 13 Nov. 2015].
- Anon 2013. *Transporte Tropas*. [Em linha] Momentos de História. Disponível em: www.momentosdehistoria.com/MH_02_01_Marinha.htm [Acedido em 15 Abr. 2016].
- Batalha de La Lys*. 2006. [documentário vídeo] R. Almeida. Portugal: RTP. Disponível em: <http://ensina.rtp.pt/artigo/batalha-de-la-lys-documentario> [Acedido em 5 Fev. 2016].
- Beça, A., 1922. *Lições da Grande Guerra*. Lisboa: Tip. da Empresa Diário de Notícias.
- Blades, G.D., 1999. *The Battles of the Lys: the British army on the defensive in April 1918*. [Em linha] King's College London. Disponível em: <http://nickpowley.com/wordpress/wp-content/uploads/2012/12/THESIS.pdf> [Acedido em 4 Jan. 2016].
- Blake, R. and Blake, B., 2016. *David Lloyd George / prime minister of United Kingdom*. [Em linha] Encyclopedia Britannica. Disponível em:

www.britannica.com/biography/David-Lloyd-George [Acedido em 27 Abr. 2016].

Carniege, L. e Soares, A., 1917. *Memorandum of the Arrangments for the Employment of Portuguese Troops in the British zone of Operations in France*. [documento datilografado], 1/35/1250/9. Lisboa: AHM.

CEP, 1916. *Mobilização: Quadros orgânicos das unidades e formações - 1ª Parte, Pessoal*. Lisboa.

CEP, 1917. *Ordens de Batalha do CEP 1917*. [documento datilografado] Ordens de Batalha do Corpo Expedicionário Português, 1/35/105. Lisboa: AHM.

CEP, 1918a. *Ordem Nº23*. [documento datilografado] Ordens de Operações do Exército Português, 1/35/106/9. Lisboa: AHM.

CEP, 1918b. *Ordem Nº24*. [documento datilografado] Ordens de Operações do Exército Português, 1/35/106/9. Lisboa: AHM.

CEP, 1918c. *Ordem Nº25*. [documento datilografado] Ordens de Operações do Exército Português, 1/35/106/9. Lisboa: AHM.

CEP, 1918d. *Ordem Nº26*. [documento datilografado] Ordens de Operações do Exército Português, 1/35/106/9. Lisboa: AHM.

CEP, 1918e. *Ordem Nº27*. [documento datilografado] Ordens de Operações do Exército Português, 1/35/106/9. Lisboa: AHM.

CEP, 1918f. *Ordem Nº28*. [documento datilografado] Ordens de Operações do Exército Português, 1/35/106/9. Lisboa: AHM.

CEP, 1918g. *Ordens de Batalha do CEP 1918*. [documento datilografado] Ordens de Batalha do Corpo Expedicionário Português, 1/35/105. Lisboa: AHM.

CEP, 1918h. *Plano de Defesa do Corpo*. [documento datilografado], 1/35/0113/121. Lisboa: AHM.

CEP, 1918i. *QGC Rep d'Operações: Situação das unidades na manhã do dia 8-abril-1918*. [carta topográfica], 1/35/115/232. Lisboa: AHM.

CEP, 1919a. *Ordens de Batalha do CEP 1919*. [documento datilografado] Ordens de Batalha do Corpo Expedicionário Português, 1/35/105. Lisboa: AHM.

- CEP, 1919b. *Diário da Campanha de 3 de Março de 1917 a 30 de Junho de 1919*. [manuscrito], 1/35/111/840. Lisboa: AHM.
- Conferência Portugal na Grande Guerra*. 2016. Defesa Nacional RTP. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=h4oyJDuFxJA [Acedido em 20 Abr. 2016].
- Corpo Expedicionário Português, 1919a. *Corpo Expedicionário Português: I Organização*. Paris: Imp. Bourse de Commerce.
- Corpo Expedicionário Português, 1919b. *Corpo Expedicionário Português: III Serviço Interno nas Unidades e Formações*. Paris: Imp. Bourse de Commerce.
- Costa, G. da, 1918. *Relatório sumário do comandante da Divisão, General Gomes da Costa*. [documento datilografado], 1/35/1344/12. Lisboa: AHM.
- Cruz, H.M.G. da, 2014. *Portugal na Grande Guerra: a construção do «mito» de La Lys na imprensa escrita entre 1918 e 1940*. Tese de Dissertação de Mestrado em História Contemporânea. Universidade Nova de Lisboa.
- First Army, 1918a. *First Army Order Nº197*. [documento datilografado] Ordens de Operações do Exército Inglês, 1/35/106/1. Lisboa: AHM.
- First Army, 1918b. *First Army Order Nº198*. [documento datilografado] Ordens de Operações do Exército Inglês, 1/35/106/1. Lisboa: AHM.
- First Army, 1918c. *First Army Order Nº202*. [documento datilografado] Ordens de Operações do Exército Inglês, 1/35/106/1. Lisboa: AHM.
- Fraga, L., 2003. *Guerra e marginalidade. O comportamento das tropas portuguesas em França 1917-1918*. Lisboa: Prefácio.
- Fraga, L., 2010. *Do Intervencionismo ao Sidonismo: os dois segmentos da política de guerra na 1ª República: 1916-1918*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Henriques, M. and Leitão, A., 2001. *La Lys-1918-Os Soldados Desconhecidos*. Prefácio.
- IWM, 2016. *Private Papers of Captain R C G Dartford MC*. Imperial War Museums. Disponível em: www.iwm.org.uk/collections/item/object/1030019999 [Acedido em 26 Abr. 2016].
- Marques, I., 2003. *Comportamentos de Guerra. Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Circulo de Leitores.

- Marques, I., 2004. *Memórias do General 1915-1919: 'Os meus três comandos' de Fernando Tamagnini*. Viseu: SACRE.
- Matos, N., 1917. *Ofício de 22 de Fevereiro de 1917*. [documento datilografado], 1/35/1178/5. Lisboa: AHM.
- NAM, 2014. *Major-General Nathaniel Barnardiston | Soldiers' Stories | WW1*. [Em linha] National Army Museum, London. Disponível em: www.nam.ac.uk/microsites/ww1/stories/major-general-nathaniel-barnardiston/ [Acedido em 2 Mai. 2016].
- Neves, N., 2016. *O Corpo Expedicionário Português na Grande Guerra*. [Entrevista]. Pedrouços (8 de fevereiro de 2016).
- Oliveira, R., 1994. *História do Exército Português (1910-1945)*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Pyles, J., 2012. *The Portuguese Expeditionary Corps in World War I: From Inception to Destruction, 1914-1918*. Tese de Dissertação de Mestrado em Arte. University of North Texas. Disponível em: <http://digital.library.unt.edu/ark:/67531/metadc115143> [Acedido em 21 Abr. 2016].
- Ribeiro, F., 2014. *O perfil do oficial do Serviço de Estado-Maior na Grande Guerra*. IESM.
- Salvado, N., 2014. *Da Divisão Auxiliar ao Corpo Expedicionário Português: geração de forças*. IESM.
- Secretaria da Guerra, 1917. *Ordem do Exército Nº1, 1ª Série*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Secretaria d'Estado dos Negócios da Guerra, 1904. *Regulamento para o Serviço de Campanha: Primeira Parte Principios e Regras Geraes*. (Regulamentos). Lisboa: Imprensa Nacional.
- Secretaria d'Estado dos Negócios da Guerra, 1908. *Regulamento para o Serviço de Campanha: Segunda Parte Instrucções para o Serviço dos Quartéis Generaes em Campanha*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Tamagnini, F., 1919. *Relatório sobre o CEP 21Fev1917 a 24Ago1918 do Gen Tamagnini*. [documento datilografado] Relatórios dos Comandantes do CEP, 1/35/1294/5. Lisboa: AHM.
- Tamagnini, F., 1923. *Os meus três comandos (transcrição de Isabel Pestana Marques)*. Viseu: SACRE.

- Telo, A., 2013. *Portugal e a Grande Guerra. Os condicionantes gerais*. [Em linha] Disponível em: www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Paginas%20externas/ArtigosTextos/Beligerancia_Portuguesa/index.html#/0 [Acedido em 5 Mai. 2016].
- Telo, A., 2014. *Um enquadramento global para uma guerra global*. Nação e Defesa, (139), pp.8–33.
- Telo, A., 2016. *O Estado-Maior do Corpo Expedicionário Português*. [Entrevista]. Amadora (13 de maio de 2016).
- XI Corps, 1918a. *Memorandum XI Corps G.T. 205*. [documento datilografado], 1/35/120/80. Lisboa: AHM.
- XI Corps, 1918b. *XI Corps Order Nº328*. [documento datilografado] Ordens de Operações do Exército Inglês, 1/35/106/1. Lisboa: AHM.
- Zabecki, D.T., 2006. *The German 1918 Offensives: A Case Study in The Operational Level of War*. 1 ed. London; New York: Routledge.

A INTEGRAÇÃO NUMA ALIANÇA COMO FATOR DEFINIDOR DA ORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS NO PERÍODO PÓS PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

INTEGRATION IN AN ALLIANCE AS A DEFINING FACTOR TO THE PORTUGUESE ARMY ORGANIZATION IN THE PERIOD AFTER FIRST WORLD WAR

José Edgar Ferreira Rainho de Carvalho

Major de Infantaria

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo identificar as causas e as adaptações efetuadas à organização do Exército Metropolitano Português após a participação na IGM, mediante a condução de um estudo no âmbito da História Militar, através de um desenho de pesquisa histórica com o recurso à análise de fontes, estudos e obras literárias. Como resultados, identificámos que as causas que estiveram na origem da reorganização do Exército Metropolitano Português se encontravam intimamente relacionadas com a necessidade de reagir contra um ataque espanhol. Identificámos também, que as principais adaptações apresentadas na organização do Exército Metropolitano Português de 1926, foram estruturadas com base nas diferentes influências do Exército francês e inglês, fruto da instrução recebida pelas forças portuguesas durante a IGM bem como através da doutrina e modelos organizativos desses mesmos exércitos. Com isto concluímos que adaptação aos modelos militares francês e inglês durante o processo de reorganização do Exército Metropolitano Português, após a participação na IGM, se deveu a aspetos de aproximação organizacional e doutrinária, com vista a garantir uma melhor integração em caso de necessidade de colaboração contra a ameaça espanhola.

Palavras-chave: 1926, Exército Português, Organização Militar, IGM

Abstract:

The present paper aims to identify the causes and the adjustments made to the organization of the Portuguese Metropolitan Army after its participation in WW1. The methodology approach involved in the study was

based in a historical research design, in a Military History context, namely through review of historical sources, studies and literary works. As results, we have identified that the causes in the origin of the reorganization of the Portuguese Metropolitan Army were closely related to the need to react against a potential Spanish attack. We have also identified that the main adaptations contained in the 1926 reorganization of the Portuguese Metropolitan Army were structured on the basis of the different influences of the French and English Army. These appear as consequences of the training received by the Portuguese forces during WW1 and through embedment of doctrinal and organizational models of those same armies. With this we conclude that adaptation to the French and English military models during the process of Portuguese Metropolitan Army reorganization, after the participation in the WW1, was due to aspects of organizational and doctrinal approach, in view of ensuring easier integration in the event of a need for collaboration against the Spanish threat.

Keywords: 1926, Portuguese Army, Military Organization, WWI

Introdução

A conturbada situação política, económica e financeira com que Portugal termina a sua participação na Primeira Guerra Mundial (IGM) acaba por ter reflexos diretos na Organização Militar¹ portuguesa. À semelhança da generalidade da sociedade portuguesa, os militares do Exército, divididos quanto ao intervencionismo no teatro europeu do conflito mundial e também nas suas aproximações às alas mais conservadora ou radical, sentem os efeitos da desagregação social, decorrente do aumento do custo de vida e do risco de serem levados para o desemprego.

A grande agitação política interna, sentida em Portugal entre 1919 e 1926, acaba por se interrelacionar com a organização militar, e fundamentalmente com franjas do Exército, que lutam partidariamente pela defesa dos seus interesses, com vitórias e derrotas sangrentas de parte a parte, gerando

¹ Estrutura militar hierarquizada, de um Estado, composta por unidades e estabelecimentos, necessários para a defesa do território e dos interesses nacionais, que recorrem a processos de recrutamento, mobilização, instrução e preparação para garantir em permanência um conjunto de capacidades que lhes assegure a prontidão e o nível de resposta adequado para o cumprimento das suas missões (MG, 1911, pp. 2138-2139; MG, 1926b, pp. 913-914).

cada vez maior discórdia política, conflito social e agravamento das condições económicas. Externamente, Portugal também não consegue os seus objetivos, mesmo após participar na IGM ao lado dos vencedores: os despojos de guerra a receber são mínimos e o lugar pretendido na Sociedade das Nações, é oferecido à *vizinha*, e perigosa, Espanha. O perigo espanhol mantinha-se, a economia não suportava o acréscimo com as despesas militares e o financiamento garantido pela Inglaterra para o apoio à participação das forças portuguesas na IGM, tinha terminado. Finalizada a participação na guerra, era altura para reorganizar o Exército, mas sem custos acrescidos, incremento dos efetivos ou aquisição da tecnologia militar.

Seria assim, neste cenário tumultuoso que, com a experiência e os equipamentos adquiridos durante o conflito mundial, se edificaria a primeira organização do Exército Metropolitano Português (EMP), após a participação na IGM.

1. Caracterização da época 1919-1926

A revolução de cinco de outubro de 1910 traz para Portugal os ideais republicanos originários de França, sendo o seu reflexo mais evidente na instituição militar, e na sua reorganização de 1911, a substituição de um Exército permanente por um Exército de *massas*, do qual desapareceriam os “[...]privilégios e as exceções.” dando assim afirmação a proclamados valores como o da igualdade (Oliveira, 1995, p. 26). A introdução de novos princípios, de forma a atualizar e integrar as instituições militares na organização republicana, fundamenta-se na afirmação da incapacidade do modelo monárquico satisfazer a missão da defesa nacional, bem como de que o modelo dos exércitos permanentes já não era sustentável nem adequado (MG, 1911, p. 2137-2138). Esta seria a estrutura que se iria manter durante o período da IGM e que apenas viria a ser alterada pelo novo governo que entraria em funções após a revolta militar de 28 de maio de 1926.

1.1 A política

O período temporal em análise surge na sequência de uma alteração de um sistema de liderança monárquico para um sistema político republicano, ainda instável², e imediatamente antecedido pela participação de Portugal no primeiro conflito de escala mundial, com todas as consequências inerentes a essa participação sejam elas do ponto de vista da estabilidade governativa, económica, social e militar.

² Entre 1919 e 1926 tomaram posse 27 governos e cinco Presidentes da República e foram efetuadas inúmeras revoltas (Oliveira, 1993b, pp. 22-26).

Conforme apresentado por António Telo (2014, p. 10), de um ponto de vista macro, o período 1919-1926 pode ser apelidado de “[...]período de guerra civil intermitente.” pois o recurso à violência organizada é uma das formas pelas quais sistematicamente a sociedade recorre para resolver os problemas, fruto principalmente da descrença que existia na liderança política da nação, e em que a resposta do Estado continuou a ser o recurso à violência.

O período entre 1919 e 1922 caracteriza-se inicialmente pelo estabelecimento de um novo modelo económico e político pós participação na IGM, que colocaria em confronto dois blocos políticos e sociais antagónicos, os conservadores e os radicais, sendo a convulsão social amenizada por alguma prosperidade económica que permitiu a estabilidade da situação do país (Oliveira, 1993b, p. 251).

Mais vincadamente, esta época fica politicamente marcada por uma metamorfose no republicanismo instaurado, abrindo uma nova época política, a modernização política da sociedade portuguesa com a criação das alas da esquerda e da direita com entendimentos diferentes relativamente a como deveria ser distribuída a riqueza, num período de desequilíbrio socioeconómico. (Pinto, 2011, pp. 117-118).

O mesmo período foi ainda marcado pela adoção de um conjunto de medidas que visavam o restabelecimento da paz, rompida pela participação na IGM, como a reestruturação da Guarda Nacional Republicana³ (GNR) ou a desvalorização da moeda. Esta última, com reflexo direto sobre as classes assalariadas, com vencimentos fixos, como os funcionários públicos e os militares, acabaria por exponenciar a radicalização, fruto da subida do custo de vida (Pinto, 2011, pp. 35-38, 49, 56-70).

Entre 1922 e 1925, a divisão entre os blocos conservador e radical acentua-se com a implementação governativa da visão económico-financeira do último, embora não existisse predomínio de qualquer um dos dois (Oliveira, 1993b, p. 251). Apesar das diferenças, existia uma transversalidade ideológica relativa a um conjunto de medidas políticas das quais se destacamos a preocupação com o desenvolvimento do país, a manutenção dos territórios ultramarinos e da aliança inglesa (Pinto, 2011, pp. 20-29).

³ Reestruturada em dez de maio de 1919 com o objetivo de garantir uma força armada, inequivocamente, pró-republicana, acabou por se tornar um corpo de “fé republicana” anti-conservador, braço armado do bloco identificado como radical, levando à queda de inúmeros governos e permitindo inclusivamente que o seu Chefe de Estado-Maior, Liberato Pinto, chefiasse um governo entre 30 de novembro de 1920 e dois de março de 1921 que, posteriormente, levaria à sua exoneração como forma de contenção dos ânimos conservadores (Pinto, 2011, pp. 49-51).

O período entre 1925 e 1926 caracteriza-se pela sua evolução pré-revolucionária, uma vez que é neste período que são julgados e absolvidos os principais envolvidos na sublevação de 18 de abril, demonstrando a tolerância que existia relativamente a qualquer alteração da situação política. O desempenho do papel histórico do Exército nos destinos da nação, aliado ao sentimento generalizado de descrédito no sistema de partidos políticos por parte da classe média, levou a que o Exército desempenhasse um papel unificador fundamental para o renascimento nacional (Oliveira, 1993b, pp. 287-290).

1.2 A sociedade

Com o final da IGM, a sociedade portuguesa caracterizava-se pelo descontentamento generalizado da população, gerado pela insatisfatória resposta do regime ao agravamento das suas condições de vida, e pela subsequente campanha reivindicatória e conflitos desencadeados entre a população dos campos e das cidades. As manifestações de insatisfação pela governação e as greves assolavam todo o país, levando a que o governo optasse pelo método repressivo para manter a estabilidade, através da força armada e encerramento de associações de trabalhadores, como a União Operária Nacional (Pinto, 2011, pp. 31-32, 39).

Por outro lado, em 1919, os democratas, após assumirem a maioria dos deputados no parlamento, recompensam os seus apoiantes, militares e civis, através de promoções e nomeações para a função pública com o correspondente aumento salarial, iniciando uma separação que se confirmaria nos anos posteriores, tanto na sociedade como geograficamente. Só neste ano, no mês de maio, o *devorismo*⁴ beneficiou 17.000 democratas na cidade de Lisboa (Wheeler, 1978, pp. 180-184).

Também um dos fatores indissociáveis desta época, pelos reflexos que teve na generalidade da população e principalmente nos trabalhadores com rendimento fixo, foi o aumento da inflação. Portugal tornava-se um dos países da Europa com a inflação mais alta sendo somente ultrapassado pela Alemanha e pela Áustria. A inflação, associada à desvalorização cambial, encaminhou para o empobrecimento muitos dos funcionários do Estado, nomeadamente os oficiais superiores que viram o seu poder de compra reduzido para metade como poderia ser facilmente observável através do aumento do custo de vida em dez vezes, entre os anos de 1914 e 1921, isto apesar dos seus salários terem sido aumentados seis vezes. Apesar destas

⁴ Utilizado na linguagem política até 1961, tinha como objetivo caracterizar uma política de gastos exagerados e injustificados dando origem ao desaparecimento dos dinheiros públicos em benefício pessoal ou de outra pessoa (Wheeler, 1978, p. 184).

dificuldades foi possível a alguns comerciantes lucrarem, vendendo os seus produtos a preços elevados, pois as dificuldades de importação eram cada vez maiores, fruto da desvalorização do escudo face à libra, mesmo com o desbloqueamento dos transportes internacionais após o armistício. Assim se desenvolveram duas versões opostas das medidas políticas que se encontravam a ser desenvolvidas no pós-guerra, uma que empobrecia a generalidade da população e outra que enriquecia as elites económicas, gerando uma clivagem dos agentes sociais à esquerda e à direita (Ramos, 1994, pp. 597-599).

Outro dos fenómenos que também se destaca na sociedade desta época relaciona-se com a segregação que foi efetuada com base na alfabetização dos eleitores, sendo que foram, na generalidade, excluídos do acesso ao sufrágio universal os trabalhadores do mundo rural e o operariado⁵, que conseqüentemente não teriam qualquer tipo de intervenção nas decisões políticas, tal como durante a monarquia (Pinto, 2011, pp. 15-16). Fruto destas limitações em poder intervir no processo político nacional, o povo, apoiado por outras correntes ideológicas políticas ou religiosas interessadas na alteração do poder, recorre à violência e apoia os golpes políticos armados como forma de poder demonstrar a sua opinião e conseqüentemente “[...]forçar a porta do poder[...].” (Pinto, 2011, pp. 24-25).

1.3 O instrumento militar

Com o fim da IGM, e face às dificuldades económicas sentidas pelo fim do apoio inglês a Portugal, as estruturas militares teriam de manter as bases técnicas e organizacionais desenvolvidas junto dos seus aliados, tendo como exemplo o aumento das unidades de metralhadoras ou o desenvolvimento de unidades de formação de condutores de veículos automóveis.

Depois de ter tido um papel preponderante como promotor da política externa do Estado Português durante e após a IGM, independentemente das condições estabelecidas para a avaliação do sucesso dessas mesmas campanhas, o Exército vê-se diminuído face à reestruturação da GNR, na posse de armamento pesado e de peças de Artilharia, acabando por o tornar incapaz de reagir a acontecimentos como o da *revolução outubrista*. De forma a promover uma paz situacional, e de retirar o apoio armado ao bloco mais radical, o

⁵ Em 1911, neste sistema de sufrágio restrito, apesar de poderem ser analfabetos, não estavam excluídos de poder votar os chefes de família. Também a alfabetização de alguns operários das áreas urbanas já não era inédita fruto das iniciativas das associações de trabalhadores e dos aparelhos escolares próprios. Já a partir de 1913 as restrições de acesso ao voto foram também estendidas aos chefes de família analfabetos e explicitamente às mulheres (Pinto, 2011, pp. 23-24).

governo em funções em 1922, reorganiza a GNR, reduzindo o seu armamento e efetivos, repondo a supremacia do Exército (Pinto, 2011, pp. 99-101).

No período entre 1911 e 1926, foi tentada uma reorganização, em 1925, através da publicação de umas novas *bases para a reorganização* (MG, 1925). Estas visavam fornecer o máximo de força às Forças Armadas⁶ (FFAA) em tempo de guerra e a sua redução a um pequeno núcleo, com a inerente redução na despesa, em tempo de paz (Oliveira, 1995, pp. 38-39). A reorganização de 1925 viria a não ter aplicabilidade, esta era um modelo de incoerência e hesitação, que visava apenas tranquilizar um corpo de oficiais que procuravam a melhoria das condições de vida e a modernização do Exército (Telo, 1984, pp. 158-162; Oliveira, 1995, p. 39). Concorre para esta afirmação, verificável através dos relatórios da CER de 1922, liderada por Sinel de Cordes, a discordância de modelos existentes entre o que se encontrava a ser estudado no Exército e o que viria a ser publicado em 1925 (EME, 1922b; EME, 1922c; MG, 1925).

Um dos aspetos que acabou por acompanhar todo o período desde o final da IGM até 1926, estava relacionado com a figura dos oficiais milicianos. Apesar de contrariar a organização de 1911, os sucessivos governos foram permitindo que os oficiais milicianos⁷ engrossassem o quadro de oficiais do Exército, em oposição aos militares das restantes categorias que, após a guerra, foram sendo desmobilizados. Esta insatisfação com a igualdade em termos de vencimentos, associada às reduzidas qualificações e responsabilidades atribuídas aos oficiais milicianos, culminaria em 28 de maio de 1926, com tomada do poder e a expulsão da maioria dos 1900 oficiais milicianos existentes (Carrilho, 1985, pp. 241-244; Wheeler, 1978, pp. 196-215).

2. As causas das adaptações à organização Exército no pós IGM

Em sete de julho de 1926 entrava em vigor uma nova organização para o EMP. A esta data, tinham passado cerca de 16 anos desde a implantação da República e também cerca de dez anos desde que Portugal tinha precipitado a

⁶ Com a utilização deste termo, de carácter anacrónico, referir-mo-nos ao conjunto de forças militares pertencentes ao Ministério da Marinha e ao MG, nomeadamente à Marinha e ao Exército, Metropolitano e Colonial.

⁷ Medida tomada através de um Decreto do governo republicano Carlos Maia Pinto de 23 de novembro de 1921 mediante a qual os oficiais milicianos que tivessem sido louvados, condecorados, feridos em campanha ou combatido a monarquia seriam admitidos no Exército com iguais direitos e regalias do oficiais do quadro permanente (Ramos, 1994, p. 612).

sua beligerância⁸ na IGM, no teatro de guerra europeu, mediante o apresamento de navios alemães e austríacos⁹ que se encontravam em portos nacionais. Já bastantes anos tinham passado desde o início da liderança por parte de um novo regime governativo, permitindo que as suas decisões sobre a nova organização militar 1926 refletissem as suas convicções assentes na experiência da condução da guerra, isoladamente nos territórios africanos e integrada numa aliança em território europeu.

2.1 As bases da organização do Exército de 1911

Com a implantação da República, em cinco de outubro de 1910, o novo governo republicano vê por necessário modificar e atualizar as instituições militares com vista a restaurar um Exército que “[...]estava muito longe de satisfazer a sacratíssima missão da defesa da pátria[...].” (MG, 1911, p. 2138).

Em 25 de maio de 1911, entra em vigor a primeira organização do Exército de génese republicana, influenciada pela existente na Suíça com bases milicianas (MG, 1926a, p. 706) que tinha como propósito reduzir o número de militares profissionais nos quartéis e eliminar a velha rotina, introduzindo novos princípios. Desta forma, termina-se com *guarda pretoriana*, o Exército permanente da monarquia que sustentava o seu regime pela força das baionetas, cuja organização militar era identificada como ultrapassada e desadequada face aos exércitos da época (MG, 1911, p. 2138).

Com estas novas bases o governo pretendia organizar uma força convenientemente armada e preparada para receber qualquer agressão, tornando-a capaz de garantir a integridade territorial e as inerentes defesa da liberdade e independência nacional (MG, 1911, p. 2138).

Após a assinatura do armistício, no final da IGM, a então reduzida participação portuguesa desfilou com os seus aliados em Paris, sendo essa a única vitória que pôde ser comemorada pelo poder político, pois a situação política, económica e financeira de Portugal tinha-se agravado desde o início do conflito. Esta participação, apesar de vitoriosa, acabou por se pagar com a vida de inúmeros militares, com uma enorme dívida e com uma crise interna que acabaria por se prolongar (Teixeira, 1998, pp. 67-68; Pires, 2011, p. 18).

Com o fim da IGM, torna-se premente para o governo português garantir a hegemonia territorial portuguesa na Europa e em África. No entanto, aproxima-se do fim o tempo em que a guerra era travada, quase na

⁸ Numa alusão ao confronto entre os dois *blocos* políticos no seio do Partido Democrático – os *guerristas* e os *antiguerristas* (Telo, 2014, pp. 10-13).

⁹ Oliveira a (1994, p. 38) apresenta que foram apresados um total de 72 navios, entre alemães e austríacos.

exclusividade, por unidades de Infantaria apeada apoiadas por unidades de Artilharia, ditando que poderá não existir uma nova hipótese para recuperar o prestígio no seio do concerto das nações, com o acesso ao Conselho Executivo da futura Sociedade das Nações (Oliveira, 1993b, p. 164). Este prenúncio deve-se aos escassos recursos nacionais, militares e económicos, fazerem prever a incapacidade do Exército poder atuar em autonomia e permitir a consolidação do modelo Republicano (Oliveira, 1993a, p. 240)

Em finais de 1918 o país urge em se legitimar junto dos restantes estados europeus de forma a garantir mais-valias, nomeadamente parte do espólio de guerra e, fundamentalmente, a manutenção da soberania e integridade dos territórios ultramarinos, justificando assim a sua entrada na guerra em território nacional. A perspetiva de que a futura relevância individual estaria comprometida, fruto das dificuldades económicas que impediriam o Exército de atuar em autonomia numa futura guerra, indicia que algumas adaptações teriam de ser efetuadas para reforçar a proximidade dos países aliados e afastar “a permanente ameaça” espanhola (Oliveira, 1995, p. 12).

Passados alguns anos, essa mesma ameaça ainda não tinha desvanecido e apresentava-se como alvo de preocupação a todos os níveis. Enquanto apresenta algumas críticas pela não execução das *manobras de outono*¹⁰, fruto das deficientes *escolas de recrutadas* e das inexistentes *escolas de quadros*, Monteiro (1925, pp. 651-653) propõe um novo modelo formativo, onde os militares menos aptos, para o desempenho de atividades de responsabilidade militar, eram utilizados em tarefas paralelas, como o serviço interno das unidades. O propósito deste empenhamento visava maximizar o tempo e melhorar o treino, entre os militares milicianos e os do quadro, para que o EMP se encontrasse o mais apto possível para fazer face ao “[...]inimigo provável, a Espanha.” (Monteiro, 1925, p. 657).

Já no ano em que viria a entrar em vigor a nova organização do EMP, após a participação na IGM, também Leite (1926, p. 143) apresenta que a futura organização do EMP deve corresponder às hipóteses mais prováveis e perigosas de guerra, aos efetivos mais prováveis do inimigo e à diferente densidade populacional de Portugal, face ao inimigo mais provável, a Espanha. Para tal, uma futura organização deveria ser baseada na melhoria da instru-

¹⁰ As manobras de outono, ou escolas de repetição, destinavam-se a completar a instrução, reunindo em exercício de campo efetivos militares próximos dos empregues na IGM na Flandres, do quadro e tropas mobilizadas. Estes últimos possuíam um período formativo que antecedia a entrada nas *manobras*. As praças eram provenientes das escolas de recrutadas enquanto os oficiais e sargentos tinham sido preparados numa escola de quadros (Monteiro, 1925, p. 652).

ção e do armamento de forma a “[...]compensar a inferioridade moral produzida pela inferioridade numérica.” (Leite, 1926, p. 146).

2.2 A organização de 1926

A organização do Exército que entra em vigor cerca de um mês depois do golpe militar de 28 de maio de 1926, preparado pelo General Sinel de Cordes, tem como objetivo, segundo Oliveira (1995, p. 14), promover a modernização do Exército, carecido de urgentes reformas globais ainda não efetuadas desde a Grande Guerra.

Em sete de julho de 1926, são publicadas no Diário do Governo as bases para a nova organização do EMP que viria ser publicada em dois de agosto do mesmo ano através do Decreto N.º 12:017 do MG. Estas serviriam de suporte para a organização de um exército em tempo de paz a partir do qual se constituiria um exército de campanha mais vocacionado para as guerras modernas, tanto ao nível da organização das subunidades como ao nível da metodologia de mobilização de pessoal. Nessas mesmas bases o governo anuncia que esta reorganização não será perfeita e que a mesma estaria sujeita a condicionantes de ordem económica, financeira e interna e externa (MG, 1926a, p. 706-707).

Para tal, esta reorganização baseou-se na organização de 1911, e conforme apresentado na sua Base I para a reorganização, introduzindo apenas algumas alterações “[...]na tecnologia e na ordem por que são enumerados os diferentes elementos do exército[...]”(MG, 1926a, p. 707). Algumas destas alterações eram visíveis pela criação das Baterias Antiaéreas, das Companhias de Mineiros ou pela introdução dos calibres médios na Artilharia pesada de campanha bem como pela reordenação da antiguidade das Armas e Serviços, passando esta a atender à importância das armas para o combate (MG, 1926a, p. 706-711) e tornando a Infantaria “[...]a arma preponderante, a arma decisiva, a arma principal dos exercitos, a proclamada *rainha das batalhas*.” (Beça, 1922, p. 142).

A reorganização de 1926 reflete ainda que “A índole e condições do povo português, bastante diferenciadas das do suíço, cuja organização militar principalmente serviu de modelo ao Decreto de 1911, não permite implantar entre nós (...) o regime miliciano precisamente como na Suíça é adoptado.” (MG, 1926a, p. 706). Também Oliveira (1995, pp. 37-38) corrobora esta necessidade de abandonar o modelo de mobilização suíço no EMP após este ter demonstrado não ser o adequado apesar das semelhanças existentes ao nível da dimensão geográfica de ambos os países acrescentando ainda que as preocupações financeiras da época se tornaram uma das causas desta alteração e que encaminharam o Exército para um sistema “semi-permanente”.

O modelo de mobilização miliciano não se adaptava às necessidades portuguesas. O governo apresenta que de forma a ser possível honrar os compromissos, derivados dos tratados existentes, e a poder garantir a possibilidade de exercer a sua soberania onde os interesses nacionais o determinassem, seria necessário manter preparado e organizado uma parte do exército para que o seu emprego em determinada colónia pudesse ser efetuado de forma célere e eficaz (MG, 1926a, p. 707).

Conforme se viria a confirmar posteriormente em 1926, já desde 1922 que Portugal procurava inspiração no sistema de mobilização e instrução inglês, através do estudo dos seus processos pelos quais se procuraria aperfeiçoar os métodos de formação dos soldados portugueses (MG, 1926a, p. 707).

Por o modelo inglês ser especialmente vocacionado para países que possuíssem um sistema de recrutamento voluntário, e onde a permanência nas fileiras do Exército fosse mais longa (Legação de Portugal em Londres, 1922, p. 1) careceu de adaptação, mediante um critério formado à custa da experiência da última guerra bem como da situação política, económica e financeira em que se encontrava Portugal, à data dos estudos para a reorganização do EMP (MG, 1926a, p. 707).

Para tal, torna-se fundamental, conforme declarou o Adido Militar em Londres, em 30 de junho de 1922, que fosse do conhecimento do EMP todos os trabalhos relativos às bases gerais e à organização do sistema de formação inglês, que tantos sucessos tinham obtido durante a IGM (Legação de Portugal em Londres, 1922, p. 1).

Também a influência francesa se viria a fazer sentir na reorganização de 1926, principalmente ao nível da organização militar e da doutrina (MG, 1926a, p. 707). Já em 1922, a estrutura do MG demonstra o seu interesse em poder obter a documentação mais relevante sobre o que se encontra a ser debatido em França acerca da futura reorganização do Exército, pelo que solicitou ao Adido Militar junto da delegação militar em Paris que pudesse diligenciar para que tal documentação pudesse ser enviada para Portugal (Repartição do Gabinete do MG, 1922). Em resposta ao solicitado, o Adido Militar informou que projetos referentes à organização e recrutamento do Exército francês encontravam-se, em setembro de 1922, em discussão na Câmara dos Deputados e que os mesmos constituíam a forma como o governo francês e a estrutura militar idealizavam a organização e o modo de recrutamento no ano de 1921, pelo que informou que dentro de alguns dias talvez pudesse fornecer informações sobre um plano de organização mais atual, no qual o estado-maior francês se encontrava a trabalhar, à data (Legação de Portugal em Paris, 1922).

Na sequência dos ensinamentos recolhidos na IGM, Portugal procura “[...]na nova organização do exército francês a inspiração da doutrina[...]” (MG, 1926a, p. 707). Pretende-se assim que a reorganização do Exército de 1926 possa ser acompanhada de publicações e regulamentos de nível tático para as subunidades de combate que permitam a integração da experiência recolhida guerra com os mais recentes princípios e métodos de guerra (Oliveira, 1995, p. 180). Por serem trabalhos com uma morosidade elevada, fruto da necessidade de adaptação à realidade nacional, estes regulamentos só viriam a ser publicados em 1926, obrigando, que o esforço para a adequação da doutrina tenha sido iniciado em anos anteriores ao da publicação (Oliveira, 1995, p. 180).

Evidências que contribuíram para esse esforço de elaboração doutrinária foram visíveis através das solicitações efetuadas ao Adido Militar em Paris, entre 1921 e 1923. De forma a desenvolver uma estrutura de defesa do Estado mais eficiente e mais capaz, o MG solicita que lhe seja fornecido conteúdos referentes ao planeamento e prática da educação física e da instrução militar preparatória¹¹ (EME, 1922a). Também para poder reorganizar as suas subunidades, são solicitados os mais recentes regulamentos franceses que pudessem servir de orientação para a remodelação do regulamento de companhia (Secretaria de Guerra, 1923). Finalmente, são também solicitadas informações para a implementação de capacidades que ainda não tinham sido geradas apesar de constarem na organização o Exército de 1911, como é o caso das *tropas de aerosteiros*¹². Relativamente a estas, futuramente inseridas na organização do EMP de 1926, o MG solicita ao Adido Militar em Paris que efetue diligências no sentido de poder obter as instruções e os regulamentos adotados pelo Exército francês nas suas companhias de aerosteiros afim de as mesmas poderem servir de base à elaboração doutrinária e na instrução durante a implementação desta capacidade do EMP (Repartição do Gabinete do MG, 1921).

Desta forma, a reorganização do EMP de 1926, que muito beneficiou em termos tecnológicos com o armamento e equipamento de fabrico inglês que o Corpo Expedicionário Português (CEP) trouxe de França, provoca a transição para, não só, um “período inglês” (Telo, 2004b, p. 389) mas também, na nossa

¹¹ Este tipo de instrução destinava-se fundamentalmente à formação cívica e ao desenvolvimento físico dos jovens dos 17 aos 20 anos e precedia uma eventual chamada para a instrução técnica de recrutas (Revista Militar, 1926, pp. 120-121).

¹² As tropas de aerosteiros encontravam-se, na organização de 1911 inseridas no Serviço Telegráfico Militar da Arma de Engenharia e tinham como finalidade o estabelecimento de comunicações, a observação do campo de batalha podendo inclusivamente ser utilizadas como barragens passivas contra aeronaves. Já na organização de 1926, este tipo de unidades passou a estar integrado nas Tropas e Serviços da Arma de Aeronáutica (MG, 1911, pp. 2141; MG, 1926a, p. 723; CPHM, 2008, pp. 51-52).

opinião, para um período francês, conforme os indícios apresentados anteriormente. É assim, sob influência inglesa e francesa, que o novo governo que tomara o poder em 28 de maio de 1926 conduz os destinos da nação, dando continuidade às políticas da Primeira República e mantendo em aberto que a colaboração com um “exército estrangeiro” se pode repetir num outro conflito (MG, 1926a, p. 718). O governo exerce o seu esforço externo em questões como a manutenção da integridade das colónias ultramarinas portuguesas, o garantir a relevância nacional no concerto das nações, através de esforços que lhe permitam integrar o Conselho Executivo da futura Sociedade das Nações, e o incrementar das relações com a aliança inglesa (Teixeira, 2004, pp. 33-34).

3. As adaptações que deram origem à organização do Exército pós IGM

Conforme apresenta Carrilho (1985, p. 218), a participação na IGM teve importantes repercussões no EMP ao nível do armamento e da tática. Sendo difícil dissociar estas duas fundamentais evoluções destacaremos que algumas das principais repercussões surgiram da afirmação da importância da Infantaria e do emprego da aviação.

As lições da guerra, com repercussões ao nível da tática, levaram ao reescalonamento da antiguidade¹³ das Armas organizando-as pela sua importância para o combate concedendo maior importância às *Armas operacionais*, como a Infantaria e a Cavalaria em detrimento das *Armas técnicas* como a Artilharia e a Engenharia (Quadro 1).

Quadro 1 - Antiguidade das Armas e Serviços em 1911 e 1926

Antiguidade das Armas e Serviços		
#	Organização de 1911	Organização de 1926
1	Arma de Engenharia	Arma de Infantaria
2	Arma de Artilharia	Arma de Artilharia
3	Arma de Cavalaria	Arma de Cavalaria
4	Arma de Infantaria	Arma de Engenharia
5	Serviço de Saúde Militar	Arma de Aeronáutica
6	Serviço Veterinário Militar	Serviço de Saúde Militar
7	Serviço de Administração Militar	Serviço Veterinário Militar
8	Secretariado Militar	Serviço de Administração Militar

Fonte: (MG, 1911, p. 2139;MG, 1926b, p. 914).

¹³ A palavra *antiguidade*, na terminologia militar, encontra-se relacionada com aquilo que é hierarquicamente superior (Matos, 2004a, p. 127).

À semelhança da alteração apresentada anteriormente, também outras alterações foram promovidas à organização do Exército de 1911, sendo que seguidamente, apresentaremos aquelas que considerámos serem algumas das principais adaptações vertidas na organização do EMP de 1926

3.1 O Ministério da Guerra e o Estado-Maior

A organização de 1911 prevê um cargo para um militar que se apresentaria como o principal responsável pelos trabalhos e atribuições da estrutura militar do Exército. O Major General do Exército¹⁴ seria, na organização de 1911, o elo de ligação entre a estrutura militar e a estrutura política, do Ministério da Guerra (MG), bem como o principal responsável pelos trabalhos desenvolvidos pelo Estado-Maior do Exército (EME), nomeadamente dos assuntos relativos à guerra e à defesa geral do Estado (MG, 1911, p. 2151).

Com a supressão desse cargo na organização de 1926, o Ministro da Guerra passaria a interagir diretamente com o Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME) e com o Quartel-Mestre General (QMG). Esta alteração colocaria as antigas 1ª e 2ª Direções do EME na estrutura do MG de 1926, passando as mesmas, respetivamente, a adotar a denominação de 3ª e 4ª Direções-Gerais, acumulando todas as suas atribuições em tempo de paz com todos os assuntos que digam respeito à preparação para a guerra (MG, 1926a, p. 707).

A 3ª Direção-Geral do MG de 1926, antiga 1ª Direção de 1911, passa a adotar uma divisão em dois *ramos*¹⁵, um vocacionado para a preparação e emprego do Exército em operações e outro responsável pela parte burocrática (MG, 1926b, pp. 915-916).

A organização de 1926 apresenta a Inspeção Superior da Administração do Exército (ISAE), um órgão na direta dependência do Ministro da Guerra, cujas ações de inspeção abrangerão todo o Exército com vista a garantir a sua correta administração (MG, 1926a, pp. 707-708; MG, 1926b, p. 916).

¹⁴ Segundo Matos (2004a, p. 119) era o Oficial mais antigo e o Comandante Operacional em caso de guerra.

¹⁵ Entendemos que ao enunciarem a palavra *ramos* os autores estariam a demonstrar que teria de existir uma subdivisão mais acentuada na futura 3ª Direção-Geral do MG. Na organização de 1926 destacar-se-iam perfeitamente duas áreas: uma responsável pelo planeamento e organização de um *Grande Quartel-General* a ser empregue em caso de guerra, outra responsável pelo tratamento de assuntos de carácter mais burocrático (Matos, 2004b, p. 148).

3.2 A Divisão Territorial

A organização de 1911 previa uma divisão territorial em que o espaço geográfico continental de Portugal se encontrava dividido em oito circunscrições¹⁶ de Divisão em tempo de paz, que em tempo de guerra teriam como responsabilidade levantar igual número de Divisões preparadas para a guerra. Para o levantamento das Divisões em tempo de guerra, os Comandantes das Divisões, recorriam a um sistema de recrutamento no universo das unidades e da população da área que se encontrava na sua jurisdição. A exceção ao universo de recrutáveis por cada Comandante de Divisão surge associada às unidades e tropas que se encontrem na alçada direta do Ministro da Guerra, que prestem serviço no CEL ou que façam parte de alguma autoridade militar independente (MG, 1911, p. 2155).

A organização de 1926, que reduz as circunscrições militares no espaço continental ao Governo Militar (GM) de Lisboa¹⁷ e a quatro Regiões Militares (RM), apresenta que estas terão uma constituição desigual entre si, a mobilização decorrerá exclusivamente dentro do seu universo geográfico, assumindo desde logo que existem condicionamentos à mobilização (MG, 1926a, p. 708;MG, 1926b, p. 167).

3.3 A Arma de Aeronáutica

A organização de 1911 ainda não previa a existência da Arma de Aeronáutica, como a conheceremos em 1926¹⁸, mas acabou por contribuir para a sua edificação através da Companhia de Aerosteios, integrada no Serviço Telegráfico Militar da Arma de Engenharia (MG, 1911, p. 2141).

A Aeronáutica Militar acaba por se desenvolver ainda antes da participação na IGM através da criação da Escola de Aeronáutica Militar em Vila Nova da Rainha, em maio de 1914, que compreenderia a utilização de meios de aviação e aerostação, sendo que nessa data ainda não existiam nem recursos humanos nem materiais para a edificação de tal tipologia de unidade

¹⁶ Na área respeitante à primeira circunscrição de Divisão encontra-se o Campo Entrincheirado de Lisboa (CEL) que tem à sua responsabilidade a defesa terrestre da capital (MG, 1911, p. 2139).

¹⁷ O CEL passa organicamente a estar integrado no GM de Lisboa e fica com a responsabilidade de garantir a defesa terrestre dos portos marítimos de Lisboa e Setúbal bem como preparar a defesa terrestre da capital em ambas as margens do Rio Tejo (MG, 1926a, p. 709).

¹⁸ Apesar dos diversos avanços e recuos que foram acontecendo entre 1911 e 1926 a Arma de Aeronáutica ainda se considera “[...] uma especialidade em via de organização, em que quási tudo está por fazer [...]” (MG, 1926a, p.712).

(Matos, 2004a, p. 132). Desde a sua criação até à reorganização do Exército efetuada em 1926 decorreram inúmeros avanços que permitiram que a aeronáutica passasse a ser considerada uma Arma¹⁹ e tivesse recursos humanos e materiais para a sua organização em diversas unidades militares.

A participação na IGM contribuiu significativamente para a evolução das capacidades aeronáuticas militares. O apoio ao desenvolvimento da Escola de Aeronáutica Militar tinha sido assegurado junto de França mas devido ao início do conflito esse apoio só pode ser garantido já em agosto de 1916 (Telo, 2004a, p. 377).

Fundamentalmente, depois da participação na IGM, na organização do EMP de 1926 é colocada em igualdade de circunstâncias com as restantes Armas e Serviços, passando a constar num documento comum referente à organização do Exército. Na organização de 1926, destacam-se as Escolas Militares de Aviação e de Aerostação bem como a constituição de Regimentos de caças, de bombardeamento e de observação, na dimensão de aviação, e um Batalhão de Aerosteios, na dimensão da aerostação (MG, 1926b, p. 723).

3.4 O Serviço Militar

O modelo de recrutamento da organização de 1911 apresenta um rompimento com o modelo Monárquico anterior, mais por motivos políticos²⁰ do que por motivos militares, abandonando o modelo dos exércitos permanentes e adotando um modelo de bases milicianas, deixando assim a visão de que o poder governativo se mantinha com base no Exército, que o sustentava com base na sua força armada (MG, 1911, p. 2138).

Não possuindo capacidade orçamental para a implementação do modelo francês, que traria custos acrescidos pela implementação de um serviço militar obrigatório e individual para a totalidade dos recrutáveis, nem granjeando o apoio da maioria do corpo de oficiais, para apoiarem tal mudança tão radical que colocaria a sua existência em causa, a organização de 1911 encontraria no modelo suíço um ponto intermédio (Matos, 2004a, p. 129; Telo, 2004a, p. 363).

¹⁹ A Aeronáutica Militar é considerada uma Arma pois “[...] não se limita a exercer a sua ação no sentido de facilitar ou tornar possível a das outras armas; não tem um papel passivo, actua activamente colaborando, pelos meios postos à sua disposição, bombas e metralhadoras, na destruição do adversário. É pois uma arma actuando num meio diferente, mas cooperando activa e poderosamente com todas as outras para o bom êxito da batalha.” (MG, 1926a, p.712).

²⁰ O Decreto do MG de 1911 apresenta no seu corpo um conjunto de juízos políticos acerca da organização militar anterior a 1911.

Esta nova organização de bases suíças, que haveria de não conseguir ter total aplicação, seria constituída pelas *tropas ativas*²¹ e pelas tropas mobilizáveis, como as *tropas de reserva*²² e *tropas territoriais*²³. A redução que se pretendia efetuar no seio do Exército seria contrabalançada com a constituição de uma força militar da confiança do novo regime Republicano, a GNR, constituída pelos Oficiais do Exército de maior confiança, fundamentalmente com o objetivo de garantir o controlo de Lisboa (Telo, 2004a, pp. 363-364; Telo, 2004, p. 391).

A organização de 1926, conforme apresentada nas suas *bases gerais*, pretende garantir a existência de um Exército preparado que em caso de necessidade possa dar origem a um Exército de campanha que permita “[...]honrar os compromissos derivados dos tratados existentes[...]”²⁴ e que consiga “[...]exercer a sua ação onde os interesses nacionais o exijam.” (MG, 1926a, p.707).

A organização de 1926 passaria a adotar um modelo em que reforçaria os efetivos de praças no *Exército ativo*²⁵, aumentando também o número de militares do quadro permanente com vista a manter a prontidão para o seu emprego em tempo de paz, e manteria com um regime de mobilização de prontidão mais reduzida as praças nas *reservas ativa*²⁶, *territoriais*²⁷ e de

²¹ Aquelas que se destinavam a entrar prontamente em ação no Exército de campanha e na guarnição permanente dos pontos fortificados (Oliveira, 1995, p. 111).

²² Tropas com menor prontidão e que se destinavam a reforçar o Exército de campanha e as guarnições do CEL e/ou de outros pontos fortificados (Oliveira, 1995, p. 111).

²³ Aquelas que se destinavam à defesa das localidades ou a outros trabalhos decorrentes da passagem ao estado de defesa dos pontos fortificados e outras missões de carácter mais sedentário (Oliveira, 1995, p. 114).

²⁴ Na opinião do autor esta é uma clara alusão à aliança estabelecida com a Inglaterra, à semelhança do que aconteceu no passado para a participação na IGM e cuja colaboração se poderá repetir (MG, 1926a, p. 718).

²⁵ Aquele onde as praças pertencentes a este escalão teriam a obrigatoriedade de cumprir até quatro anos de serviço efetivo nas fileiras, podendo ser dispensadas e novamente convocadas pelos Comandantes dos Regimentos após um ano de serviço contado após o final da instrução de recrutas. Estes militares podiam ser empregues para prestar serviço no continente, nas ilhas adjacentes, nas colónias ou onde as contingências nacionais o exigissem (MG, 1926a, p. 724).

²⁶ As praças pertencentes a este escalão só poderiam ser convocadas pelo Poder Executivo. Estes militares podiam ser empregues para prestar serviço no continente, nas ilhas adjacentes, nas colónias ou onde as contingências nacionais o exigissem (MG, 1926a, p. 724).

²⁷ As praças pertencentes a este escalão só poderiam ser convocadas pelo Poder Executivo. Estes militares apenas poderiam ser empregues para prestar serviço no continente (MG, 1926a, p. 724).

*recrutamento*²⁸ para que de modo célere e eficaz, pudessem garantir a segurança de Portugal, apesar de possuírem uma dimensão bem menor da que na organização de 1911 (MG, 1926a, pp. 705, 707; Telo, 2004, p. 398).

3.5 Análise

Neste capítulo analisaremos as principais adaptações que foram efetuadas à organização do Exército de 1911, e que foram posteriormente implementadas na organização do EMP de 1926, e que nos permitem visualizar uma aproximação aos modelos do Exército francês e inglês. A aproximação ao primeiro modelo, é valorizada pela proximidade que o mesmo apresentava quanto à necessidade de promover a defesa das fronteiras, como forma de precaver um ataque da Alemanha, o seu país vizinho que se apresentava como mais perigoso. Este mesmo modelo teria aplicação em Portugal para fazer face a um possível ataque do nosso único vizinho, a Espanha. O segundo modelo tinha por base a antiga aliança com a Inglaterra. Com a aproximação ao modelo francês, exercendo um esforço redobrado na defesa continental, Portugal aumentaria a sua possibilidade de sucesso de não ser invadido, enquanto aguardava pelo reforço das forças do Exército inglês, o identificado *exército estrangeiro*, com o qual interessaria que existisse uma maior aproximação organizacional possível (Duarte, 2010, pp. 32-34).

Assim, e com base no apresentado nos dois últimos capítulos, identificaremos a origem das influências de cada uma das adaptações efetuadas à organização de 1911 bem como fundamentaremos o que motivou cada uma delas, com vista a identificar como foram estruturadas essas mesmas adaptações.

3.6 O Ministério da Guerra e o Estado-Maior

A organização do EMP de 1926 suprime o cargo de Major General do Exército, o Exército deixa de possuir, centralizado na figura de um único militar, a responsabilidade de toda a organização do Exército recaindo estas responsabilidades de coordenação sobre o CEME e sobre o QMG, que passaram a estar na dependência direta do Ministro da Guerra (Oliveira, 1995, p. 119).

À semelhança do adotado nos exércitos inglês e francês da época, esta alteração tinha como objetivo promover uma maior identificação entre o Ministro e estas duas entidades militares, o CEME e o QMG, que se apresentariam como os Comandantes de dois dos mais importantes órgãos com quais o Ministro teria de se ligar em caso de guerra (MG, 1926a, p. 707).

²⁸ Constituem este escalão os mancebos dos 17 aos 20 anos que possuísem a instrução militar preparatória (MG, 1926a, p. 724).

Aproveitando a integração do EME na estrutura do MG, efetuou-se a separação dos assuntos que diziam respeito à antiga 1ª Direção, ou Direção do Serviço do Estado-Maior, de 1911, fruto das boas experiências que tinham vindo a ser efetuadas por outros Estados. Com vista a melhorar os trabalhos da competência exclusiva do EME, e à semelhança do que vinha a ser adotado no Exército francês, na futura 3ª Direção-Geral do MG de 1926 passariam a existir duas áreas, ou *ramos*, uma, passaria a ser responsável pela preparação do EMP para a guerra bem como seria o local de onde sairiam os principais elementos que constituiriam um Quartel-General responsável pelo emprego do EMP em operações, enquanto a outra seria responsável por procedimentos de carácter mais burocrático.

A inspiração, para esta alteração, não suficientemente explícita no Decreto da *Organização do EMP*, de dois de agosto de 1926, foi importada do modelo francês que, mesmo após a IGM, apresentava uma maior preocupação com a defesa das suas fronteiras face ao perigo vizinho, através da separação dos assuntos referentes ao expediente e administração dos assuntos referentes à preparação e prontidão para a guerra.

Outra das adaptações que foi efetuada na estrutura do MG foi a criação ISAE, tendo por base o serviço de *controle* em uso no Exército francês. Esta surge da avaliação da existência de uma entidade na alçada direta do Ministro da Guerra que garantisse a sua administração do Exército, exercendo para tal a sua ação fiscalizadora “[...]sob o ponto de vista da legalidade como também da conveniência dos atos praticados.” (MG, 1926a, pp. 707-708). A ISAE assume então competências inspetivas fundamentalmente sobre a “[...]administração, operações e contas dos corpos, serviços e estabelecimentos militares.” que possuem administração autónoma (MG, 1926b, p. 916).

3.7 A Divisão Territorial

A reorganização territorial de 1926, com a redução de oito para cinco²⁹ circunscrições, tinha como objetivo facilitar a passagem de um dispositivo preparado para desempenhar as suas funções em tempo de paz para o dispositivo de um Exército preparado para a guerra (Matos, 2004b, p. 150). Com o incremento do espaço geográfico de cada uma das circunscrições e com a redução do número de Divisões a levantar, as garantias de sucesso na mobilização tornar-se-iam mais elevadas, isto apesar se admitir que existiria uma desigual composição das Divisões face aos recursos humanos disponíveis em cada uma das circunscrições, à semelhança do adotado nos Exércitos inglês e francês (MG, 1926a, p. 708).

²⁹ O GM de Lisboa e quatro RM.

3.8 A Arma de Aeronáutica

A Aeronáutica, apesar de ter a sua génese na organização de 1911, através da Companhia de Aerostação, tem os seus principais desenvolvimentos no ano de 1914. A sua evolução em termos de formação, recursos humanos e materiais desenvolve-se pelo período da IGM, culminando com o seu reconhecimento como uma Arma na Organização do EMP de 1926.

Apesar de não possuir as mesmas evoluções que a dimensão aviação, a aerostação continua a ser alvo de tentativa de desenvolvimento em Portugal, como comprovam os contactos com o Adido Militar em Paris no sentido de pedir instruções e regulamentos sobre a utilização destes meios.

Para o apoio ao CEP é criado o seu próprio *Serviço de Aviação* com uma Esquadrilha de Caças e duas Esquadrilhas de Regulação de Tiro, cuja formação, armamento e equipamento deveria ser fornecido pelos ingleses, para a criação de unidades à semelhança dos seus *squadrons*. Ao contrário do que se passou com o restante armamento e equipamento do CEP, os *Serviços de Aviação* foram totalmente apoiados pelos franceses tendo inclusivamente sido integrados nas suas diversas Esquadrilhas, deixando o CEP sem apoio aéreo próprio (Oliveira, 1995, pp. 60-63; Telo, 2004a, p. 387).

Estas aeronaves utilizadas pelos pilotos portugueses em França, juntamente com outras vendidas a Portugal no final do conflito mundial bem como ainda outras colocadas em bases nacionais durante o período do conflito estiveram na base da constituição da Arma de Aeronáutica Militar, dotada de aeronaves quase na sua totalidade francesas (Telo, 2004a, p. 379).

Entre 1919 e 1921 e após receber mais aeronaves francesas, oriundas dos excedentes de guerra, a Aeronáutica Militar adere, a partir de 1923, a uma corrente mais inglesa em termos de aeronáutica. Através dessa relação e com vista à criação de unidades vocacionadas para o treino e formação são adquiridas 24 aeronaves *Avro 504K*, sendo que numa vertente mais operacional são adquiridos nove *Vickers Valparaíso I* e dois *Avro 548 A*, mais orientados para missões de reconhecimento, e três aeronaves de tipologia caça, os *Martynside F-4 Buzzard*³⁰. Acrescem a estas aeronaves as já existentes com origem nos excedentes de guerra franceses, nomeadamente 22 aeronaves caça *SPAD VII C1* e 29 bombardeiros *Breguet Br. 14 A2* (Telo, 2004, pp. 395-396).

³⁰ A estas três aeronaves *Martynside F-4 Buzzard* pode somar-se mais uma adquirida entre 1919 e 1921 (Telo, 2004b, p. 395).

3.9 O Serviço Militar

Um dos aspetos por nós considerado fundamental e que distingue a organização de 1926 da organização de 1911, é o destaque transmitido pelo Decreto 11:856/1926 quanto à necessidade de existirem garantias de mobilização e constituição de um Exército de campanha, a partir da organização do Exército em tempo de paz (MG, 1926a, p. 706). Esta preocupação relativamente às garantias de mobilização e prontidão para o emprego do Exército tornam-se evidentes através das, também elas, explícitas preocupações com a necessidade de honrar os compromissos derivados dos tratados existentes bem como de garantir a segurança do próprio país, nomeadamente no *vasto império colonial*, para o qual são necessárias forças organizadas e preparadas para que possam ser empregues de forma rápida (MG, 1926a, p. 707).

Para o cumprimento destes desígnios são afastados os modelos anteriores, o suíço, que serviu de base à organização de 1911 e o do Exército permanente, da época da monarquia. A adoção direta destes modelos é descartada, por se considerar que estes não se aplicam às condições do povo português, não se encontram atualizados e são bastante dispendiosos, fruto de obrigarem à permanência nas fileiras de um efetivo mais numeroso. Assim, a melhor solução seria a adoção de um modelo misto aproximando do modelo inglês e do francês (Matos, 2004b, p. 147).

No caso do modelo inglês, já tinham sido efetuadas diligências no sentido de o Adido Militar em Londres fornecer informação relativa às bases gerais e à organização do sistema de formação inglês. Quanto ao modelo francês, as diligências efetuadas tinham sido similares, tendo sido solicitadas ao Adido Militar em Paris informações referentes aos projetos de organização e recrutamento e até mesmo sobre a educação física e a instrução militar preparatória.

Conclusões

O objetivo geral do nosso trabalho foi a identificação das causas e das adaptações efetuadas à organização do EMP após a participação na IGM. O desenvolvimento do mesmo permitiu-nos concluir que a organização do EMP, em 1926, teve na sua génese os contributos do processo de integração proporcionado pelas forças francesas e inglesas durante a participação das forças portuguesas na IGM.

Para tal, identificámos que as causas que estiveram na origem da reorganização do EMP se encontravam intimamente relacionadas com o propósito de garantir uma melhor integração com os exércitos francês e

inglês, em caso de necessidade de colaboração contra a ameaça espanhola. Sendo que, a organização de 1926 inclui elementos dos dois modelos de exércitos, que são diferentes na organização superior do Exército, na divisão territorial, no modo de prestação de serviço e no armamento, mas ambos contribuem para a construção do modelo português de organização, com o objetivo de garantir uma força mais preparada que consiga garantir a segurança do país e dos seus interesses.

Iniciámos o nosso trabalho caracterizando a época 1919-1926, nas suas dimensões política, social e militar para que nos fosse possível ilustrar a época em que foi idealizada a reorganização EMP de 1926. Apresentámos que, politicamente, o período de 1919-1926, se caracterizava pela instabilidade, com diversas alterações ao nível político que permitiam apenas a tomada de medidas de curto prazo. A grave crise socioeconómica gerada pela participação na IGM divide a população, num ambiente que se caracteriza pelas divergências entre o patronato e os trabalhadores, onde também se incluem a relação dos militares com o governo. Os diversos governos procuram atingir os seus interesses ora protegendo as entidades responsáveis pela produção de produtos e bens, ora transformando a GNR e tentando tranquilizar o Exército, cujas lideranças se encontravam revoltadas com o desenrolar do processo político. Em resumo, a ideia que marcava o final desta época, e que se apresentava como uma forma de resolução para este período de guerra civil intermitente, passaria por um afastamento da dimensão política e pelo renascimento de um Estado centrado nas questões nacionais, através do renascimento do militarismo.

Seguidamente apresentámos que as limitações decorrentes da débil situação política, económica e financeira em que se encontra Portugal, no período que medeia 1919 e 1926, não permitem a manutenção de um EMP de grandes dimensões e muito dispendioso que permitisse garantir a defesa em autonomia contra uma possível investida espanhola. A participação na IGM, com a aproximação à Inglaterra e França, surgia assim com um duplo objetivo: legitimar o apoio para integrar ativamente a futura Sociedade das Nações bem como incrementar as garantias do apoio inglês contra a permanente ameaça espanhola. Assim, concluímos que as causas que estiveram na origem das adaptações à organização do EMP pós IGM, com a aproximação aos modelos militares francês e inglês, tiveram como finalidade criar condições para uma melhor integração em caso de necessidade de colaboração contra a ameaça espanhola.

Depois apresentámos algumas das que considerámos serem as alterações mais significativas promovidas na reorganização do EMP em 1926. A organização de 1926 elimina o cargo de Major General do Exército e coloca o

CEME e o QMG, bem como as Direções que dirigem, na dependência direta do Ministro da Guerra. A nova organização territorial é reduzida para quatro circunscrições, responsáveis cada uma pela mobilização de uma Divisão. A Aeronáutica passa a estar integrada na organização das Armas e Serviços do Exército e incorpora a aerostação. O modelo de *serviço militar* abandona parcialmente o modelo miliciano, permitindo o reforço das unidades do *Exército ativo*, melhor organizadas e mais bem preparadas para garantir a segurança do país e dos seus interesses

Posteriormente analisámos as principais adaptações efetuadas à organização de 1911, apresentadas no capítulo anterior, identificando e fundamentando a origem das suas influências, francesas e inglesas, tendo como objetivo identificar como as mesmas foram estruturadas. Sob a influência dos dois modelos, o CEME e QMG passam a depender diretamente do Ministro da Guerra, enquanto que, singularmente, o modelo francês, dá origem à subdivisão do EME, numa área operacional e noutra burocrática, e leva à criação um órgão de inspeção, a ISAE, na alçada direta do Ministro. O sucesso dos dois modelos nos países de origem leva à redução do número das circunscrições territoriais, procurando desta forma fornecer maiores garantias de sucesso ao processo de mobilização. A Aeronáutica, na sua dimensão de aerostação é influenciada pelo modelo francês enquanto na dimensão aviação, a influência é efetuada pelos dois modelos. Finalmente, o modelo misto do Serviço Militar de 1926 encontrou as suas bases nas organizações francesa e inglesa, procurando afastar-se da falta de garantias quanto à mobilização e preparação do modelo miliciano e dos elevados custos dos exércitos permanentes.

Bibliografia

- Beça, A., 1922. *Lições da Grande Guerra*. Lisboa: Empresa Diário de Notícias.
- Carrilho, M., 1985. *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Séc. XX: para uma explicação sociológica do papel dos militares*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- CPHM, 2008. *As Transmissões Militares: da Guerra Peninsular ao 25 de Abril*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.
- Duarte, A. P., 2010. *A Política de Defesa Nacional 1919-1958*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

- EME, 1922a. *Ofício N.º100, de 13 de Janeiro, da 1ª Secção da 1ª Repartição da 1ª Direcção do EME para o Adido Militar junto da Legação de Portugal em Paris.* [datilografado] 1ª Divisão, Secção N.º 36, Caixa N.º 26, Documento N.º 23. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- EME, 1922b. *Ofício N.º1078, de 05 de Setembro, do Chefe do Estado-Maior do Exército para o Chefe da repartição do Gabinete da Secretaria de Guerra.* [datilografado] 3ª Divisão, Secção N.º 2, Caixa N.º 15, Documento N.º 20. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- EME, 1922c. *3º Relatório da Comissão de Estudos de Reorganização, 1ª Direcção do Estado-Maior do Exército.* [datilografado] 3ª Divisão, Secção N.º 2, Caixa N.º 15, Documento N.º 21. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- Legação de Portugal em Londres, 1922. *2º Relatório de Instrução Educativa no Exército.* [datilografado] Portugal e as campanhas na Europa, 1ª Divisão, Secção N.º 36, Caixa N.º 23, Documento N.º 13. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- Legação de Portugal em Paris, 1922. *Ofício N.º 198 para o Chefe da Repartição do Gabinete da Secretaria de Guerra.* [datilografado] 1ª Divisão, Secção N.º 36, Caixa N.º 28, Documento N.º 13. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- Leite, J. d. O., 1926. Estudo de Organização Militar. *Revista Militar, março-abril*, pp. 142-155.
- Matos, L. S. d., 2004a. República: Um «Corpo com Alma». In: M. T. Barata & N. S. Teixeira, ed., 2004. *Nova História Militar de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, Volume 4, pp. 117-142.
- Matos, L. S. d., 2004b. Estado Novo. In: M. T. Barata & N. S. Teixeira, ed., 2004. *Nova História Militar de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, Volume 4, pp. 143-188.
- MG, 1911. Organização Geral do Exército (Decreto N.º122/1911 de 26 de maio do Ministério da Guerra), Lisboa: Diário do Governo.
- MG, 1925. Bases para a Organização do Exército Metropolitano (Decreto N.º11:294/1925 de 30 de novembro do Ministério da Guerra), Lisboa: Diário do Governo.
- MG, 1926a. Bases para a Organização do Exército Metropolitano (Decreto 11:856/1926 de 07 de junho do Ministério da Guerra), Lisboa: Diário do Governo.

- MG, 1926b. Organização do Exército Metropolitano (Decreto 12:017/1926 de 02 de agosto do Ministério da Guerra), Lisboa: Diário do Governo.
- Monteiro, H. P., 1925. Manobras de Outono. *Revista Militar, novembro-dezembro*, pp. 651-670.
- Oliveira, A. N. R. d., 1993a. *História do Exército Português (1910-1945): Volume I*. Lisboa: EME.
- Oliveira, A. N. R. d., 1993b. *História do Exército Português (1910-1945): Volume II*. Lisboa: EME.
- Oliveira, A. N. R. d., 1994. *História do Exército Português (1910-1945): Volume III*. Lisboa: EME.
- Oliveira, A. N. R. d., 1995. *História do Exército Português (1910-1945): Volume IV*. Lisboa: EME.
- Pinto, A. C., 2011. *A Primeira República e os Conflitos da Modernidade (1919-1926): A Esquerda Republicana e o Bloco Radical*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Pires, N. L., 2011. Portugal em Guerra na Grande Guerra (1914-1918). *Academia*, [Em linha]. Disponível em: https://www.academia.edu/9895497/Portugal_em_Guerra_na_Grande_Guerra_1914-1918_, [Acedido em 27 Fev. 2016].
- Ramos, R., 1994. A Segunda Fundação (1890-1926). In: Mattoso, J., 1994. *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. Volume Seis.
- Repartição do Gabinete do MG, 1921. *Ofício N.º 956, de 25 de Fevereiro, para o Adido Militar junto da Legação de Portugal em Paris*. [datilografado] 1ª Divisão, Secção N.º 36, Caixa N.º 28, Documento N.º 13. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- Repartição do Gabinete do MG, 1922. *Ofício N.º 3127, de 30 de Setembro, para o Adido Militar de Portugal em Paris*. [datilografado] 1ª Divisão, Secção N.º 36, Caixa N.º 28, Documento N.º 13. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- Revista Militar, 1926. Crónica Desportiva. *Revista Militar, janeiro-fevereiro*, pp. 120-125.
- Secretaria de Guerra, 1923. *Telegramme Officiel N.º 512 para Attache Militaire, Paris (Major Ferreira de Passos)*. [datilografado] 1ª Divisão, Secção N.º 36, Caixa N.º 28, Documento N.º 13. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.

- Teixeira, N. S., 1998. Portugal na "Grande Guerra" 1914-1918: as razões da entrada e os problemas da conduta. In: N. S. Teixeira, 1998. *Portugal e a Guerra: História das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições Colibri / Instituto de História Contemporânea da FCSH da UNL, pp. 55-69.
- Teixeira, N. S., 2004. Portugal e a Grande Guerra. In: M. T. Barata & N. S. Teixeira, ed., 2004. *Nova História Militar de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, Volume 4, pp. 14-34.
- Telo, A. J., 1984. *Decadência e Queda da I República Portuguesa: Volume II*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- Telo, A. J., 2004a. Os Começos do Século. In: M. T. Barata & N. S. Teixeira, 2004. *Nova História Militar de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, Volume 4, pp. 350-385.
- Telo, A. J., 2004b. Entre Regimes (1919-1930). In: M. T. Barata & N. S. Teixeira, 2004. *Nova História Militar de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, Volume 4, pp. 386-402.
- Telo, A. J., 2014. Um Enquadramento Global para uma Guerra Global. *Nação e Defesa: Portugal na Grande Guerra N.º 139*, pp. 08-33.
- Wheeler, D. L., 1978. *História Política de Portugal 1910-1926*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

**PRISIONEIRO DE GUERRA PORTUGUESES NO QUADRO DA GRANDE GUERRA
O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES CÍVICAS DE APOIO**

***PORTUGUESE PRISONERS OF WAR IN THE GREAT WAR
THE SUPPORTING ROLE OF CIVIC INSTITUTIONS***

João Nuno Saraiva Mota de Albuquerque
Major de Infantaria

Resumo

O presente texto pretende analisar o apoio das instituições cívicas aos prisioneiros de guerra. Para tal, procurámos perceber as razões que levaram o Estado a tardar no apoio aos prisioneiros, identificar as instituições que se destacaram nesse apoio e, por fim, analisar a interação entre as principais entidades responsáveis, visando compreender o volume e os efeitos do auxílio prestado, desde o momento da captura até ao seu repatriamento.

Assim, verificámos a existência de duas instituições que desempenharam um papel fundamental no apoio aos prisioneiros. O Comité de Socorros aos Militares e Cívicos Prisioneiros de Guerra e a Comissão Central de Assistência. Em união de esforços e apoiadas, posteriormente, pelo delegado do Serviço de Prisioneiros de Guerra, tornaram possível a assistência aos militares portugueses cativos na Alemanha.

Palavras-chave: Prisioneiros de Guerra; Grande Guerra; Instituições de Apoio.

Abstract

This article aim is to analyze the support of civic institutions to prisoners of war. To this end, we sought to understand the reasons for the state belated support to prisoners, identify the institutions that stood out in this support and, finally, to analyze the interaction between the main responsible actors, seeking to understand the volume and the effects of the aid provided from the moment of capture to their repatriation.

Thus, we found that there were two main institutions that played a key role in supporting prisoners. The Committee of Aid to the Military and

Civilian Prisoners of War and the Central Assistance Commission. In joint efforts and later supported by the delegate of the Prisoners of War Service they made it possible to assist the Portuguese military captives in Germany.

Keywords: *Prisoners of War; Great War; Civic Institutions.*

Introdução

Os prisioneiros de guerra (PG) portugueses, resultantes dos confrontos militares da Primeira Guerra Mundial, quer em África, quer na frente Europeia, foram uma inevitável consequência deste conflito, que marcaria de forma indelével o século XX. Compreender as circunstâncias e condições em que estes homens viveram e entender o papel do Estado Português e das várias instituições no apoio aos prisioneiros, torna-se fundamental para uma apreciação abrangente do fenómeno da guerra em geral e, particularmente, da participação militar portuguesa na Grande Guerra (GG).

A análise ao apoio prestado pelo Estado e demais organizações no acompanhamento dos PG, desde o momento da captura até ao seu regresso à pátria, interessa-nos particularmente. Este terá sido um dos conflitos da era contemporânea, nos quais Portugal participou, que produziu o maior número de PG portugueses. Assim, parece-nos fundamental compreender a forma como as instituições lidaram com esta realidade, para percebermos o papel dos militares na sociedade portuguesa de então e entendermos o impacto desta malograda experiência, na vida daqueles que serviram a nação na Flandres.

O papel desempenhado pelo Estado foi alvo de alguns estudos, nos quais ficou patente a sua inoperância. Como refere Carlos Alves Lopes (2012, p. 125). O Estado “fruto de um país em constantes convulsões governamentais não teve capacidade organizativa suficiente para apoiar os seus soldados nas trincheiras em França e muito menos os seus soldados nos campos de prisioneiros na Alemanha.” Maria José Oliveira, no seu trabalho intitulado *Deste triste viver*, conclui também, relativamente à assistência dada aos prisioneiros portugueses: “A situação exigia, por isso, a concretização célere de uma política governamental de assistência e proteção. Que não existiu.” (Oliveira, 2011, p. 94).

É neste contexto que procuraremos fazer incidir o nosso estudo no papel das inúmeras instituições cívicas que, nos estudos mais recentes, são apontadas como as únicas cujo apoio aos PG produziu algum efeito. Seguindo as linhas de investigação deixadas em aberto por alguns desses trabalhos,

de onde destacamos o mencionado por Fátima Mariano, que se tem dedicado ao estudo do papel das mulheres no apoio aos prisioneiros portugueses: “Ainda não nos foi possível verificar quais os verdadeiros resultados das diversas diligências levadas a cabo pela Comissão Protetora dos Prisioneiros de Guerra Portugueses” (Mariano, 2012, p. 532), tentaremos compreender se foi realmente efetivo esse apoio e de que forma estas instituições interagiram entre si, com o estado e com os prisioneiros.

1. Enquadramento

A temática dos PG, no quadro da GG, foi pouco abordada pela historiografia portuguesa e quase nada pela historiografia militar, até ao final do século passado. Já neste século, no último grande compêndio de História Militar, a *Nova História Militar de Portugal*, aparece apenas referenciada num parágrafo onde se contabilizam os mortos, os feridos e os PG (Teixeira, 2004, p. 30). Com efeito, houve uma tendência, no período posterior à participação militar portuguesa na GG, para obliterar do conhecimento geral o drama dos PG portugueses. É o próprio General Ferreira Martins que, já em 1935, na sua obra *Portugal na Grande Guerra*, sugere o seguinte: “Corramos, porém, um véu bem espesso sobre esse cenário de horrores que foi a vida de fome, de miséria, de martírio, dos prisioneiros portugueses na Alemanha” (Martins, 1935, pp. 120-121). Nuno Severiano Teixeira, no seu estudo *A Fome e a Saudade, os Prisioneiros Portugueses na Grande Guerra* aponta duas grandes razões para este facto: uma de ordem política, considerando que o prisioneiro é visto como aquele que fracassou em termos militares, e outra que diz respeito à historiografia militar, tão habituada a produzir apenas a história da batalha, votando ao esquecimento os aspetos complementares que lhe são intrínsecos (Teixeira, 1992, p. 91).

Contudo, surgem em Portugal no final do século XX, alguns estudos sobre esta temática, dos quais o último referenciado talvez seja o mais significativo. Seguiram-se outros, a maioria já neste século, que procuraram analisar a participação militar portuguesa na GG numa perspetiva social, política e até humanística. Destacamos, *O Poder e a Guerra 1914-1918, Objetivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*, de Nuno Severiano Teixeira (1996); *União Sagrada e Sidonismo, Portugal em Guerra 1916-18* (2000) e *A Grande Guerra de Afonso Costa* (2015), de Filipe Ribeiro de Meneses; *Das trincheiras, com saudade – a vida quotidiana dos militares portugueses na Primeira Guerra Mundial*, de Isabel Pestana Marques (2008); *Primeira República I – Do Sonho à Realidade*, de António José Telo (2010) e, aqueles que abordam numa perspetiva mais direta o tema em estudo neste trabalho, *Os portugueses na Grande Guerra – Uma experiência de combate e de cativo*, tese de Mestrado

de Carlos Alves Lopes (2012) e *Deste triste viver – Memórias dos Prisioneiros de Guerra Portugueses na Primeira Guerra Mundial*, tese de Mestrado de Maria José Oliveira (2011). Ambas as dissertações incidem o seu estudo na compreensão do ambiente e das condições de vivência que os prisioneiros portugueses encontraram, nos campos de prisioneiros alemães.

Existe ainda um extenso corpo bibliográfico, constituído pelas diversas obras literárias, na forma de memórias ou diários, escritas na primeira pessoa por alguns militares que experimentaram a condição de prisioneiro.

Uma dessas obras, pelo seu grande valor histórico e singularidade, merece um destaque particular. Trata-se do diário pessoal do, então, Tenente-Coronel João Carlos Craveiro Lopes, comandante de Brigada no CEP, prisioneiro de guerra na Alemanha e presidente da Comissão Central de Assistência.

2. Para a Flandres!

2.1 A frente interna

No verão de 1914, numa altura em que a Europa vivia um período de estabilidade económica e crescia a consciência de uma interdependência entre os estados, todos os indicadores desaconselhavam a participação num conflito de larga escala. Esta ideia de internacionalismo e de estreitamento das relações exteriores não se cingia à dimensão comercial, verificando-se também nos domínios intelectuais, ou até religiosos (Keegan, 2014, p. 25). A cena internacional era caracterizada pela interação entre o equilíbrio de poder das grandes potências europeias, sustentada no sistema de alianças vigente, e a oposição dos interesses imperialistas dessas nações, mercê do expansionismo a que se viram obrigados, na busca por novos mercados.

É neste contexto que, consciente do “centralismo da civilização europeia e da crença inabalável na supremacia universal do (velho) continente” (Pires, 2010, p. 249), a jovem República Portuguesa assiste à sucessão de eventos que acabariam por arrastar a Europa para a guerra. Um conflito antecipado, planeado e precipitado por algumas nações, que não surgiu de uma degradação prolongada de relações de tensão, mas antes foi resultado das tomadas de posição e confrontos que, num espaço de tempo reduzido, emergiram no sistema internacional (Clark, 2014, p. 590).

A guerra, torna-se assim, o centro de gravidade da vida política da República. A disputa pelo poder formal, a que se assistiu durante o período de duração da GG, seria marcada pela dialética que colocava em confronto intervencionistas e não-intervencionistas, ou guerristas e antigueristas. Deste embate resultaria, no final do conflito mundial, a própria “morte da Primeira República” (Rosas, 2010, p. 248).

O governo de Portugal, durante o estio do fatídico ano de 1914, assumia uma posição inicial ambígua, declarando-se não beligerante e não neutral, seguindo as recomendações da sua aliada Inglaterra, de quem dependia em termos económicos¹. Não podiam, os governantes da nação, deixar de acatar tais indicações, sob pena de verem cumpridos os termos das negociações diplomáticas que a dita aliada tinha vindo a encetar com a Alemanha, pela disputa dos territórios portugueses ultramarinos.

O designado Governo de “pacificação”², sob a liderança de Bernardino Machado, conduzia, então, os destinos nacionais. O Partido Democrático (PD) de Afonso Costa, maioritário na Câmara de Deputados, defendia o intervencionismo com base em dois objetivos: “defender o património colonial português e reforçar o jovem regime republicano” (Meneses, 2010, p. 268). Nesta corrente, gravitavam ainda o Partido Evolucionista (PE) e parte do Partido Socialista Português (PSP), bem como a maioria da comunidade intelectual e artística.

No campo ideológico oposto e em maior número, a corrente não-intervencionista contava com monárquicos, unionistas e o restante PSP. Era neste grupo que se inseria a maioria da população portuguesa, em termos políticos e ideológicos.

A sociedade portuguesa dividia-se, então, em duas questões fundamentais: entrar na guerra a todo o custo ou apenas sob um pedido da Inglaterra e participar na frente europeia ou cingir a intervenção a África (Telo, 2014, p. 12). Assistia-se, assim, a uma clivagem interna que viria a motivar, nos anos subsequentes, uma alternância constante no governo.

Em finais de 1915, sobe ao poder Afonso Costa, após umas tão esperadas eleições, abrindo caminho a uma nova e legítima presença intervencionista no governo. É neste contexto que surge, no início do ano seguinte, a oportunidade pela qual os guerristas ansiavam. Os britânicos, motivados pelas dificuldades que começavam a sentir de disponibilidade de navios mercantes, fruto da campanha submarina alemã, informam o Governo que iriam canalizar os seus recursos para abastecer a Inglaterra e os outros beligerantes. Portugal, vê neste facto a possibilidade de forçar a sua própria beligerância, pondo fim à neutralidade. A ideia era aprisionar os navios alemães que se encontravam abrigados em portos portugueses³. É precisamente isso que

¹ Essencialmente no que respeita a trigo e carvão. Veja-se, sobre a questão da dependência externa, Jaime Reis (1984), *O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913)*.

² Instituído pelo Presidente Manuel de Arriaga, na sequência da queda do Primeiro Governo de Afonso Costa.

³ Seriam aprisionados 72 navios na sequência do decreto de 24 de fevereiro.

Afonso Costa faz, solicitando a Londres um convite, em nome da aliança, para que Portugal se apoderasse dos ditos navios, que eram alvo de interesse de britânicos e franceses. É importante, contudo, referir que continuava a não estar em causa a participação portuguesa na frente ocidental.

Tudo isto se passava sob o olhar atento da missão diplomática alemã em Lisboa, que tinha vindo a denunciar, o que considerava serem, sucessivas quebras de neutralidade.

Assistiu-se, então, à formação da designada “União Sagrada”, nome dado à aliança entre o PD, de Afonso Costa e o PE, de António José de Almeida, cujos fins segundo Francisco Meneses (Meneses, 2010, p. 277), eram “apaizigar os republicanos e mobilizar uma força militar capaz de se bater com o Exército alemão em África e em França”. O segundo objetivo havia de ser atingido, embora com as lacunas que se conhecem, mas o primeiro quedaria incumprido. Mas a questão central continuava a ser a mesma: como levar os britânicos a aceitar uma participação militar na frente europeia?

A grande capacidade negocial e intransigência de Afonso Costa, jogando com o trunfo dos navios aprisionados, aos quais ainda não havia sido dado destino, aliado à pressão da França para que uma ou duas divisões fossem enviadas para um setor francês, faria com que a Inglaterra não pudesse mais resistir à entrada das tropas portuguesas no *front*. Após vários recuos, as negociações em Londres levam Afonso Costa a uma exigência final: teria de ser a Inglaterra, em nome da aliança, a solicitar esta participação. Esta imposição devia-se ao facto de grande parte do Exército, consciente das suas limitações, mostrar grande relutância à participação, temendo o Governo que isso se materializasse numa qualquer tomada de posição (Telo, 2014, p. 24). A decisão de incluir a força expedicionária portuguesa num setor britânico e sob o seu comando, longe de ser uma questão pacífica, revelou-se fundamental para evitar que Portugal passasse para a esfera de influência francesa, enfraquecendo a aliança.

É assim que, no início de 1917, partem os primeiros contingentes do CEP para França, dependentes, em quase tudo, do comando britânico. A situação seria agravada pelas más condições que os militares portugueses encontrariam na Flandres, pela sua fraca vontade de combater e pela resistência ativa, levada a efeito por uma grande parte dos oficiais do CEP. Todos estes fatores encontrariam a sua expressão maior na fatídica manhã de 9 de abril de 1918. Em La Lys, apesar do combate dado às tropas alemãs, a força portuguesa sofreu pesadas baixas e milhares de militares foram feitos prisioneiros, terminando desta forma a “tão desejada” participação, pelos guerristas de Afonso Costa. Contudo, para ele e para a União Sagrada o fim veio mais cedo, com o golpe militar de Sidónio Pais, que poria termo a um governo

marcado pelas suspeitas de corrupção em relação ao destino dos navios alemães, pela comunicação tardia (17 de janeiro 1917) do destino do CEP, pelas ausências prolongadas de Afonso Costa e pelo desgaste político do próprio governo (Meneses, 2010, pp. 282-284).

No entanto, o golpe chegou numa altura em que a situação na frente de combate⁴ e o esforço de guerra exigido pelos aliados deveriam ocupar o pensamento político. Este, contudo, estava mais voltado para a frente interna e “a guerra desapareceu das principais preocupações, substituída pelo estabelecimento da República Nova” (Id., 2015, p. 388). Sidónio ia conduzindo a sua política autocrática pela força e a oposição⁵ foi crescendo e consolidando-se em torno dos republicanos. De tal modo se radicalizou, que iniciou um movimento subversivo com o apoio da União Operária Nacional. Assiste-se, então, a um escalar da violência, resultando nos dois atentados à vida de Sidónio (Samara, 2010, p. 390). O segundo, a 14 de dezembro de 1918, revelar-se-ia fatal, para ele e para a própria República Nova.

Podemos, assim, constatar o clima de grande instabilidade política vivido durante o período da participação portuguesa na guerra⁶. Era impossível, com a alternância governativa, a atenção voltada para a frente política interna e a fragilidade dos regimes, obter unidade de esforços e conseguir conduzir a ação política de forma coerente e consequente. Este facto levou a que não se seguissem políticas ativas de apoio aos militares do CEP, em particular aos prisioneiros resultantes da Batalha de La Lys. A primeira iniciativa formal data de março de 1918, com a constituição da Comissão de Informações sobre os Prisioneiros de Guerra (SPG, 1918a). O descrédito nas instituições governamentais fica patente, nas memórias de António Dias: “Não têm tempo para se lembrar de nós – em Portugal só se pensa em revoluções e eleições” (1920, p. 92).

2.2 A participação no *front*

O pensamento político português da época confrontava-se, fundamentalmente, com três dimensões: uma visão eurocêntrica do mundo, acentuada pelo novo conflito, que contrariava a habitual matriz antieuropeia; a necessidade de proteção dos interesses colonialistas e a busca da legitimidade e aceitação interna. Estes fatores revelar-se-iam determinantes na forma como Portugal participou no conflito.

⁴ A iminência de um ataque alemão de grande envergadura.

⁵ Essencialmente democráticos e evolucionistas, cujas críticas se prendiam com a falta de liberdades fundamentais, com a situação dos presos políticos e com a questão da participação na guerra.

⁶ Período que iria prolongar-se pelos anos 20 com os sucessivos governos que foram sendo formados e dissolvidos.

António José Telo sintetiza os condicionalismos que levaram à beligerância em cinco pontos: a fragilidade do regime republicano de recente implantação; a política do regime para com as Forças Armadas; a fragilização da relação com a Inglaterra e os perigos para o Império; os desejos da monarquia espanhola de intervir em Portugal e a rápida mudança das relações de forças no Sul da Europa (Telo, 2013, p.1).

Apesar de ultrapassada a questão da beligerância, a participação portuguesa na frente europeia, que era o grande objetivo dos intervencionistas, continuava em aberto. Mas, o que motivava este desejo de uma intervenção na frente ocidental?

Veremos como as teses apresentadas por Severiano Teixeira (Teixeira, 1998, pp. 56-62) dão uma resposta cabal a esta questão e justificam os condicionalismos apresentados anteriormente. Em primeiro lugar a tese colonial, consensual na historiografia pós-guerra, que determina que a intervenção portuguesa se deveu, essencialmente, à necessidade de defender as colónias. Apesar de verdadeira, esta tese não consegue dar uma resposta à nossa pergunta: Porquê a participação na Europa? Uma segunda teoria assenta na tese europeia-peninsular, ou seja, garantir a presença portuguesa no concerto das nações e afastar o perigo da vizinha Espanha, de quem a velha aliada Inglaterra se vinha perigosamente a aproximar. Neste sentido, a beligerância portuguesa face à neutralidade espanhola, vinha responder a ambas as necessidades. No entanto, permanece por explicar a escolha da frente ocidental. Esta, apenas é justificada pela terceira tese, de ordem interna, que aborda um problema político estrutural, a consolidação e legitimação do regime. Desta forma, pretendia-se uma intervenção de larga escala que permitisse a unificação do país em torno de um esforço colossal, eliminando as fraturas e clivagens existentes (Id., 2014, p. 22).

Há ainda um outro objetivo que reforça as três teses. A insistência do Governo em obter uma participação através de um convite explícito de Inglaterra. Este, servia para reforçar a aliança e, através desse fortalecimento, defendia-se a questão colonial, ao mesmo tempo que, sob o patrocínio da nossa aliada, poderíamos aspirar a um lugar no concerto das nações, mitigando a ameaça espanhola e reforçando a legitimidade do regime.

Em novembro de 1917, o General Tamagnini de Abreu e Silva, Comandante do CEP, assume a inteira responsabilidade do designado setor português da frente ocidental, onde desde julho as forças já se encontravam, mas ainda sob a supervisão e comando dos britânicos. Nos primeiros 13 meses de combate as linhas defensivas portuguesas, sofreram 63 ações diretas das forças alemãs e cerca de 20 bombardeamentos, que se traduziram em 627 baixas para o CEP, das quais 107 mortos, 358 feridos e 162 prisioneiros (Teixeira, 1998, p.

66). Mas a frieza dos números representaria uma realidade incomensuravelmente mais cruel após a Batalha de La Lys.

Não é objetivo deste trabalho analisar esta batalha, nem as circunstâncias em que ela foi travada, nem sequer avaliar a prestação das tropas do CEP. Interessa-nos, sobretudo, no âmbito deste estudo e olhando à estimativa⁷ de baixas, apresentada por Severiano Teixeira (Id, 1998, p. 68), compreender a dimensão do problema com que se debateram as entidades responsáveis, de um dia para o outro. Referimo-nos a 1341 mortos; 4626 feridos; 1932 desaparecidos e 7740 PG.

2.3 O apoio do Estado

Quando Portugal recebeu a notícia da declaração de guerra da Alemanha à Inglaterra, em agosto de 1914, iniciou-se um novo ciclo em matéria de consolidação da economia. Foi necessário redefinir o próprio papel do Estado na direção, organização e gestão da atividade económica (Pires, 2010, p. 320).

A situação financeira do país, a carência de recursos e o crescente descontentamento da população, com a forte contestação da classe operária, impunham aos sucessivos governos, em particular ao de Afonso Costa, responsabilidades acrescidas no que respeita às políticas económicas.

O quadro económico traçado, associado ao contexto político caracterizado anteriormente, leva-nos a concluir que a capacidade do Estado de reagir a situações inopinadas e adversas, como foi o resultado da Batalha de La Lys, encontrava-se fortemente degradada.

No entanto, o Estado também não soube ter a capacidade organizativa que lhe permitiria superar estas dificuldades. O delegado do Serviço de Prisioneiros de Guerra (SPG), Major João António Pestana de Vasconcellos, só havia de ser nomeado em outubro de 1918, na sequência da publicação do decreto 4:053 do Ministério da Guerra, ironicamente, a 8 de abril de 1918⁸, véspera da batalha. Parte para a Suíça em outubro do ano seguinte para se inteirar da situação dos militares prisioneiros, junto do Comité de Socorros aos Militares e Civis Portugueses Prisioneiros de Guerra, organização criada em fevereiro de 1917. Assistimos, assim, ao surgimento desta e outras instituições cívicas, que nos dedicaremos a caracterizar no capítulo seguinte.

⁷ O próprio autor adverte para a reserva necessária, que os números nos devem merecer, porquanto a tarefa de os determinar com exatidão torna-se difícil, perante as diversas fontes de consulta.

⁸ É criada uma comissão com delegados do Ministério da Guerra, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Colónias e da Sociedade da Cruz Vermelha, para atender às questões relativas aos prisioneiros inimigos capturados e aos nossos PG.

3. Saúde e Fraternidade

3.1 As Instituições Cívicas em Portugal

A 10 de abril de 1916 a publicação *Ilustração Portuguesa* (Figura 1) dava conta de um movimento que começava a surgir em Portugal: “As lições de heroísmo e de abnegação que tem dado ao mundo a mulher franceza, começam a frutificar entre nós. Na previsão de vir a converter-se em factos militares o estado de guerra até agora limitado, para Portugal, a factos diplomáticos, as mulheres portuguesas principiam a organizar-se” (Dantas, 1916, p. 449). Nesta crónica, o autor referia-se a várias organizações femininas criadas ou reorganizadas por esta altura, na sequência da previsão da entrada na guerra.

Figura 1 – Cruzada das Mulheres Portuguezas



Fonte: (*Ilustração Portuguesa*, 1916).

Uma das mais destacadas foi a Cruzada das Mulheres Portuguezas (CMP), presidida pela mulher do, então Presidente da República (PR) Bernardino Machado, Elzira Dantas Machado, tendo sido criada a 20 de março de 1916 (CMP, 1917, p. 2). Era liderada pelas mulheres dos mais altos dignatários da nação em relação às quais, como refere Isabel Lousada, “bastariam somente estes apelidos para compreender a amplitude que o movimento nascente conquistara por entre os seus pares masculinos, capazes de reforçar as estratégias e os objectivos a atingir” (Lousada, 2011, p. 669).

A CMP era constituída por nove comissões, das quais destacamos a de assistência às mulheres e aos filhos dos mobilizados em campanha e a comissão de assistência aos militares mobilizados (CAMM). A esta última, liderada por Ester Norton de Matos, competia-lhe: “Organizar a assistência aos mobilizados, fornecendo-lhes roupas, agasalhos, etc; estabelecer a comunicação deles com as famílias por intermédio do correio ou por outra qualquer forma; proteger e auxiliar os doentes e empregar os mutilados, criando asilos onde adquiram profissão compatível com o seu estado, auxiliando a colocação das suas mulheres e filhos” (CMP, 1917, p. 4).

A obra da CMP não se esgotou com a angariação de roupas e donativos para distribuir aos militares, inicialmente aos que combatiam nas colónias e posteriormente aos soldados do CEP⁹. Em França, foram responsáveis pela criação do Hospital Militar de Hendaia e em Portugal criaram os primeiros cursos de enfermagem laica, preparando enfermeiras para servir na frente de combate.

No que se refere ao apoio aos prisioneiros, a CMP garantiu o apoio com o envio de donativos, roupa, agasalhos, tabaco, jornais e livros que encaminhavam, inicialmente através da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha (SPCV) e posteriormente enviando as encomendas para o Comité de Socorros, que as fazia chegar ao seu destino. Pelos serviços prestados a Portugal, havia a CMP de ser condecorada, a 14 de maio de 1918, com a Grã-Cruz da Ordem da Torre e Espada, de Valor, Lealdade e Mérito.

Outra organização que se destacou foi a Comissão Protetora dos Prisioneiros de Guerra Portugueses (CPPGP). As mulheres voltam a assumir uma posição de destaque e liderança, desta vez, por força da ligação familiar. Lívia Magalhães Coutinho Fachada, mulher do alferes equiparado do serviço postal João Augusto Fachada, escreve uma carta ao jornal *O Século*, onde mostra a sua grande preocupação pela forma como o marido está a ser tratado. Dirige-se a todas “mães, esposas e irmãs”, solicitando que se reunissem “quanto antes [...] para estudarem a melhor maneira de representar superiormente sobre a permuta de uns, o internamento, em país neutro, daqueles que se encontram feridos ou doentes, em suma, sobre os meios possíveis de suavizar a sorte de todos os nossos infelizes...” (Mariano, 2012, p. 536).

⁹ Inicialmente prestaram apoio aos portugueses alistados voluntariamente em França, nomeadamente na *Légion Étrangère* (CMP, 1917, p.8).

A organização que viria a ser criada, encontra na direção deste jornal, em particular no espaço do suplemento semanal *Ilustração Portuguesa*, uma plataforma de apoio essencial¹⁰. É nas instalações desta revista que se realiza a primeira reunião da Comissão, a 13 de junho de 1918, à qual afluem muitas mães, mulheres, irmãs e filhas de prisioneiros portugueses. Foi criada uma comissão para atender exclusivamente às questões dos PG, organizada em quatro secções: Oficiais, Civis, Sargentos e Cabos e Soldados e ficou decidido, nesse dia, que a primeira iniciativa seria endereçar ao PR uma missiva, solicitando-lhe que cuidasse do repatriamento dos prisioneiros, fosse por troca ou através do internamento em país neutro, caso não estivessem em condições de saúde para realizar a viagem.

À semelhança da CMP o trabalho desta Comissão era, fundamentalmente, a angariação de donativos e bens, através da realização de iniciativas de carácter cultural, como festas, saraus, quermesses ou bailes. A ajuda recolhida era depois enviada através da SPCV. No dia 13 de agosto de 1918, o Presidente Sidónio Pais recebe a Comissão e, mais tarde, são também recebidas pelo Secretário de estado da Guerra, que lhes prometeu “tomar as necessárias providências para que não se dessem novos motivos a reclamações desta natureza e se reparasse o que estava feito”.

Fica patente o papel desempenhado por estas instituições, substituindo-se ao Estado e suprimindo a falta de apoio por este prestado. Desta realidade dava conta a *Ilustração Portuguesa*, no seu número de 23 de setembro de 1918: “Que conste, além das diligências da Comissão Protetora dos Prisioneiros de Guerra Portuguezes, que teem sido incansáveis no desempenho da missão a que se propuseram, tendo já conseguido apreciáveis auxílios (...) [aos] nossos irmãos cativos na Alemanha, cousa alguma mais se fez. As instâncias oficiais continuam parecendo alheias à sua situação”.

Uma instituição à qual já aludimos e cujo papel aparece permanentemente referenciado é a SPCV, antecessora da Cruz Vermelha Portuguesa. Esta foi uma das organizações que permitiu que a ajuda chegasse aos soldados, em particular aos prisioneiros, através da sua ligação à Agência Internacional dos Prisioneiros de Guerra do Comité Internacional da Cruz Vermelha, entidade que reconheceu a SPCV a 13 de julho de 1887.

A SPCV teve ainda um desempenho determinante no que respeita ao apoio na saúde dos militares do CEP – a obra das damas enfermeiras auxiliares. O serviço destas mulheres não se esgotou nos hospitais da retaguarda. Em junho de 1918, 12 destas enfermeiras desvinculavam-se da SPCV, solicitando

¹⁰ Este Jornal já tinha vindo a desenvolver inúmeras iniciativas de recolha de roupa e agasalhos que enviava ao CEP.

ao CEP a sua incorporação. Seguiram, assim, para a frente de combate prestando serviço no Hospital de Sangue N°8, em Herbelles, as primeiras enfermeiras militares (Lousada, 2011, p. 679).

Referimos, ainda, uma outra organização, o Triângulo Vermelho Português (TVP), pertencente à União Cristã da Mocidade Portuguesa, criada no Porto em 1894 como ramo português da *Young Men's Christian Association* (YMCA)¹¹. Destacou-se pela assistência prestada no decorrer da GG, nomeadamente ao CEP.

As instituições analisadas tiveram um papel relevante, não só na angariação de fundos e na recolha de bens necessários, mas também na proeminente ação que desenvolveram no apoio às famílias dos combatentes portugueses e aos próprios soldados prisioneiros, mutilados e doentes, durante a guerra e após o seu regresso. Não obstante, as suas iniciativas e o grande empenho que dedicavam a estas tarefas, nem sempre viam cumprido o seu propósito. A chegada aos destinatários das encomendas, dos agasalhos, do dinheiro e de tudo o mais que lhes faltava, principalmente aos prisioneiros, era difícil de assegurar. Houve, no entanto, duas instituições que nesse processo desempenharam um papel fulcral, garantindo com grande esforço que todo o trabalho realizado em Portugal era concretizado na frente de combate, na Flandres, ou nos campos de prisioneiros na Alemanha. São essas instituições, uma de carácter cívico e outra, criada no seio dos militares prisioneiros, que iremos seguidamente analisar, procurando relevar o seu carácter determinante no apoio aos soldados.

3.2 O Comité Português de Socorros aos Militares e Civis Portugueses Prisioneiros de Guerra

A situação geográfica da Suíça e, bem assim, a sua neutralidade durante a GG, assumem grande relevância nas circunstâncias que conduziram à criação do Comité.

Bartolomeu Ferreira, embaixador de Portugal em Berna a partir de setembro de 1916, na sequência de duas abordagens que lhe são feitas com vista à criação de um comité de auxílio aos prisioneiros portugueses, decide-se a envolver toda a comunidade portuguesa na Suíça, na sua constituição. Como o próprio refere¹², desaparecia assim “o privilégio da ideia inicial, se esta proviesse de uma só pessoa ou grupo de pessoas” (LCGG, 1934, p. 36).

¹¹ O Triângulo Vermelho representa a insígnia das Associações Cristãs da Mocidade, organização internacional de formação evangélica que se guia por princípios de desenvolvimento físico, de instrução e de aperfeiçoamento moral da juventude.

¹² No seu discurso na sessão de 12 de abril de 1934, por ocasião da homenagem aos membros do Comité de Lausanne.

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de 1917, no Hotel Richemont em Lausanne (Figura 2), reúnem-se os elementos que haveriam de constituir o Comité de Socorros para formalizar a sua fundação. Foi, desde logo, sugerido por Bartolomeu Ferreira que este Comité se apoiasse na associação *Pietas*, que ficaria encarregue do serviço de fornecimento dos bens alimentares e outros aos prisioneiros portugueses (Pietas, 1917, p. 7). Fundou-se a Secção Portuguesa desta associação, tendo-se concentrado a sua ação, a partir deste dia, exclusivamente no apoio aos PG portugueses.



Figura 2 – Comité de Socorros no Hotel Richemont

Fonte: (Portugal et Suisse: *Regards Croisés*, 1890-1930, Monico, 2005, p. 285).

Os primeiros prisioneiros a quem o Comité acorreu foram civis. Tripulantes de navios capturados no Atlântico, ou estudantes e professores que viviam na Alemanha e que aí foram surpreendidos pela declaração de guerra de 9 de março de 1916.

A ajuda remetida aos prisioneiros era constituída por um pacote de víveres enviado a cada 15 dias com 3 a 5 kg de artigos variados¹³ e, semanalmente, por um pacote com 2 kg de pão. Dentro de cada pacote enviavam ainda um postal com o endereço do Comité, que estava pronto a ser expedido, solicitando aos prisioneiros que acusassem a receção da ajuda e dessem informação acerca do campo onde se encontravam (Pietas, 1917, p. 19).

A atividade do comité decorria com regularidade, havendo necessidade de angariação de fundos que permitissem manter o fluxo da ajuda, que aumentava de mês para mês. Para tal, foi organizado um grande evento cultural com diversas atividades, do canto à dança, passando pelo leilão de obras de arte. Essa *Grande Soirée de Gala*, como foi designada, teve grande impacto na imprensa suíça e permitiu angariar uma avultada soma que garantia a continuidade do apoio. No que respeitava à recolha e envio de vestuário e agasalhos, tão necessários para fazer face ao rigor do clima alemão, contaram com a colaboração da Grande Comissão Portuguesa Pró Pátria, do Rio de Janeiro (Pietas, 1917, pp. 25-27).

O primeiro período de existência do Comité, que o mesmo define como sendo de fevereiro a dezembro de 1917, foi um período “desafogado e tranquilo”, como refere o segundo boletim publicado em 1919, no qual os recursos davam amplamente para os encargos (Pietas, 1919, p. 5). No entanto, a escassez alimentar que começava a grassar por toda a Europa e, em particular, na Suíça, começava a ameaçar a sustentabilidade da obra do Comité.

A capacidade de apoio começava a degradar-se e, como que premonitoriamente, dia 4 de abril o Comité decide enviar um ofício ao Ministro dos Negócios Estrangeiros (MNE), no qual se expõe o “nenhum auxílio que [o Comité] tem recebido não só das instituições oficiais mas ainda das agremiações de caridade similares de Portugal” (CSMCPPG, 1918^a) e a grande carência em que vivem os prisioneiros portugueses nos campos da Alemanha.

Com as restrições impostas e a estagnação em termo de receitas, os acontecimentos de 9 de abril viriam testar a capacidade de resistência e perseverança de todos os membros do Comité. O enorme aumento de prisioneiros, iria obrigar

¹³ Podemos encontrar vários exemplos da composição dos pacotes enviados no Boletim do Comité (1917).

a uma reorganização interna, uma vez que as atividades tinham ganho uma nova escala, quer no envio de víveres, quer na expedição de correspondência¹⁴.

O Comité sente, então, a obrigação de confrontar novamente o Estado com a necessidade de apoio urgente à causa, que era de todos os portugueses, de continuar a mitigar o sofrimento daqueles que na Alemanha suportavam o cativeiro. Neste contexto, através do esforço do embaixador de Portugal em Londres¹⁵ e dos efeitos produzidos por uma conferência proferida pelo Conde de Penha Garcia, onde ficou demonstrado o importante papel que o Comité de Socorros desempenhava, o Estado decide-se a apoiar esta obra. O MNE, Joaquim Espírito Santo Lima, envia ao Comité uma verba considerável¹⁶, que permitiu “aumentar eficazmente a remessa de pacotes de víveres, chegando a remeter 7.296 pacotes no mês de agosto de 1918” (Pietas, 1919, p. 13). O número total de pacotes enviados haveria de cifrar-se em 26.384 (Ibid., p. 33.), até novembro de 1918.

O Comité, apesar da ajuda do Estado e das outras instituições, cujo contributo se encontra reconhecido nas páginas do *Boletim*, continua a debater-se com grandes dificuldades em obter os víveres, mantendo a dependência em relação aos abastecimentos vindo de França. Esta situação manter-se-á até à chegada do delegado do Governo para o SPG, Pestana de Vasconcellos, em outubro de 1918.

Logo que o delegado do Governo se acha na posse da informação suficiente, envia um ofício ao MNE reportando a situação. Dias antes do armistício, a 4 de novembro, Pestana de Vasconcellos antecipa o regresso dos prisioneiros, alertando para o “mau estado de saúde física e moral” em que estes deveriam chegar a Portugal (Vasconcellos, 1918b). O processo de repatriamento revelar-se-ia moroso e complexo, tendo-se efetivado apenas durante o mês de dezembro.

A chegada do delegado do governo à Suíça tardou, mas foi bastante profícua. O seu dinamismo, que transparece no enorme volume de correspondência trocada com o Comité e o Governo, bem como nas inúmeras iniciativas relatadas na mesma, levam-nos a concluir que desempenhou um papel relevante no apoio aos prisioneiros. É o próprio Comité que disso dá conta, referindo que encontraram sempre no Major Pestana de Vasconcellos “o maior apoio para a obra de socorro aos nossos compatriotas” (Pietas, 1919, p. 20).

¹⁴ O boletim apresenta vários exemplos demonstrativos deste aumento de correspondência. No que respeita às cartas em trânsito dos prisioneiros para as famílias, em abril de 1918 apresentavam o número de 97, valor que contrasta com as 1326 que se registavam em novembro do mesmo ano.

¹⁵ O embaixador solicita ao PR, Sidónio Pais, que subsidie o Comité.

¹⁶ As importâncias de 18.000 e de 60.000 francos suíços. O Boletim refere ainda que por ocasião da criação do Comité, o ministro, à data, Augusto Soares, tinha enviado 2.000 francos suíços.

Da mesma forma, o Comité, que estaria em funcionamento até 19 de março de 1919, sentiu a necessidade de destacar o auxílio prestado pela Comissão Central de Assistência aos Prisioneiros de Guerra, referindo a permanente ligação entre os dois que permitiu “a distribuição mais ampla de socorros aos nossos prisioneiros na Alemanha”, salientando a liderança do Presidente da Comissão, o então Tenente-Coronel João Carlos Craveiro Lopes (Pietas, 1919, p. 19).

É esta Comissão, nascida no seio dos prisioneiros e do génio de Craveiro Lopes, que analisaremos no próximo subcapítulo.

2.3 A Comissão de Assistência aos Prisioneiros de Guerra Portugueses

A fortaleza da cidade francesa de Lille foi o primeiro local onde ficaram cativos os oficiais portugueses, na sequência da sua captura após a batalha de La Lys. Para trás ficava uma marcha de aproximadamente 40 km. As refeições limitavam-se a pão escuro (Figura 3) e chouriço, de madrugada, e uma “cevadinha com pequenos pedaços de carne, difícil de diagnosticar” (Lourinho, 1980, p. 12), ao almoço.

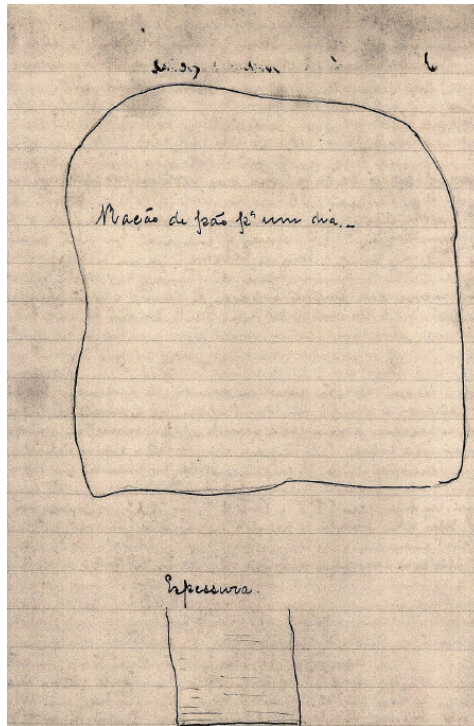


Figura 3 – Esboço da Ração de Pão

Fonte: (Craveiro Lopes, 1918a).

No dia 13 de abril, embarcaram os prisioneiros num comboio com destino a Karlsruhe (Figura 5), onde haveriam de chegar pelas 13 horas do dia 15. O Tenente-Coronel Craveiro Lopes relata no seu diário que, tendo sido comunicado por um sargento que não havia lugar no campo desta localidade, embarcaram de novo num outro comboio e regressaram à última estação que tinham passado – Rastatt (Craveiro Lopes, 1918a). Os oficiais superiores foram, então, conduzidos a uma fortaleza, que servia de campo de trânsito, onde se juntaram a oficiais ingleses e franceses.

Em Rastatt, ao contactarem com os franceses que se encontravam já organizados, o que “lhes permitia suportar já com um certo humor a situação de prisioneiros” (Lourinho, 1980, p. 13), começaram a perceber que teriam de criar uma qualquer estrutura que lhes permitisse enfrentar melhor o período de cativo.

O cansaço acumulado, as medidas vexatórias a que eram sujeitos, como as desinfestações e ações depilatórias em grupo, mas, sobretudo, a escassez desesperante de alimentação, levam Craveiro Lopes a tomar uma decisão. No dia 7 de junho, após dois meses de cativo, fustigado pela fome que o levava a afirmar que mesmo estando “deitado durante 15 horas (...) ao menor esforço sinto-me fraquíssimo”(Craveiro Lopes, 1918a), decide propor aos outros oficiais a nomeação de uma comissão que deveria, desde logo, pedir ao governo português que “regulasse as nossas situações e tratasse dos nossos futuros”.

Foram eleitos os seguintes oficiais: Tenente-Coronel Craveiro João Carlos Lopes, como presidente; o Capitão Bento Esteves Roma, como tesoureiro; o Tenente Médico Manuel Hermenegildo Lourinho, como secretário; e como vogais, o Alferes Felismino Augusto da Fonseca Araújo e o Tenente João Ribeiro Gomes (Figura 4). Nesse dia, foi lida uma comunicação a todos os oficiais dando conta da criação da comissão de assistência aos prisioneiros militares portugueses.



Figura 4 – Comissão de Assistência

Fonte: (Lourinho, 1980).

A criação da comissão, autorizada e reconhecida pelo comando alemão a 19 de junho, tinha por objetivo possibilitar a apresentação de reclamações junto deste e de organizar a vida interna, de forma a mitigar a degradação moral e física dos prisioneiros. A comissão fez questão, desde a primeira hora, que a sua ação se pudesse estender a sargentos, cabos e soldados internados noutros campos, algo que, apesar dos permanentes esforços, não foi cabalmente atingido.

Numa primeira abordagem ao comando alemão, para além da melhoria da alimentação, foi também apresentado um pedido para que os prisioneiros fossem transferidos para um campo definitivo, onde pudessem ter melhores condições. O comando rejeitou ambas as reivindicações, autorizando, no entanto, a comissão a dirigir uma carta à Cruz Vermelha e ao Comité de Socorros, a solicitar auxílio.

No dia 4 de julho iniciaram a viagem de comboio com destino ao campo de Breesen, em Mecklemburgo, onde haveriam de ficar permanentemente instalados. Chegaram no dia 6 e, nesse mesmo dia, tal como Craveiro Lopes tinha assumido em Rastatt, convocou uma reunião com todos os prisioneiros portugueses onde apresentou o seu pedido de demissão, para que pudessem ser eleitos livremente os membros da comissão. Na reunião presidida pelo oficial mais antigo, o Coronel Felisberto Pedrosa, compareceram 263 oficiais e,

depois de apresentados os trabalhos que a comissão tinha desenvolvido, fez-se nova votação, tendo a comissão sido reeleita (Lourinho, 1980, p. 18).

As iniciativas a que a comissão se propunha excediam a capacidade dos cinco membros da comissão central, surgindo assim a necessidade de nomear subcomissões. Foram criadas as seguintes: Instrução; Biblioteca; Rancho; Cantina; Serviço Postal e Recreio. Uma vez organizados, era necessário passar à ação. A primeira diligência foi dirigir missivas a todas as sociedades de socorros que conheciam, tendo sido enviadas 32¹⁷ cartas em quatro dias. Procuraram ainda estabelecer contacto com os campos onde se encontravam os sargentos e os soldados portugueses. Manuel Lourinho refere que todas as organizações manifestaram o seu apoio e preocupação, mas de entre elas, “distinguiu-se pelo carinho, sentido humano e efetivo trabalho o *Comité de Secours aux Militaires et Civils Portugais Prisonniers de Guerre en Allemagne*” (Ibid., p.20).

O Tenente-Coronel Craveiro Lopes perseverava na sua missão de melhorar as condições dos seus camaradas e compatriotas, promovendo várias reuniões com o comandante do campo, tendo começado logo no dia 9 de julho, dia em que foi apresentar cumprimentos ao Major alemão.

Apesar do desânimo manifestado na primeira reunião, de onde o Tenente-Coronel Craveiro Lopes sai com a sensação de que “pouco ou nada conseguiu” (Craveiro Lopes, 1918a), todas estas concessões ele foi conquistando com o seu espírito de serviço e a sua grande humanidade.

No campo de Breesen, apesar das insistências, a alimentação continuava fraca em qualidade e quantidade. As encomendas enviadas, a título coletivo, pelo comité, fossem provenientes do mesmo ou enviadas de Portugal para a Suíça, perfaziam em final de agosto a quantia de 5800 pacotes. Esta informação consta do documento nº 10 do arquivo da comissão, onde se apresenta uma tabela com as várias entregas efetuadas (Lourinho, 1980, p. 36). Nela inserem-se ainda, as encomendas vindas de Inglaterra, apenas quatro e de França, 77. O papel do comité foi uma vez mais evidenciado por Lourinho que refere que este “desempenhou um papel de orientação de socorros e auxílio directo que nunca será demais salientar” (Ibid., p.37).

A vida no campo de Breesen prosseguiu lenta e inexorável, atenuada apenas pela orientação e organização dada pela comissão e o incansável apoio do comité de Lausanne. As concessões da *komandatur*, designação do comando alemão do campo, iam sendo feitas. Organizaram-se conferências, tertúlias e récitas, a celebração de missa tornou-se uma realidade e,

¹⁷ Foram maioritariamente contactadas instituições internacionais: suíças, francesas, inglesas, dinamarquesas, norueguesas, belgas e holandesas.

a partir de julho, os oficiais portugueses foram autorizados a fazer saídas do campo a cada 15 dias, sob escolta de um graduado.

Após a notícia da assinatura do armistício pela Alemanha¹⁸, a vida em Breesen mudou radicalmente. Apesar de algumas restrições, impostas pela *komandatur* que ainda governava o campo, não havia outra opção que não a de aumentar as liberdades concedidas aos prisioneiros portugueses. No entanto, o impasse criado pela permanência do *status quo* e a demora no início do repatriamento, leva muitos oficiais a optar pela fuga. O Tenente-Coronel Craveiro Lopes não é um deles, embora para ele, conforme escreve no seu diário, o cativo terminara no dia 8 de dezembro. Nesta data, “como nada se soubesse do (nosso) repatriamento” (Craveiro Lopes, 1918a), o Presidente da Comissão, por decisão tomada em assembleia geral, dirige-se a Berlim para ele próprio tratar do assunto. A comissão viria, assim, a superintender o repatriamento, tema que abordaremos no próximo capítulo.

Os factos acima mencionados reportam-se a meados de dezembro. Contudo, foi em assembleia geral, no dia um desse mês, que o Tenente-Coronel Craveiro Lopes encerrava oficialmente os trabalhos da comissão, apresentando as contas respetivas a todos os oficiais presentes.

Estamos agora em condições de compreender de que forma se articularam todos estes atores no socorro aos prisioneiros, procurando perceber o seu alcance e eficácia.

No corpo da Figura 5 representa-se o itinerário dos oficiais prisioneiros, desde a região de Lille (campo temporário) até ao seu repatriamento e chegada a Lisboa.

¹⁸ Refere Craveiro Lopes no seu diário, a 11 de novembro: “A alegria que se manifestou não se pode descrever. Chorei de alegria!” (Craveiro Lopes, 1918).



Figura 5 – Mapa do Itinerário dos Oficiais Prisioneiros

Fonte: (Adaptado pelo autor a partir de Amaral et al., 2013)

Legenda:

- 1- Região de Lille, campo de prisioneiros temporário na retaguarda da Divisão alemã
- 2- Campo de Rastatt
- 3- Campo de Breesen
- 4- Campos de transição holandeses, na região de Haia
- 5- Passagem por Inglaterra
- 6- Chegada a Lisboa

4. O Apoio

4.1 O Estatuto Jurídico

No final do século XIX, o médico Henri Dunant, após uma viagem a Itália onde testemunhou algumas atrocidades na Batalha de Solferino, escreveu o livro *Un souvenir de Solferino*. Nesta obra, o autor suscitava uma questão que viria a lançar as bases para a elaboração de uma norma ou convenção internacional (Direito Internacional Humanitário) e para a criação de uma sociedade de socorros a feridos (Cruz Vermelha). Escreve Dunant: “(...) não seria desejável que pudessemos beneficiar de uma espécie de congresso que formulasse um princípio internacional, convencionado e sagrado, o qual, uma vez acordado e ratificado, serviria de base para uma Sociedade de socorros a feridos, em todos os diversos países da Europa?” (Dunant, 1990, p. 124)¹⁹.

¹⁹ Tradução livre do autor.

As questões relativas aos PG enquadram-se juridicamente, quer nas Convenções de Genebra (1864 e 1906), uma vez que dizem respeito à proteção às vítimas de guerra, quer na Conferência de Haia (1899 e 1907), que está relacionada com os princípios que regem a conduta das operações militares (Teixeira, 1992, p. 97). Podemos afirmar que era este o quadro jurídico em vigor quando os militares portugueses foram feitos prisioneiros.

Analisámos os diversos princípios e normas fundamentais, presentes no anexo à Convenção de Haia -Regulamento relativo às leis e costumes da guerra terrestre (Castro, 1916, pp. 365-370)²⁰. Percebemos, através da leitura dos inúmeros depoimentos dos prisioneiros, lavrados nos diários que analisámos, nas memórias que muitos escreveram e nos relatórios que estudámos, que a generalidade destas normas foi violada, ou mal aplicada.

Salientamos o relatório do Major Pestana de Vasconcellos (1919a) elaborado a 23 de fevereiro de 1919, onde o delegado do governo recolhe os depoimentos de diversos militares (oficiais, sargentos, cabos e soldados) e onde vai assinalando os artigos da convenção violados, em cada situação relatada. Uma versão abreviada de 18 páginas, em francês, enviada inicialmente a Egas Moniz, haveria de chegar às mãos de Afonso Costa que substituíra este na presidência da delegação portuguesa à Conferência de Paz. Costa, num telegrama enviado para Lisboa, declararia que a “prova testemunhal recolhida pelo Major Pestana de Vasconcellos é insuficiente”(Afonso Costa, 1919), sugerindo o seu afastamento do cargo que desempenhava. Replicava, deste modo, o que já tinha sido veiculado por Norton de Matos, que integrava a primeira delegação, num parecer onde classificava a prova recolhida como “insuficientíssima” (Norton de Matos, 1919).

Lograva, assim, a tentativa do governo de obter a compensação pelos custos do esforço de guerra português, através da Comissão de Reparações. Em outubro desse ano, Afonso Costa dava conta disso mesmo ao MNE, João Carlos de Melo Barreto, informando-o que o valor inicialmente pretendido nunca chegaria aos cofres portugueses (Oliveira, 2011, pp. 35-41).

A imagem negativa do Major Pestana de Vasconcellos, que transparece nas declarações de Afonso Costa e Norton de Matos, não corresponde ao enorme esforço desenvolvido por este, no apoio aos prisioneiros. O próprio Comité de Socorros, como já demonstrámos, dá nota disso mesmo e veremos, refletidas ao longo deste texto, evidências desse desempenho. Foi do delegado do SPG a iniciativa de propor um inquérito para averiguar dos

²⁰ As normas, apresentadas na sua fórmula concisa, correspondem aos artigos IV, V, VI, VII, VIII, XIII, XIV, XVI, XVII, XVIII, XIX e XX do referido regulamento (Castro, 1916, p.365-370).

maus tratos aos nossos prisioneiros e das violações às convenções (Vasconcellos, 1919b). Mas, nem o governo português despendia a atenção devida, sendo necessária a insistência do Major, nem o estado alemão tinha capacidade de cumprir as determinações da convenção.

Como refere Nuno Severiano Teixeira, não só os sistemas previstos pela convenção não estavam montados em 1914, como nenhum dos beligerantes estava preparado para uma guerra que se prolongaria, para além do inicialmente idealizado. A estes motivos acresce o facto de que as grandes dificuldades económicas, nomeadamente da Alemanha, “tornavam muito difícil a aplicação cabal das disposições da Conferência de Paz (...) [sendo] a fome, de facto, o grande flagelo do cativo de guerra” (Teixeira, 1992, p. 10), refere o autor.

4.2 No Cativo

A realidade que os militares portugueses do CEP experimentaram nos campos de prisioneiros da Alemanha não é, infelizmente, um caso único. Com efeito, muitos prisioneiros das várias nações participantes no conflito viveram as agruras do cativo²¹. Na frente ocidental estimam-se cerca de oito a nove milhões de prisioneiros, feitos pela Alemanha, Áustria e Rússia (Jones, 2014). Destacam-se os milhares de russos, britânicos e franceses que caíram nas mãos destas nações, durante a guerra.

Nos campos alemães, os estudos mais recentes apontam para 2.4 milhões de prisioneiros, de 13 nacionalidades diferentes, dos quais 1.4 milhões seriam russos (Quadro 1).

²¹ Sobre este assunto, destacamos o livro de Heather Jones (2011), *Violence against Prisoners of War in the First World War*.

Quadro 1 – Prisioneiros de Guerra capturados na Alemanha (até outubro de 1918)

Cut-off date	French		Russian		Belgian		English		Serbs		Romanians		Italians		Portuguese		Japanese		Americans		Montenegrins/Greeks		Brazilians	
	Offiz.	Mann.	Offiz.	Mann.	Offiz.	Mann.	Offiz.	Mann.	Offiz.	Mann.	Offiz.	Mann.	Offiz.	Mann.	Offiz.	Mann.	Offiz.	Mann.	Offiz.	Mann.	Offiz.	Mann.	Offiz.	Mann.
10.3.15	3748	230503	3897	355380	634	39465	506	20031	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10.6.15	4078	251514	5391	520709	646	41568	634	24016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10.8.15	4699	264890	6081	702613	663	41100	656	24730	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10.9.15	4536	269978	7833	905339	666	40475	661	24313	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10.10.15	4736	281199	8324	969855	670	39724	691	25879	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10.7.16	5973	348832	8858	117220	658	41711	890	27634	-	25876	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10.10.16	6324	372928	9288	1225154	663	42287	1093	32750	-	26605	-	73	6	147	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10.1.17	6440	376711	9322	1222084	657	41216	1211	34865	-	26261	890	40041	6	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10.4.17	6490	376048	9715	1251831	657	41795	1471	38192	-	25968	1375	40395	6	529	-	14	-	2	-	-	-	-	-	-
10.6.17	6908	388897	9920	1244815	656	42681	1911	45863	-	25865	1431	40684	9	597	-	14	-	2	-	-	-	-	-	-
10.5.18	8259	421700	14024	1392890	732	44454	6372	106539	4	26549	1597	41180	4436	122801	268	3975	7	98	37	295	-	-	-	-
10.10.18	10865	524546	14050	1420479	810	45209	4456	177553	4	27908	1656	41641	4589	128331	267	6748	16	90	204	2253	-	-	-	2

Fonte: (Jones, 2015).

Como vimos anteriormente, a sociedade civil acabou por se mobilizar para o apoio aos seus concidadãos, em Portugal ou nas comunidades da diáspora.

Assim, entendemos que existiu um triângulo de apoio fundamenta para atenuar o sacrifício dos prisioneiros portugueses (Figura 6).



Figura 6 – Triângulo de Apoio aos Prisioneiros de Guerra

Fonte: (Autor, 2016).

No centro, os PG, que estiveram sempre em primeiro lugar na mente dos portugueses que se uniram para os ajudar.

Num vértice, o Comité de Socorros de Lausanne que, fruto de uma posição geográfica favorável e da vontade dos seus membros, centralizou o apoio aos prisioneiros. Foi este comité que, com os seus próprios meios, ou com aqueles que generosamente iam chegando, através das várias instituições cívicas, providenciou a ajuda necessária e possível aos militares portugueses. Para tal, muito contribuíram as diversas sociedades de apoio criadas em Portugal e na diáspora.

A dificuldade no envio das encomendas diretamente para a Alemanha, resultado de alguma incapacidade dos serviços de correio nacionais e dos riscos de extravio, tornam difícil o apoio direto das instituições nacionais. Numa carta enviada pelo comité à comissão de assistência, justifica-se assim a demora e por vezes o extravio da correspondência: “(...) por vezes os empregados que estão à testa das repartições nada conhecem dos mais elementares princípios do direito da guerra²² e que por outro lado as instâncias competentes lho não fazem ver” (Lourinho, 1980, p. 41).

A Comissão Central de Assistência, no outro vértice do triângulo, foi muito relevante neste processo. Ela organizou, nos campos, a distribuição do apoio e foi responsável por dar aos prisioneiros uma voz ativa, que pudesse ser ouvida desde as salas da *komandatur* aos gabinetes de Lisboa. O esforço

²² Falamos da isenção das taxas postais, consignada na convenção.

desenvolvido pelos seus membros que, recorde-se, encontravam-se nas mesmas condições dos seus camaradas, liderados pelo Presidente da Comissão, foi enorme. Quando o comité de socorros encerra a sua atividade, envia, a 28 de janeiro de 1919, uma carta ao Tenente-Coronel Craveiro Lopes onde reconhece a dedicação da comissão e do seu presidente, no processo de apoio aos prisioneiros: “Ao terminarmos os nossos trabalhos (...) apresentamos igualmente o testemunho do nosso reconhecimento pelo desvelado auxílio que nessa patriótica e humanitária Comissão sempre encontrámos” (Ibid., p. 105).

O Estado, por último, tardou em envolver-se no processo de apoio aos prisioneiros. Parece-nos claro que, numa primeira fase, a situação dos PG apresentava-se para o Governo como uma questão meramente caritativa. Assim se explica o envolvimento das mulheres dos mais altos dignatários da nação, nesta obra. O envio das primeiras encomendas por conta do Estado, nomeadamente de fardamento, data de outubro 1918. Num ofício de dia nove desse mês, enviado pelo comité para Breesen, é relatado que o Conde de Penha Garcia “recebeu a notícia de que o Governo trabalha (finalmente)²³ activamente a vosso favor” (Ibid., p. 104). Para além do financeiro, podemos afirmar que o apoio mais capaz terá sido o envio do delegado do SPG. Surge, assim, a figura de Pestana de Vasconcellos que, desde que chega à Suíça em outubro de 1918, é incansável nas diligências de que se encarrega para facilitar o trabalho do Comité. O seu trabalho mais relevante, não terá sido ao serviço das intenções do Governo, de quem era representante, como pudemos verificar nas críticas ao seu relatório, mas cumpriu-se no apoio prestado aos seus compatriotas presos.

É muito difícil avaliar a eficácia do apoio prestado. Em outubro de 1918, decorridos seis meses da captura, em resposta a uma carta enviada pela comissão a todos os campos, escreve o Sargento-Ajudante Porfírio de Paiva, presidente da comissão do campo de Dülmen: “Apesar de estarmos em contacto com as autoridades e com as sociedades benfeitoras de Portugal e do Brasil, ainda não recebemos qualquer apoio! (Ibid., p.64)²⁴”. Parece-nos, assim, que o apoio ficou longe de ser universal. A realidade que melhor conhecemos é a dos oficiais. Foram eles que primeiro se organizaram. É deles a esmagadora maioria dos relatos e memórias que chegaram até nós. Mas os 267 oficiais internados em Breesen, correspondem a aproximadamente 4% do total de militares prisioneiros.

Sabemos, no entanto, que o trabalho desenvolvido por todas as instituições cívicas de apoio, particularmente por aquelas que decidimos relevar, foi determinante no alívio ao sofrimento dos prisioneiros. Disso nos dão conta

²³ Entre parêntesis no original.

²⁴ Tradução livre do autor. No original em francês.

as fontes consultadas, quer nas trocas de correspondência entre as instituições, quer nos testemunhos dos próprios prisioneiros.

4.3 No Regresso

Após o armistício, a situação dos prisioneiros nos campos tornou-se vulnerável. Os conselhos de operários e soldados alemães, resultado da revolução de novembro de 1918 que proclamaria mais tarde a República de Weimar (Araújo, 2009, p. 51), encontravam-se à frente do Ministério da Guerra e ameaçavam a continuidade do fluxo de encomendas para os campos.

Ciente das dificuldades e da grande agitação que se começavam a sentir nos campos, o delegado do governo começa a diligenciar no sentido de organizar o repatriamento dos militares portugueses. Num ofício, enviado ao comitê a 30 de novembro de 1918 refere que “a evacuação da maior parte dos nossos prisioneiros deverá ter lugar pelo norte, Holanda e portos dos mares do Norte e Báltico” (Vasconcellos, 1918c). O próprio PR tinha enviado, no dia 17, uma mensagem para todos os campos de prisioneiros, onde, “com carinho e reconhecimento dos seus filhos prisioneiros” expressava “a satisfação de saber que se aproxima a hora da liberdade e do regresso à Pátria” (Sidónio Pais, 1918). A resposta que obteve de Breesen a 27 de novembro, pela pena do Tenente-Coronel Craveiro Lopes, deixa perceber uma subtil ironia: “Os officiaes portugueses prisioneiros de guerra agradecem (...) e significam a V.Exa. (...) que se sentiram muito felizes em terem sofrido todas as agruras da guerra pelo engrandecimento de Portugal” (Craveiro Lopes, 1918b).

É com estas preocupações em mente que Craveiro Lopes chega a Berlim no dia 9 de dezembro, a fim de se inteirar do processo de repatriamento e das diligências efetuadas pelo governo português nesse sentido. Não encontra as respostas pretendidas, nem sinal de nenhuma delegação portuguesa que aí se encarregasse do processo, ao contrário das comissões francesa, inglesa, belga e italiana que já estavam instaladas em Berlim. No entanto, após regresso a Breesen, no dia 12, recebe um telegrama em que toma conhecimento que algumas diligências estavam a ser feitas para acelerar o repatriamento. O embaixador português em Haia, dava conta da disponibilidade do estado-maior holandês para que o regresso fosse feito através da Holanda e surgia a informação que o governo português tinha enviado 30.000 marcos, postos à ordem do presidente da comissão espanhola de proteção aos prisioneiros aliados (Lourinho, 1980, p. 146).

Com base nas novas informações, Craveiro Lopes, acompanhado do Capitão Maças Fernandes e um intérprete, parte para Hamburgo onde se encontrava a inspeção alemã dos prisioneiros. Aí desenvolve esforços, sempre em articulação com a legação portuguesa em Haia, para que o regresso dos

prisioneiros se fizesse através da Holanda, ao contrário do que previam as autoridades alemãs, que seria pelo norte da Alemanha.

Tendo sido informado pela comissão espanhola que seria a *British Repatriation Commission* a responsável pelo repatriamento dos portugueses, a ela se dirigiu o oficial português, apenas para descobrir que, face à duração do cativo, a prioridade de evacuação era para os franceses e britânicos. Conseguiu, contudo, o apoio da comissão inglesa para que ajuda de emergência fosse enviada para Breesen e ainda que fosse pressionado o Ministério da Guerra alemão, no sentido de autorizar o repatriamento dos portugueses via Holanda. No dia 21, surge a autorização e fica decidido que os oficiais internados em Breesen e ainda mil soldados do campo de Münster seriam repatriados pela Holanda (Lourinho, 1980, p. 152.).

O comboio partiria de Breesen no dia 28 de dezembro e os oficiais da comissão começaram, em colaboração com as autoridades holandesas, a coordenar a chegada do elevado número de prisioneiros²⁵.

Com Pestana de Vasconcellos presente em Haia, visitando os campos de transição e diligenciando, junto das autoridades holandesas e alemãs, no sentido de saber se ainda restavam prisioneiros portugueses internados em hospitais ou outros campos (Vasconcellos, 1919c), os embarques iam-se sucedendo, para o tão esperado regresso à pátria. O percurso de navio era longo, passando por França e Inglaterra, antes de chegar a Portugal, e os embarques sucederam-se em várias levas nas primeiras semanas de janeiro.

O delegado português permaneceu em funções, trabalhando a partir de Paris onde apoiou os trabalhos da missão portuguesa à Conferência de Paz. A 12 de abril de 1919, solicita o seu regresso a Portugal e, a 8 de maio, informa o comité de Lausanne: “Suponho que presentemente se não encontra já na Alemanha nenhum prisioneiro português, pelo menos contra vontade” (Vasconcellos, 1919d).

Conclusões

Procurámos neste ensaio, através de um estudo de natureza qualitativa, empregando o desenho de pesquisa histórica, analisar o apoio das instituições cívicas aos prisioneiros de guerra, capturados na Alemanha. Foi nas fontes primárias, maioritariamente encontradas nos arquivos que consultámos, que baseámos a nossa análise. Foram elas que conduziram a investigação e que foram apontando o caminho para as nossas conclusões.

²⁵ A receção dos mesmos far-se-ia nos campos de transição de Harderwijk, Armersfoort e Zeist.

Os cerca de 7000 PG portugueses capturados pelas forças alemãs, a maioria na sequência da Batalha de La Lys, contam-se entre os oito a nove milhões que resultaram da GG. O esquecimento a que foram votados, por parte das entidades governativas, foi quase completo, desde o momento da sua captura até ao repatriamento. O momento era de convulsão política e social em Portugal, não permitindo que fossem seguidas linhas de orientação política coerentes e consequentes. Da análise efetuada parece-nos seguro afirmar que o apoio do Estado se concretiza em duas situações. Com a remessa de ajuda financeira para o Comité de Socorros e com o envio do delegado do Governo, Pestana de Vasconcellos. Ambas as iniciativas deram os seus frutos, não permitindo, por isso, afirmar que a omissão de auxílio foi total. Contudo, entendemos que muito mais podia e devia ter sido feito pelas autoridades portuguesas, desde a organização do apoio nacional a um maior esforço diplomático.

Houve, contudo, quem não podia ficar indiferente. Falamos, principalmente, das mães, mulheres, filhas e irmãs, que iniciam em Portugal movimentos de apoio aos militares no cativeiro. São criadas diversas instituições cívicas de apoio, que desencadeiam os mais diversos esforços para aliviar o sofrimento dos prisioneiros. Seja na angariação de fundos e agasalhos, no envio particular de encomendas, ou na expressão pública do seu pesar, elas desempenharam um importante papel no socorro aos seus familiares. Mas este apoio era difícil de concretizar. Estacava na burocracia e desconhecimento dos serviços postais e às mãos cruéis dos carcereiros. Era necessária uma instituição mais organizada, com uma qualquer vantagem que lhe permitisse fazer a diferença.

Essa organização surgiu ainda antes de La Lys e foi o Comité de Socorros aos Militares e Cívicos Portugueses Prisioneiros de Guerra. O seu trunfo foi a localização geográfica aliada à neutralidade suíça, permitindo a centralização do apoio proveniente de todas as instituições contribuintes. O Comité enviou uma impressionante quantidade de encomendas para os campos de prisioneiros, pautando a sua ação pela perseverança, jamais esmorecendo perante as inúmeras dificuldades encontradas.

Associados à Cruz Vermelha, pela sociedade *Pietas*, conseguiram manter um fluxo de informação e ajuda que, não só aliviou o sofrimento dos prisioneiros, como atenuou a angústia em que viviam as suas famílias. O seu desempenho ficará eternizado, não só pela historiografia que lhe venha a fazer justiça, tal como tentámos com este trabalho, mas mais ainda pelos inúmeros testemunhos que encontramos nas memórias e demais escritos que os prisioneiros nos legaram.

Apesar deste precioso apoio, havia uma última barreira a ultrapassar. Como garantir que o apoio chegava de forma igual, ao maior número de prisioneiros possível?

Cumpre-nos, assim, destacar o trabalho da Comissão Central de Assistência que pela dedicação dos seus membros, superiormente liderados pelo Tenente-Coronel Craveiro Lopes, trataram de organizar a distribuição de apoio em Breesen, procurando propagar o modelo aos restantes campos, tentando que o socorro se estendesse a todos quantos dele necessitavam. Sabemos que era uma tarefa quase impossível, que não foi cabalmente cumprida. Ainda assim, consideramos fundamental o desempenho desta comissão que persistiu até ao momento do repatriamento, processo no qual teve um papel decisivo.

A excelente dinâmica de colaboração encontrada entre estas duas organizações, tornaram possível o apoio, que de outra forma, nas circunstâncias da época, apresentar-se-ia como um desafio de difícil superação. Esta relação foi potenciada pelo zelo e dedicação do delegado do governo português, após a sua chegada à Suíça. Era a peça que faltava para agilizar a complexa engrenagem do apoio aos prisioneiros. Ainda assim, sabemos que o socorro esteve longe de ser universal, deixando os sargentos e os soldados, em maior número e mais dispersos pelos campos, em circunstâncias piores, cuja verdadeira dimensão está ainda por estudar.

Através daquilo a que chamámos o Triângulo de Apoio, procurámos sintetizar aqueles que foram os vértices fundamentais no auxílio aos militares cativos, ficando por determinar a eficácia mais abrangente desse apoio. As limitações de um estudo desta natureza, conjugadas com a escassa informação acerca das experiências dos sargentos e soldados do CEP capturados, não nos permitem verificar a verdadeira dimensão do apoio prestado. Contudo, podemos inferir da análise documental realizada que, por parte do comité de socorros, da comissão de assistência e do próprio delegado do governo, foram desenvolvidas ações concretas na tentativa de que o apoio se estendesse a todos, conseguindo, ainda que pontualmente, tal desiderato.

Bibliografia

- Afonso Costa, 1919, *Telegrama de 31 de março*, Lisboa: Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDMNE), 3º Piso, Armário 6, Maço 18.
- Araújo, G., 2009. Uma revolução que não deve ser esquecida: Alemanha, 1918-1923. *História Social*, 17 (Revoluções no século XX), pp. 49-73.
- Castro, J. F. B. d., 1916. Anexo à Convenção. Regulamento relativo às leis e costumes da guerra terrestre”, Haia, outubro de 1907, secção I, capítulo II, art. IV a XX. Em: *Nova Coleção de Tratados, Convenções, Contratos*

e Actos Públicos celebrados entre Portugal e as mais Potências. Coimbra: Imprensa da Universidade, pp. 365-370.

Clark, C., 2014. *Os Sonâmbulos – Como a Europa entrou em guerra em 1914.* Lisboa: Relógio D'Água Editores.

CMP, 1917. *Relatório da Comissão de Assistência aos Militares Mobilizados (1916-1917).* Lisboa: Imprensa Nacional.

Comité de Socorros aos Militares e Civis Portugueses Prisioneiros de Guerra, 1918a, *Ofício de 4 de abril*, Lisboa: Arquivo Histórico Militar do Exército (AHM), I Divisão, 35ª Secção, Caixa 1338.

Comité de Socorros aos Militares e Civis Portugueses Prisioneiros de Guerra, 1918b, *Ofício de 4 de abril*, Lisboa: AHM, I Divisão, 35ª Secção, Caixa 1338.

Comité de Socorros aos Militares e Civis Portugueses Prisioneiros de Guerra, 1918a, *Carta de 22 de novembro*, Lisboa: AHDMNE, 3º Piso, Armário 7, Maço 180.

Craveiro Lopes, J. C., 1918a. *Diário do Captiveiro.*[manuscrito] Lisboa: no prelo.

Craveiro Lopes, J.C., 1918b, *Carta de 27 de novembro ao Comité*, Lisboa: AHM, I Divisão, 35ª Secção, Caixa 1338.

Dantas, J., 1916. Mulheres Portuguezas. *Ilustração Portuguesa*, 10 abril.

Dunant, H., 1990. *Un souvenir de Solferino.* Reedição do original de 1862 ed. Genebra: Comité international de la Croix-Rouge.

Garcia, R., 2015. As damas da alta sociedade na Primeira Guerra. *Sábado*, 8 janeiro.

Jones, H., 2011. *Violence against Prisoners of War in the First World War - Britain, France and Germany, 1914-1920.* Cambridge: Cambridge University Press.

Jones, H., 2014. *Prisoners of War.* [Online] Disponível em: http://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/prisoners_of_war[Acedido em 25 maio 2016].

Jones, H., 2015. *Prisoners of War (Germany).* [Online] Disponível em: http://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/prisoners_of_war_germany [Acedido em 25 maio 2016].

Keegan, J., 2014. *A Primeira Guerra Mundial.* Lisboa: Porto Editora.

- LCGG, 1934. *A Obra do Comité de Socorros aos Militares e Cívís Portugueses Prisioneiros de Guerra*. Lisboa: Liga dos Combatentes da Grande Guerra.
- Lopes, C. A., 2012. *Os Portugueses na Grande Guerra. Uma experiência de combate e de cativo*, Lisboa: Repositório da Universidade Aberta.
- Lourinho, M. H., 1980. *Prisioneiros Portugueses na Alemanha (Guerra de 1914-1918)*. Porto: Edição de Autor.
- Lousada, I., 2011. *Pela Pátria: A Cruzada das Mulheres Portuguesas (1916-1938)*. Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, pp. 667-688.
- Mariano, F., 2012. Os esquecidos da guerra: o apoio das mulheres aos prisioneiros da 1ª Guerra. *Revista Militar*, Maio, Issue 2524.
- Marques, I. P., 2008. *Das trincheiras com saudade. A vida quotidiana dos militares portugueses na Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- Martins, F., 1935. *Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Ática.
- Meneses, F. R. d., 2000. *União Sagrada e Sidonismo. Portugal em Guerra (1916-18)*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Meneses, F. R. d., 2010. Intervencionistas e Anti-intervencionistas. Em: *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, pp. 267-276.
- Meneses, F. R. d., 2015. *A Grande Guerra de Afonso Costa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Monico, R., 2005. *Suisse-Portugal: Regards Croisés, 1890-1930*. Genève: Societé d'Histoire e d'Archéologie de Genève.
- Norton de Matos, 1919, *Parecer de 29 de março*, Lisboa: AHDMNE, 3º Piso, Armário 6, Maço 18.
- Oliveira, M. J. M. d., 2011. *Deste triste viver – Memórias dos Prisioneiros de Guerra Portugueses na Primeira Guerra Mundial*, Lisboa: Repositório da Universidade Nova.
- Pietas, 1917. *Boletim do Comité Português de Socorros aos Militares e Cívís Portugueses Prisioneiros de Guerra*. Lausanne: Typographia Fritz Ruedi.
- Pietas, 1919. *Boletim do Comité Português de Socorros aos Militares e Cívís Portugueses Prisioneiros de Guerra*. Lausanne: Typographia Wyss Erben.
- Pires, A. P., 2010. A economia de guerra: a frente interna. Em: *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, pp. 319-347.

- Pires, A. P., 2010. O conflito mundial - Um conflito global nas fronteiras de um mundo a preto e branco. Em: *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, pp. 249-266.
- Reis, J., 1984. O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913). *Análise Social*, 20 (80), pp. 7-28.
- Rosas, F., 2010. A República e a Grande Guerra. Em: *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, pp. 247-248.
- Samara, M. A., 2010. Sidonismo e Restauração da República. Uma "encruzilhada de paixões contraditórias". Em: *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, pp. 371-395.
- Serviço de Prisioneiros de Guerra, 1918a, *Comissão de Informações sobre os Prisioneiros de Guerra*, Lisboa: AHDMNE, 3º Piso, Armário 7, Maço 180.
- Sidónio Pais, 1918, *Mensagem do P.R. de 17 de dezembro*, Lisboa: AHM, I Divisão, 35ª Secção, Caixa 1338.
- Teixeira, N. S., 1992. A Fome e a Saudade. Prisioneiros na Grande Guerra. *Revista Penélope. Fazer e Desfazer a História*, outubro, Issue 8.
- Teixeira, N. S., 1996. *O Poder e a Guerra 1914-1918. Objetivos Nacionais e estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Teixeira, N. S., 1998. Portugal na Grande Guerra 1914-1918: as razões da entrada e os problemas da conduta. Em: *Portugal e a Guerra - História das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos dos séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 55-70.
- Teixeira, N. S., 2004. Portugal e a Grande Guerra. Em: *Nova História Militar de Portugal*. Sintra (Lisboa): Círculo dos Leitores.
- Teixeira, N. S., 2014. *Portugal e a Grande Guerra - entre a memória do passado e os desafios do futuro*. Lisboa, Assembleia da República, pp. 21-24.
- Telo, A. J., 2010. *Primeira República I - Do Sonho à Realidade*. Lisboa: Editorial Presença.
- Telo, A. J., 2013. *A Beligerância Portuguesa na Grande Guerra*. [Online] Disponível em: http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Paginas%20externas/ArtigosTextos/Beligerancia_Portuguesa/index.html [Acedido em 30 abril 2016].

- Telo, A. J., 2014. Um Enquadramento Global para uma Guerra Global. *Revista Nação e Defesa*, Issue 139, pp. 8-33.
- Vasconcellos, P., 1918a, *Circular de 14 de outubro*, Lisboa: AHM, I Divisão, 35ª Secção, Caixa 1338.
- Vasconcellos, P., 1918b, *Ofício de 4 de novembro*, Lisboa: AHM, I Divisão, 35ª Secção, Caixa 1338.
- Vasconcellos, P., 1918c, *Ofício de 30 de novembro*, Lisboa: AHM, I Divisão, 35ª Secção, Caixa 1338.
- Vasconcellos, P., 1919a, *Relatório de Pestana de Vasconcellos*, Lisboa: AHDMNE, 3º Piso, Armário 6, Maço 18.
- Vasconcellos, P., 1919b, *Telegrama de 4 de janeiro*, Lisboa: AHDMNE, 3º Piso, Armário 7, Maço 180.
- Vasconcellos, P., 1919c, *Telegrama de 9 de janeiro ao Major Van Goor*, Lisboa: AHDMNE, 3º Piso, Armário 7, Maço 180.
- Vasconcellos, P., 1919d, *Carta de Paris de 8 de maio*, Lisboa: AHDMNE, 3º Piso, Armário 7, Maço 180.

OPERAÇÕES MILITARES CONTRA A MONARQUIA DO NORTE EM 1919***MILITARY OPERATIONS AGAINST THE NORTHERN MONARCHY IN 1919*****Luís Alves Batista**

Major de Transmissões

Resumo

Este artigo pretende abordar a reação militar da I República quando confrontada com a proclamação da Monarquia do Norte. A fim de cumprir este objetivo, optou-se por dividir essa reação em três partes que são a organização das forças republicanas, a sua evolução ao longo do conflito e a forma como foram conduzidas as operações militares. Analisou-se um conjunto de fontes, fundamentalmente do Arquivo Histórico Militar e da Biblioteca do Exército, para recolha de informação, bem como bibliografia nacional acerca do tema.

Conclui-se que a República reagiu militarmente contra a Monarquia do Norte criando forças em operações à custa dos efetivos existentes nas áreas envolvidas no conflito e reforçando estas unidades com efetivos mobilizados entre militares licenciados e voluntários civis para prosseguir as operações, que se desenrolaram numa lógica de contenção inicial do avanço das forças monárquicas para Sul, seguida de uma repulsão dessas forças para Norte do rio Douro e finalizado pela sua expulsão total do território nacional.

Palavras-chave: Monarquia do Norte, I República, Operações Militares.

Abstract

The purpose of this paper is to study the military response of the First Portuguese Republic when faced with the proclamation of the monarchy in the north of the country. In order to meet this goal, we decided to divide the response into three parts which are the organization of the republican forces, their evolution over the conflict and how the military operations were conducted. We studied a number of sources, mainly from the Military Historical Archives and the Library of the Army for information collection, and also from national literature on the subject.

We conclude that the Republic reacted militarily against the Northern Monarchy creating forces at the expense of existing units in the areas involved in the conflict and strengthening these units with units mobilized among military licensees and civilian volunteers to continue the operations, which took place in a logical path of initial containment of the advance of monarchical forces towards the south, followed by a repulsion of these forces to the north of the Douro river and finalized by their total expulsion from the country.

Keywords: Northern Monarchy, First Portuguese Republic, Military Operations.

Introdução

Com a revolução republicana de 5 de outubro de 1910, Portugal entra num período político conturbado que iria durar até ao golpe militar de 28 de maio de 1926. Durante os 16 anos de I República, Portugal teve 51 governos diferentes, com alguns deles a não completarem um mês de governação (Governo da República Portuguesa, 2015).

Após a revolução, os dois partidos¹ existentes durante a monarquia constitucional desaparecem do espectro político português. Até 1914, a influência dos monárquicos na cena política portuguesa manteve-se reduzida, zelando a pequena burguesia republicana pela manutenção desse *status quo*. No entanto, e como exceção, ocorrem neste período duas incursões monárquicas em Portugal em 1911 e 1912 (Pinto, 2010, pp. 146-157)², ambas protagonizadas por Paiva Couceiro e que não obtiveram efeitos práticos no regime republicano. Em 1914, o governo de conciliação de Bernardino Machado vem dar maior liberdade de ação aos monárquicos, surgindo nesse ano a Causa Monárquica. “Desde o início que nela se fazem sentir duas orientações: uma minoritária e radical que considera só ser possível derrubar a República violentamente através de conspiração, e outra maioritária que se inclina para a actividade eleitoral e consolidação da organização, considerando qualquer conspiração prematura” (Telo, 1980, pp. 68-69). Esta separação dentro da causa monárquica ainda existia quando se deu a proclamação da Monarquia do Norte.

Na véspera da Monarquia do Norte, Portugal encontrava-se com as finanças num estado de profunda depressão. O país tinha acabado de sair da I Guerra Mundial e, embora fosse um dos países vencedores, “Sob muitos

¹ Partido Progressista e Partido Regenerador.

² Em 4 de outubro de 1911, entra em Portugal por Cova de Lua e segue para Vinhais antes de ser forçado a retirar. Em 6 de julho de 1912, faz nova incursão pelo Norte, sendo detido em Chaves, de onde retira novamente para Espanha.

aspectos, era na realidade um país vencido que emergia de três anos de conflito” (Telo, 1980, p. 11). Em 1918, “Nos meados de Novembro havia grandes problemas de subsistência pública a resolver. Formavam-se grandes bichas para a obtenção de víveres” (Serrão, 1989, p. 215).

Com a morte de Sidónio Pais em 14 de dezembro de 1918, deu-se a “dissolução da coligação de forças políticas e sociais que ele polarizara” (Pinto, 2010, p. 313), acentuando-se novamente as clivagens entre os republicanos e os monárquicos, precipitando uma série de acontecimentos que eclodiram na proclamação da Monarquia do Norte em 19 de janeiro de 1919.

O presente artigo pretende analisar a forma como a I República conduziu as operações militares contra a Monarquia do Norte no início de 1919, pretendendo-se estudar a reação militar da República e entendendo-se como reação militar o ato de gerar e organizar as unidades militares que foram combater as forças monárquicas, bem como as próprias operações militares que essas unidades empreenderam contra essas forças. O trabalho foi delimitado em termos espaciais à região controlada em janeiro de 1919 pela Monarquia do Norte bem como os territórios adjacentes que foram utilizados no esforço republicano de combate a este regime, sensivelmente os territórios do centro e Norte do país, mais especificamente a região a Norte dos distritos de Coimbra e Castelo Branco, inclusive. Em termos temporais, centramo-nos fundamentalmente no período de janeiro e fevereiro de 1919, período em que decorreram a geração e as operações das forças da República contra a Monarquia do Norte. De ressaltar o facto que, embora com estas delimitações espaciais e temporais no que se refere ao objeto de estudo, para efeitos de enquadramento contextual da realidade da Monarquia do Norte, vamos abordar espaços físicos e temporais que excedem esta delimitação. Finalmente, em termos de conteúdo, utilizamos como elementos de consulta as fontes contidas no Arquivo Histórico Militar do Exército, Arquivo Histórico da Marinha e Biblioteca do Exército, bem como vários estudos e livros dedicados ao tema em apreciação e à história da primeira metade do século XX, cingindo-nos a estudar a campanha do ponto de vista das forças da República, por serem as fontes disponíveis mais acessíveis.

Da revisão da literatura existente sobre a época que nos propusemos a investigar, verificámos que a história da I República é um campo do conhecimento bastante estudado, quer nos tratados de história geral de Portugal ou do século XX, quer em tratados dedicados exclusivamente a este período do Estado português. Dentro deste período, um dos eventos mais marcantes e impossível de ser contornado é sem dúvida a I Guerra Mundial. Este conflito, vivido em Portugal no teatro europeu e africano, sem esquecer o Atlântico, influenciou de modo importante todos os campos da sociedade portuguesa, do aspeto económico ao diplomático, passando pelo social e

militar. Este período da história portuguesa é um período muito conturbado em termos políticos e sociais, com a inabilidade dos governos em manterem-se em funções por intervalos de tempo prolongados³ e com a sociedade a polarizar-se em torno de várias correntes políticas diferentes (republicanos novos e velhos, monárquicos, católicos, entre outros). Esta polarização da sociedade assumia contornos por vezes extremos, sucedendo-se as revoluções e contra revoluções, bem como assassinatos políticos (Pinto, 2010, p. 397)⁴, nos vários anos que a I República perdurou.

Nessa época, logo a seguir ao fim da I Guerra Mundial, insere-se o período de análise deste trabalho, a Monarquia do Norte, um intervalo relativamente curto entre os anos da I República. Pela sua brevidade, assim como pelo número de golpes e episódios revolucionários de que é pródiga a I República, compreende-se que este período não mereça mais que uma breve referência nos tratados de história geral. Este assunto aparece mais desenvolvido em livros que tratam especificamente da I República, como são exemplo o “Nobre Povo – Os anos da República”, de Jaime Nogueira Pinto, ou “A contra-revolução na I República (1910-1919)” de Miguel Dias Santos, assim como em dissertações relacionadas com o tema para obtenção de grau académico, incluindo a deste último autor. Encontramos também duas obras que abordam especificamente a temática da Monarquia do Norte. A primeira, com o título sugestivo de “A Monarquia do Norte” de Rocha Martins, é coeva e a outra, “Para a história da Monarquia do Norte” de José Luciano Sollari Allegro, pertence já à década de 80 do século passado.

Em todas as obras mencionadas, verifica-se que estas abordam a questão da Monarquia do Norte principalmente na vertente política em vez da vertente militar, ou seja, concentram-se nas razões e nas correntes ideológicas que deram origem a restauração monárquica e que conduziram a sua ação, em detrimento das operações militares efetuadas nesse período. Mesmo nos livros dedicados inteiramente à Monarquia do Norte, embora se trate com mais pormenor a parte militar, a ênfase continua a ser nas decisões dos vários atores envolvidos e como estas se enquadram nos acontecimentos que contextualizam esta época. Sendo assim, concluímos que o estudo das operações militares no período da Monarquia do Norte não está muito desenvolvido, fruto das razões apresentadas anteriormente, pelo que se justifica estudar esta componente associada à Monarquia do Norte.

³ Como foi referido na Introdução, os 16 anos da I República viram a formação de 51 governos diferentes.

⁴ De destacar de entre estes, o episódio da camioneta-fantasma de 19 de outubro de 1921, uma “noite infame de fúria e de vergonha”.

1. A Monarquia do Norte

Em 1917, crescem as divergências entre o poder político e os militares, descontentes pela entrada de Portugal na I Guerra Mundial e pelas condições materiais a que estava sujeito o Corpo Expedicionário Português, assim como, no caso particular do corpo de oficiais, pelas transformações que se estavam a operar no exército fruto da entrada neste de centenas de oficiais milicianos. Nesse mesmo ano, registaram-se várias movimentações contrárias ao embarque de soldados para o teatro de guerra europeu e os efetivos presentes nesse teatro não demonstravam reconhecimento para com o poder político que os colocou nessa situação (Ferreira, 2004a, pp. 274-276).

Os principais opositores do Partido Democrático, no poder em 1917, eram os Unionistas de Brito Camacho e o Partido Centrista de Egas Moniz. Contra o governo do Partido Democrático, os unionistas planearam uma conspiração que estava, inicialmente, sob a égide de Brito Camacho mas que foi depois desaprovada por ele. Essa conspiração continuou sob a liderança do Major de Artilharia Sidónio Pais (Oliveira, 1993, p. 155)⁵, “que fizera parte dos primeiros governos da República e que exercera, até à declaração de guerra da Alemanha, o cargo de ministro plenipotenciário português em Berlim” (Allegró, 1988, pp. 28-31; Duarte, 1941, pp. 66-85, 158; Ferreira, 2004b, p. 277).

A conspiração iniciou-se em 5 de dezembro de 1917, com vários confrontos pelo país, tendo saído vitoriosa em 8 de dezembro. O novo governo legisla no sentido de reconciliar republicanos, monárquicos e religiosos, granjeando com isso grande estima entre o povo, o que, aliado ao carisma de Sidónio Pais, fazem com que este seja alvo de forte apoio popular, consubstanciado nas aclamações de que era alvo sempre que se deslocava pelo país. Sidónio Pais pretendia impor um regime presidencialista, para pôr cobro ao anterior regime em que o presidente da República era eleito pelo congresso⁶, não tendo poder para dissolver esse órgão. Segundo ele, o Presidente deveria ser eleito por sufrágio pelo povo, em vez da referida eleição pelo congresso. Este desiderato, contrário à constituição de 1911, valeu-lhe resistência dentro do seu pró-

⁵ “Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais (1872-1918) era Major de Artilharia em licença ilimitada e lente de Matemática da Universidade de Coimbra. [...] Republicano, e maçã da loja Estrela de Alva em Coimbra, foi deputado à Assembleia Nacional Constituinte de 1911, ministro do Fomento no 1º governo constitucional chefiado por João Chagas e depois ministro das Finanças no ministério presidido por Augusto Vasconcelos. [...] Quando se efetuou o encerramento dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte ficou a fazer parte da Câmara dos Deputados como unionista (Partido de Brito Camacho)” (Oliveira, 1993, p. 155).

⁶ Reunião conjunta das duas câmaras (Câmara dos Deputados e Senado) que constituíam o parlamento na I República.

prio partido, e este sofreu vários ataques por parte de jornais afetos à causa do Partido Democrático, ironicamente tendo sido o próprio Sidónio Pais a suspender a censura que estava em vigor à data da conspiração (Allegro, 1988, pp. 35-43; Oliveira, 1993, pp. 155-159; Duarte, 1941, pp. 161-197, 254). Durante o ano de 1918, o governo de Sidónio Pais foi perdendo o apoio dos políticos devido à sua natureza autoritária, tendo também sofrido nesse ano três tentativas de deposição pela força das armas, levadas a cabo por militares afetos à oposição ao seu regime (Oliveira, 1993, pp. 157-161; Duarte, 1941, pp. 255-258).

Para além das revoltas contra o seu governo, Sidónio Pais sofreu também pessoalmente vários atentados perpetrados pelos seus opositores. Devido a esses atentados e com receio que estes obtivessem sucesso, surgiu a ideia, dentro do quadro de oficiais do Exército, de se criarem agrupamentos de oficiais para poderem ter um papel ativo em caso de morte de Sidónio Pais, de modo a manterem o país no rumo traçado pelo Presidente. Estes agrupamentos viriam a denominar-se Juntas Militares, que se pretendiam apartidárias e que zelassem pelo bem da nação. Esta ideia foi apresentada a Sidónio Pais, que a aprovou, tendo ficado o Coronel João de Almeida como representante da Junta Militar do Sul e o Coronel Silva Ramos como o da Junta Militar do Norte. A Junta Militar elaborou uma lista com o nome para um futuro governo em caso de morte de Sidónio Pais, sendo essa lista entregue a Tamagnini Barbosa. Em 14 de dezembro de 1918, quando se preparava para embarcar na gare do Rossio com destino ao Porto, Sidónio Pais é atingido mortalmente⁷ (Allegro, 1988, pp. 57-69; Duarte, 1941, pp. 262-263, 331-336).

Com a sua morte, deu-se a “dissolução da coligação de forças políticas e sociais que ele polarizara”, acentuando-se novamente as clivagens entre os republicanos e monárquicos (Pinto, 2010, p. 313). O seu projeto político era assente na sua personalidade, sendo difícil sustentar, sem a sua principal figura, um regime que “trouxera ao país a esperança de uma alternativa à demagogia e à ditadura disfarçada dos democráticos” (Pinto, 2010, p. 314). Tal como tinha sido aclamado em vida pela população, também na morte o povo se uniu à sua volta, com o cortejo fúnebre a ser acompanhado por uma multidão⁸.

Na mesma noite do homicídio de Sidónio Pais, reuniu-se o Conselho de Ministros com vários chefes políticos para decidir a sucessão do presidente

⁷ O assassino foi José Júlio da Costa, antigo sargento do Exército, veterano em Moçambique contra os alemães. Suspeita-se de influências maçónicas que manipularam o assassino a perpetrar o atentado que vitimou Sidónio Pais (Pinto, 2010, p. 308; Oliveira, 1993, p. 162).

⁸ “Ao todo contamos, inscritas em 398 folhas pautadas, 5.514 homens e 2.922 mulheres, perfazendo um total de 8.436, a que podemos ainda somar 1.154 indivíduos de ambos os sexos – a cifra global é, portanto, de 9.590 – identificados mediante cartão de pêsames” (Silva, 2006, p. 364).

assassinado. Foi decidido por unanimidade atribuir o cargo ao Ministro da Marinha, Almirante Canto e Castro, por ser o mais velho e mais graduado de entre eles. O Ministro da Guerra, Coronel Álvaro de Mendonça, exprimiu a determinação da Junta Militar em constituir um governo de força que continuasse no caminho traçado por Sidónio Pais, sentindo-se esta legitimada pela aprovação que Sidónio Pais lhes tinha dado ainda em vida. No entanto, contrariamente ao desejo do anterior Presidente, o Congresso revogou as disposições estabelecidas por este, retomando o regime anterior de eleição do Presidente pelo congresso ao invés do voto popular. “Era a grande machadada no sistema presidencialista que morria assim menos de 48 horas depois do desaparecimento do seu fundador” (Allegro, 1988, pp. 71-73; Oliveira, 1995, p. 285; Duarte, 1941, p. 336).

O Almirante Canto e Castro foi confirmado como Presidente por eleição do Congresso, tendo encarregado Tamagnini Barbosa de constituir governo. Neste governo não constavam nenhum dos nomes da lista elaborada pela Junta Militar antes do assassinato de Sidónio Pais, pelo que os militares da Junta se sentiram melindrados e optaram por tomar uma posição de força. Em Lisboa, três regimentos e partes de outras unidades deixaram os quartéis e foram-se instalar em Monsanto e no Parque Eduardo VII. Estes exigiam que o governo do país fosse entregue ao Coronel João de Almeida. Estes militares recolheram aos respetivos quartéis após conferenciar com um enviado de Tamagnini Barbosa, tendo este prometido rever a constituição do governo. No Porto, a Junta resolveu substituir o governo no Norte do país, constituindo-se como Junta Governativa. A Junta exigia ao governo a saída de alguns dos seus membros, podendo manter-se no executivo Tamagnini Barbosa se este agisse de acordo com o exigido pelos militares. A maior parte das unidades do Norte apoiou a Junta Governativa, com a exceção de Vila Real. Foram enviados à capital vários emissários da Junta Militar do Norte para negociar com Tamagnini Barbosa a formação de um novo governo, favorável aos desejos das Juntas. Ao fim de quatro dias, chegou-se a um acordo entre os vários intervenientes, conseguindo as Juntas Militares colocar três pessoas da sua confiança no governo em troca da dissolução imediata das Juntas Militares, sem represálias para os membros das mesmas. No entanto, o “acordo a que se chegou no dia 6 de Janeiro não foi do inteiro agrado das pessoas ligadas à Junta Militar do Norte e representou, em certa medida, um triunfo para Tamagnini Barbosa porque conseguiu manter-se como Presidente do Ministério e Ministro do Interior, obteve a dissolução das Juntas e só mudou três Ministros, conservando o Dr. Egas Moniz⁹ que era um dos que as referidas

⁹ Egas Moniz era o Ministro dos Negócios Estrangeiros do governo de Tamagnini Barbosa, encontrando-se nessa altura a chefiar a delegação portuguesa nas negocia-

Juntas haviam pretendido excluir do governo” (Allegro, 1988, pp. 77-100; Oliveira, 1993, p. 253; Duarte, 1941, pp. 336-339; Martins, 1922, pp. 5-41).

O acordo firmado entre Tamagnini Barbosa e as Juntas Militares desagradou a alguns elementos do Congresso, dos quais se destaca o Engenheiro Cunha Leal¹⁰, que acusaram o Presidente do Ministério de ceder à pressão das Juntas, insurgindo-se contra o papel destas nos acontecimentos que levaram à mudança do governo. A reação contra o acordo também se fez sentir fora do Congresso. Invocando a necessidade de salvar a República provocada pela capitulação desta às Juntas Militares, eclodiram uma série de revoltas ao longo do país. Em Lisboa, grupos de civis armados e chefiados por oficiais democráticos tentaram invadir o RI33, aquartelado no Castelo de S. Jorge, e o Arsenal da Marinha, tendo-se também amotinado as guarnições de alguns navios fundeados no Tejo. Ambos os assaltos aos quartéis militares foram repelidos pelas guarnições com baixas de ambas as partes, rendendo-se também os navios após estes terem sido visados pelas Baterias em terra que se mantiveram aliadas ao governo, conseguindo as forças leais ao governo debelar a revolta na capital em um dia. Enquanto decorriam estes eventos em Lisboa, desencadearam-se também revoltas na Covilhã, em Alcobaça e nas Caldas da Rainha, bem como em várias povoações no distrito e na cidade de Santarém. Havia igualmente uma revolta planeada para o Porto, mas esta não se concretizou (Allegro, 1988, pp. 105-107; Duarte, 1941, pp. 339-344; Martins, 1922, pp. 43-49).

A revolta na Covilhã foi debelada pelo Tenente Teófilo Duarte com forças provenientes das guarnições da Guarda e de Castelo Branco, naquela que ficou conhecida como a “Coluna Negra”. Nesse mesmo dia, forças do governo provenientes do Porto e de Coimbra ocuparam o Entroncamento, enquanto forças oriundas de Lisboa fizeram o mesmo no Carregado. No dia seguinte, foram extintas as revoltas em Alcobaça e nas Caldas da Rainha, restando apenas Santarém no controlo dos revoltosos. Para esta cidade convergiram as várias forças que tinham atuado nos outros focos de revolta, ficando a cidade cercada. Após três dias, os revoltosos renderam-se e as forças fiéis ao governo entraram em Santarém, extinguindo-se dessa forma esta tentativa de repor de forma completa a Constituição de 1911 e apagar todos os traços existentes da República Nova de Sidónio Pais. Embora os autores tenham invocado a necessidade de salvar a Pátria do acordo entre Tamagnini Barbosa e as Juntas Militares como razão para as revoltas, o grau de preparação e simultaneidade das mesmas, aliadas ao curto espaço de tempo que mediou o acordo do início das

ções para a paz em consequência do fim da I Guerra Mundial, pelo que não podia ser substituído (Allegro, 1988, p. 100).

¹⁰ Deputado independente e ex-militar, veio a fazer parte do posterior assalto ao Regimento de Infantaria (RI) 33 e da revolta em Santarém (Allegro, 1988, pp. 105-107).

revoltas (três dias), indicia que estas já estavam a ser planeadas ainda durante a vida de Sidónio Pais, provavelmente contra a sua República Nova e as suas políticas (Allegro, 1988, pp. 107-108; Oliveira, 1993, pp. 253-254; Duarte, 1941, p. 345; Martins, 1922, pp. 50-87).

A reação de Tamagnini Barbosa às revoltas¹¹, aliadas à tentativa por parte deste de mudar os comandos do Norte do país, substituindo militares pertencentes às Juntas Militares por outros a favor do governo, bem como a libertação dos presos da revolta de Santarém, levantou a dúvida sobre o envolvimento de Tamagnini Barbosa com os revoltosos, acentuando a clivagem existente entre as Juntas e o governo (Oliveira, 1993, p. 255; Duarte, 1941, p. 345). Os oficiais monárquicos da Junta chegaram à conclusão que o governo de Tamagnini Barbosa não seria capaz, nem teria vontade de prosseguir a visão de Sidónio Pais. Estes oficiais decidiram assim que a única solução para esta questão seria a restauração da monarquia. Reunidos em volta da figura de Paiva Couceiro, estes iniciam o planeamento para um levantamento a iniciar no Norte do país e que se iria alastrar subsequentemente ao resto do país. Antes de principiar esta diligência, os monárquicos consultam o conselheiro Aires d'Ornelas, lugar-tenente do rei no exílio D. Manuel II, de modo a obterem o seu aval para a restauração da monarquia. Num memorando elaborado por Hipólito Raposo, à possibilidade da aprovação de um movimento militar de carácter monárquico, o conselheiro escreve "*Go on* – Palavras d'El-Rei!". Com este assentimento de D. Manuel II ao movimento, tomam corpo os cuidados elaborados pelos monárquicos de modo a iniciar a restauração monárquica. Por entre tentativas do governo de Tamagnini Barbosa de retardar e parar o movimento dos monárquicos, dá-se a proclamação por Paiva Couceiro da monarquia no Porto, em 19 de janeiro de 1919, estendendo-se pela maior parte do Norte do país¹², e dando assim início a Monarquia do Norte, que iria durar 25 dias (Allegro, 1988, pp. 111-156; Duarte, 1941, pp. 340-343; Martins, 1922, pp. 89-135).

Entretanto, em Lisboa, os Comandantes militares das unidades dessa guarnição reuniram-se para decidir qual deveria ser a sua reação em relação à restauração da Monarquia, decidindo-se pela manutenção da neutralidade dos quartéis, preparados para intervir no sentido de manutenção da ordem. O

¹¹ Tamagnini Barbosa assumiu uma posição de desculpabilização de oficiais que tomaram parte na revolta de Santarém, dizendo acerca destes numa entrevista de 16 de janeiro ao jornal *A Capital* "a minha impressão pessoal é de que há entre esses officiaes muitos elementos absolutamente dedicados ao regímen, e que só um «trop de zéle», uma lamentável precipitação e sem dúvida o desconhecimento dos factos atirou para essa triste aventura de Santarém" (*A Capital*, 1919b).

¹² Aderiram a esta proclamação as povoações na região a Norte do rio Vouga, com exceção de várias povoações em Trás-os-Montes, incluindo Chaves.

conselheiro do rei, Aires d'Ornelas, deu também conhecimento a Tamagnini Barbosa desta decisão, alegando que tinha sido surpreendido pela proclamação e que esse não era o desejo do rei. No entanto, os ânimos da população civil estavam exaltados contra figuras conhecidas pelas suas ideias monárquicas, tendo estes decidido recolher a vários quartéis para sua salvaguarda. Esta recolha fez com que a atenção dos populares se voltasse contra esses quartéis, clamando que era necessário atacar esses lugares. Perante esta ameaça por parte da população, armados pelo governo para fazerem face à ameaça no Norte, os militares e civis aquartelados no Regimento de Lanceiros 2 e no Regimento de Artilharia (RA) de Queluz saíram para ocupar posições defensivas em Monsanto na tarde de 22 de janeiro. Durante essa noite, aumentaram os efetivos em Monsanto com a adesão de outras unidades da guarnição de Lisboa. No dia seguinte, proclamou-se a Monarquia em Monsanto e iniciaram-se os confrontos entre essas forças e as forças republicanas da capital. Depois de dois dias de combate, as forças monárquicas, exauridas e com falta de munições e víveres, renderam-se, terminando assim a tentativa de proclamação da Monarquia no Sul do País. Tamagnini Barbosa, forçado a recorrer à ajuda dos partidários da República Velha¹³, também não sobreviveu politicamente a estes eventos, apresentando a demissão no dia 26 de janeiro, sendo substituído por José Relvas (Allegro, 1988, pp. 165-202; Duarte, 1941, pp. 345-358; Martins, 1922, pp. 112-116, 157-260).

Pudemos constatar neste capítulo que os acontecimentos que deram início à proclamação da Monarquia do Norte remontam à dissociação entre os governos republicanos e as aspirações de vastos setores da sociedade, incluindo o povo, os oficiais do exército monárquicos e o clero. O governo de Sidónio Pais trouxe um novo rumo à República, tentando mudar o rumo que estava consagrado na constituição de 1911, sendo um governo muito popular junto da população. A inabilidade de Tamagnini Barbosa, sucessor de Sidónio Pais após o assassinato deste, em gerir as expectativas dos vários setores da sociedade, nomeadamente as correntes republicanas que queriam romper completamente com o Sidonismo e as que pretendiam manter de certa forma o rumo do anterior presidente, nos quais se incluíam os monárquicos, levou a várias confrontações com as diversas forças da oposição. Tendo em conta este clima de incerteza e conflitualidade, os oficiais monárquicos entenderam que o momento seria propício à restauração da monarquia. Liderados por Paiva Couceiro, que já por duas ocasiões tinha tentado repor a monarquia pela força das armas, proclama-se a restauração da monarquia no Norte do país, seguida pela proclamação em Lisboa, dando-se assim início aos 25 dias da Monarquia do Norte.

¹³ Em oposição da República Nova de Sidónio Pais.

1.1 Organização e evolução das forças da República

Em 19 de janeiro de 1919, a organização territorial do Exército era regulamentada pelo Decreto de 6 de junho de 1914, que mantinha a organização geral de 1911 e dividia o território continental em oito circunscrições de divisão (ver Figura 1) (Oliveira, 1995, pp. 111-118).

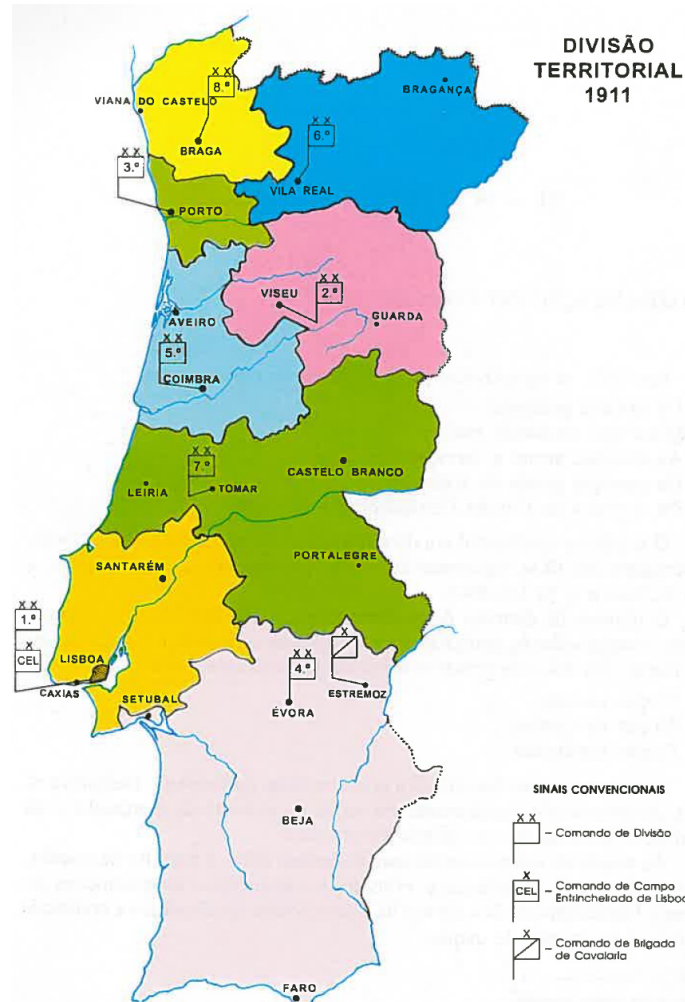


Figura 1 – Divisão territorial de 1911

Fonte: (Oliveira, 1995, p. 112).

No rescaldo da proclamação, juntaram-se à causa monárquica as guarnições da 3ª e 8ª Divisões, bem como parte das guarnições da 6ª (Vila Real) e 2ª (Viseu, Lamego e Almeida) Divisões, vendo-se assim isoladas do resto do país

as forças restantes da 6ª Divisão que se mantinham fiéis à República¹⁴ (Baptista, 1919; QG 2ª Divisão, 1919a, p. 2; QG 6ª Divisão, 1919). Para fazer face à situação, o Exército reorganizou-se e criou o Comando em Chefe das Forças em Operações¹⁵ (CCFO) para comandar as operações militares contra as forças monárquicas, sendo comandado pelo General Alberto Ilharco.

Como forças de combate contra os monárquicos, a República dispunha da 2ª e da 5ª Divisões, tendo-se transformado o Quartel-general (QG) dessas duas divisões em QG em operações. No comando da 2ª Divisão em Operações ficou o General Abel Hipólito¹⁶ e no comando da 5ª Divisão em Operações ficou, interinamente, o Coronel Azevedo Gomes, tendo o General Tamagnini de Abreu assumido essa função em 3 de fevereiro. No dia 9 de fevereiro, o comando dessa Divisão foi assumido pelo Coronel Domingos Peres (QG 5ª Divisão, 1919a, pp. 1, 18-19, 34-35; QG 2ª Divisão, 1919a, p. 2; QG CCFO, 1919f). Os três generais nomeados para comandar as operações asseguravam à República a sua lealdade para com o governo. O Comandante-chefe, General Ilharco, durante o braço-de-ferro que opôs o governo de Tamagnini Barbosa à Junta Militar do Norte, tinha sido nomeado para chefe da 3ª Divisão, numa tentativa de colocar um oficial de confiança do governo no Porto. Este empreendimento não se concretizou visto que a Junta impediu a sua tomada de posse (Allegro, 1988, pp. 89-90). Os generais Tamagnini de Abreu e Abel Hipólito distinguiram-se ao serviço da República no Teatro de Guerra europeu, Tamagnini de Abreu no comando do Corpo Expedicionário Português e Abel Hipólito como Comandante da Artilharia desse Corpo. Abel Hipólito tinha também sido considerado Herói da República pela sua ação no 5 de outubro de 1910, no comando do RA8 (IHC, 2015; IHC, 2013). Para além destas duas divisões do Exército, o CCFO contava também com a Divisão Naval em Operações, criada a partir da Divisão Naval de Defesa e Instrução e comandada pelo Contra-Almirante Borja Araújo¹⁷ (Araújo, 1919, p. 1; Ilharco, 1919, p. 3).

À medida que a campanha evoluiu, com o avanço das forças republicanas e o conseqüente recuo das monárquicas, o CCFO restabeleceu a área das Divisões que se tinham revoltado, atribuindo forças a cada uma delas (QG CCFO, 1919d; QG CCFO, 1919h). Após a conquista destas áreas, a ocupação

¹⁴ Guarnições de Chaves e Bragança.

¹⁵ Este comando manter-se-ia em funções até 12 de abril de 1919 (QG CCFO, 1919e).

¹⁶ O General Abel Hipólito foi nomeado para assumir o lugar do General Tamagnini de Abreu na 5ª Divisão em 19 de janeiro, mas aparece logo em 20 de janeiro como Comandante da 2ª Divisão, função que iria manter ao longo das hostilidades (QG 2ª Divisão, 1919a, pp. 1-2).

¹⁷ Oliveira (1993, p. 255) refere-se ao Comandante da Divisão Naval como sendo o Contra-Almirante Borga de Carvalho, mas este dado não se confirma no relatório efetuado pelo Contra-Almirante Borja Araújo (1919).

inicialmente fez-se à custa das forças da Divisão Naval, passando de seguida a ser encargo da 5ª Divisão em Operações, convertendo-se a 5ª Divisão em 8ª Divisão. Para além desta mudança, parte das suas unidades são entregues à guarnição da 3ª Divisão para manterem a ordem na área dessa Divisão, que entretanto se tinha reorganizado com as forças locais que restauraram a República, e efetivarem o controlo republicano da região Norte (Araújo, 1919, pp. 14-16; QG 5ª Divisão, 1919a, pp. 50-62).

No que respeita ao Teatro de Operações, em 31 de janeiro, a divisão entre a Zona de Guerra e a Zona do Interior era materializada pela linha geral definida por “Marvão (fronteira leste) – Portalegre – Crato – Ponte de Soure – Ulme – Almeirim – Santarém – Rio Maior – Óbidos – Peniche” (QG 5ª Divisão, 1919a, p. 13). No dia 7 de fevereiro, mercê da evolução da situação, essa divisão territorial deslocou-se para Norte, passando a ser a Zona do Interior limitada pela zona a Sul da estrada que liga Salvaterra do Extremo, Zibreira, Ladoeiro, Escalos de Baixo, Castelo Branco, Taberna Seca, Sarzedas, Monte Gordo, Sobreira, Formosa Proença-a-Nova, Sertã, Pedrogão Pequeno, Pedrogão Grande, Figueiró dos Vinhos, Ancião, Pombal, Guia, Monte Redondo, exclusive; a Zona da Retaguarda era constituída pela região compreendida entre a linha definida anteriormente, inclusive, e a linha férrea que liga Figueira da Foz, Alfarelos, Coimbra, Pampilhosa, Santa Comba Dão, Mangualde, Fornos, Pinhel, Guarda e Vila Formoso, exclusive; e, finalmente, a Zona de Operações era composta pelo resto do país a Norte desta última linha, inclusive (QG CCFO, 1919g). Finalmente, no dia 17 de fevereiro, a Zona do Interior estende-se pelo Sul do país até à linha férrea que consubstanciava a anterior divisão entre a Zona da Retaguarda e a Zona de Operações; a Zona da Retaguarda é materializada pela região entre essa linha e o rio Douro, exclusive; e a Zona de Operações o território a Norte do rio Douro, inclusive (QG 5ª Divisão, 1919a, p. 56).

Quando se iniciaram os conflitos entre as forças monárquicas e republicanas, o governo da República iniciou a convocação e mobilização das suas forças, com incidência na 1ª e 4ª Divisões, chamando aos quartéis os militares que estavam de licença, bem como apelando por voluntários oriundos da sociedade civil (Allegro, 1988, p. 172; QG 2ª Divisão, 1919a, p. 3; QG 5ª Divisão, 1919a, p. 3). Entre estes voluntários, é de realçar a formação dos chamados Batalhões Académicos. Estes eram comandados por um oficial e eram constituídos por alunos de Lisboa e Coimbra¹⁸, tendo combatido em Lisboa (apenas o Batalhão Académico de Lisboa) e fazendo depois parte das operações contra as forças no Norte do país.

¹⁸ Também foi constituído um Batalhão Académico no Porto, mas este combateu ao lado das forças monárquicas.

A Divisão Naval em Operações foi criada especificamente para esta campanha, e contava inicialmente com todos os meios disponíveis da Marinha, nomeadamente as seguintes forças: Batalhão de Marinha, cruzador auxiliar “Pedro Nunes”, cruzador “Vasco da Gama”, contratorpedeiro “Guardiana”, três navios caça-minas, dois navios canhoneiras, um navio rebocador e dois navios traineiras. O Comandante da Divisão reorganizou as suas forças em dois grupos: uma Divisão de Cruzeiro, com os cruzadores e o contratorpedeiro; e uma Esquadrilha de Vigilância, com os restantes navios. Estas forças tinham como base principal o porto de Lisboa e não sofreram alterações durante a campanha. Como a ideia de desembarque de tropas a Norte do território foi considerada não exequível, esta Divisão cedeu o seu Batalhão de Marinha à 5ª Divisão (Araújo, 1919).

A 2ª Divisão podia contar inicialmente com as forças do RI12 na Guarda e do RI34 na Guarda e Mangualde. A estes efetivos iniciais iriam ser acrescentadas as forças que se conseguissem mobilizar no Sul do país, bem como aquelas que fossem sendo organizadas na área da Divisão. Podemos observar a evolução das unidades à disposição desta Divisão no Quadro 1.

Quadro 1 – Evolução das unidades ao dispor da 2ª Divisão

Data	Unidades de reforço à 2ª Divisão
23 de janeiro	Uma divisão ¹⁹ RA2 Secção de Artilharia de Montanha Força ²⁰ RC ²¹ 7 (um oficial e dez praças com cavalos de requisição)
25 de janeiro	Pelotão RC3 Pelotão Escola de Equitação (EE) Companhia RI22
26 de janeiro	Força RI14 (100 praças)
27 de janeiro	Força RI14 (184 praças) Força RA7 (Bateria) Grupo de Companhias ²² RI21 (150 praças) Força RC7 (Pelotão)
04 de fevereiro	Bateria número (nº) 1 RA1 Esquadrão RC4 (63 cavaleiros) Destacamento RI21

¹⁹ As divisões de Artilharia, constituídas por duas peças de Artilharia, vão ser escritas em letra minúscula para as distinguir das circunscrições de Divisão mencionadas anteriormente, sendo estas últimas escritas com letra maiúscula.

²⁰ Para efeitos das tabelas de evolução das unidades, vamos considerar força como sendo uma unidade militar reconstituída e reorganizada a partir de um Regimento que tinha aderido anteriormente à proclamação da Monarquia, de modo a distingui-las das unidades mobilizadas em Regimentos que se mantiveram fiéis à República.

²¹ Regimento de Cavalaria (RC).

²² Composto por duas Companhias.

Quadro 2 – Evolução das unidades ao dispor da 2ª Divisão (Cont.)

Data	Unidades de reforço à 2ª Divisão
06 de fevereiro	Bateria n° 2 RA1 Esquadrão RC2
07 de fevereiro	Uma divisão Artilharia 9 cm (Castelo Branco)
08 de fevereiro	Batalhão RI4
09 de fevereiro	Uma divisão RA1 (9 cm).
12 de fevereiro	Companhia Sapadores Mineiros Esquadrão RC10 Secção Artilharia de Montanha Uma divisão RA1 (9 cm)
13 de fevereiro	Batalhão RI17 Batalhão RI4
14 de fevereiro	Companhia RI4

Fonte: (Adaptado pelo autor a partir de QG 2ª Divisão, 1919a)

Tendo em conta a heterogeneidade das forças que a Divisão foi recebendo e o tempo que mediava entre as diversas chegadas, o QG desta Divisão foi reorganizando estas unidades em forças que mais facilmente permitissem alcançar os objetivos que lhe estavam acometidos. Sendo assim, no dia 27 de janeiro, foi criado um Esquadrão Misto de Cavalaria tendo por base os três Pelotões de Cavalaria que a Divisão dispunha nesse momento (RC3, RC7 e EE). No dia seguinte, com o avolumar de forças da Divisão, foi decidido agrupar as forças em três Destacamentos Mistos (DM). O DM n° 1 era constituído por um Batalhão do RI12 (400 praças) e uma Secção de Artilharia de Montanha (uma peça de 7 cm). O DM n° 2 era formado por um Batalhão do RI34 (500 praças) e uma Bateria do RA7 (quatro peças). Finalmente, o DM n° 3 tinha as forças do RI14 (500 praças), um Grupo de Companhias do RI21 e uma divisão do RA2 (duas peças). Para além destas forças, todos os DM tinham um Pelotão de Cavalaria (20 cavaleiros), provenientes do Esquadrão Misto (QG 2ª Divisão, 1919a, pp. 18-22).

Em 7 de fevereiro, mais uma vez devido aos reforços que a Divisão foi recebendo, o dispositivo foi reavaliado e alterado. O DM n° 1 viu o seu Batalhão crescer para as 800 praças e ser-lhe acrescentado uma Secção de Metralhadoras, uma divisão do RA7 e um Pelotão de Cavalaria do Esquadrão Misto.

O DM n° 2 perdeu o seu Pelotão de Cavalaria e o quantitativo do seu Batalhão do RI34 passou para 400 praças. O seu efetivo em Artilharia manteve-se, mas foi trocada a divisão do RA2 por uma do RA7. Quanto ao DM n° 3, passou a ser constituído apenas por uma Companhia do RI14. Foi ainda criado um novo DM, aproveitando as forças disponíveis em Castelo Branco após o

incidente com a “Coluna Negra” de Teófilo Duarte²³, sendo constituído por um Grupo de Companhias do RI31, uma divisão de Artilharia (9 cm) e um Pelotão do RC4. Para além das forças dispostas nestes DM, estavam também colocadas unidades no setor de Pinhel, para defender as passagens do rio Douro e socorrer as forças da 6ª Divisão (QG 2ª Divisão, 1919a).

Embora não se tenham verificado mais nenhuma alteração de monta no dispositivo da 2ª Divisão, a flexibilidade deste foi uma constante, e era normal ocorrerem diariamente transferência de unidades para onde o comando da Divisão entendesse que estas seriam mais úteis (QG 2ª Divisão, 1919a).

No que toca às forças da 5ª Divisão, esta contava inicialmente com os efetivos do RI23, RI24, RI28 e RI35. Tal como a 2ª Divisão, também esta foi sendo reforçada, podendo verificar-se a evolução dos seus quantitativos no Quadro 2.

Quadro 3 – Evolução das unidades ao dispor da 5ª Divisão

Data	Unidades de reforço à 5ª Divisão
25 de janeiro	Companhia RI5 Companhia RI16 Grupo de Companhias RI11 (480 homens)
26 de janeiro	Esquadrão RC5 Uma divisão de Artilharia (7,5 cm)
27 de janeiro	Pelotão RC8
29 de janeiro	Batalhão RI2 (380 homens)
31 de janeiro	Batalhão RI5
01 de fevereiro	Batalhão Académico de Coimbra (80 homens) Companhia RI7 Batalhão RI17 (250 homens) Esquadrão RC5
03 de fevereiro	Batalhão de Marinha (621 praças)
11 de fevereiro	Pelotão Académico de Lisboa
13 de fevereiro	Esquadrão RC3

Fonte: (Adaptado pelo autor a partir de QG 5ª Divisão, 1919a)

Mais uma vez, tal como a 2ª Divisão, a 5ª Divisão reorganizou as suas unidades de modo a tornar o seu comando mais eficiente. Assim, em 6 e 7 de fevereiro, o comando da Divisão organizou as suas várias subunidades em unidades de escalão Batalhão para a Infantaria e em unidades de escalão Esquadrão para a Cavalaria. Esta organização está explanada no Quadro 3.

²³ Este assunto será revisitado no capítulo seguinte.

Quadro 4 – Reorganização de subunidades da 5ª Divisão

Unidade	Subunidades
Batalhão de Marinha	Batalhão de Marinha
Batalhão n° 1	Companhia RI5 Companhia RI16 Duas Companhias RI28
Batalhão n° 2	Companhia RI23 Companhia RI24 Companhia RI7
Batalhão n° 3	Batalhão RI2
Batalhão n° 4	Duas Companhias RI11 Companhia RI23 Companhia RI28
Batalhão n° 5	Batalhão RI5
Batalhão n° 6	Companhia RI35 Companhia RI15
Esquadrão n° 1	Esquadrão RC5 Pelotão EE
Esquadrão n° 2	Esquadrão RC5 Pelotão RC8

Fonte: (Adaptado pelo autor a partir de QG 5ª Divisão, 1919a, pp. 22-23)

Estas unidades, à semelhança do que aconteceu na 2ª Divisão, foram por sua vez organizadas em dois DM e uma reserva. O DM n° 1 era constituído pelo Esquadrão n° 1, pelo Batalhão n° 4 e pelo n° 6, por uma Bateria de Artilharia 7,5 cm e por uma Bateria de Artilharia 9 cm. O DM n° 2 era formado pelo Esquadrão n° 2, pelo Batalhão de Marinha, pelos Batalhões n° 1, n° 2 e n° 3, por duas Baterias de Artilharia 7,5 cm e por uma Secção de Artilharia 9 cm. Finalmente, a reserva continha o resto das subunidades da Divisão, ou seja, o Batalhão Académico de Coimbra e o Batalhão n° 5 (QG 5ª Divisão, 1919a, pp. 22-26).

No dia seguinte, esta composição sofreu alterações. Foi criado o Batalhão n° 7 com Companhias do RI23, sendo que uma dessas Companhias foi cedida pelo Batalhão n° 4, ficando este Batalhão integrado no DM n° 1 (QG 5ª Divisão, 1919a, pp. 30-31).

Em 14 de fevereiro, o dispositivo da 5ª Divisão foi novamente reajustado. Assim sendo, o DM n° 1 perdeu o Batalhão n° 4 mas ganhou os Batalhões n° 5 e n° 7, bem como o Batalhão Académico de Coimbra e uma Secção de Artilharia 9 cm, sendo esta última proveniente do DM n° 2. A única alteração sofrida pelo DM n° 2 foi a já referida cedência da Secção de Artilharia 9 cm. Foi criado o DM n° 3, constituído pelo Batalhão n° 4, por um Pelotão do RC8 e por uma divisão 7,5 cm. A reserva era materializada pelo Batalhão n°

8²⁴, pelo Pelotão Académico de Lisboa e por uma divisão de Artilharia 7,5 cm (QG 5^a Divisão, 1919a, pp. 47-48).

Tal como foi referido para a 2^a Divisão, também no caso da 5^a Divisão a questão da flexibilidade do dispositivo era algo ordinário, sofrendo este vários reajustes conforme as necessidades operacionais da Divisão.

Para além das forças envolvidas nos combates, entendemos ser também relevante realçar o trabalho efetuado pelas Estações Testas de Etapas (ETE). Estas eram responsáveis pela organização e acondicionamento do transporte de carga e passageiros por meio ferroviário. Tendo em conta que a maior parte dos deslocamentos era feita por via-férrea²⁵ e que esta cobria grande parte da área em que decorreram os confrontos, a sua utilização era essencial para o transporte de tropas e para o reabastecimento, o que levou a que a sua contribuição para a campanha tenha sido muito importante. Estas Estações foram guarnecidas à custa do pessoal militar do Batalhão de Sapadores de Caminho-de-ferro bem como de requisição dos próprios funcionários das Companhias de caminho-de-ferro, como se pode verificar pela carta enviada ao Comandante da 2^a Divisão pelo pessoal da ETE de Sta. Comba Dão (ETE Sta. Comba Dão, 1919).

Segundo Ilharco (1919, pp. 10-13), o processo de mobilização e convocação das forças para combater contra as forças monárquicas esteve repleto de dificuldades, gerando unidades heterógenas e com fraca qualidade na sua instrução. Estas dificuldades explicam-se em parte pelos acontecimentos recentes que o país tinha enfrentado (revolta republicana seguida da revolta monárquica em Lisboa, bem como pela participação portuguesa na I Guerra Mundial). A falta de instrução era notória na pouca eficácia das forças republicanas, justificando o reduzido número de baixas infligidas aos adversários. Este General é também muito crítico no que toca à qualidade da maioria dos oficiais, bem como da disciplina entre os militares.

2. Operações militares das forças da República

Como mencionado no capítulo anterior, a República, no rescaldo da proclamação da Monarquia do Norte, tinha em contacto com as forças monárquicas as guarnições da 5^a Divisão, da 2^a Divisão (com exceção de Viseu, Lamego e Almeida que tinham aderido à causa monárquica) e da 6^a Divisão²⁶, sendo de realçar que esta última se encontrava isolada do restante

²⁴ Este Batalhão aparece listado na reserva a partir de 9 de fevereiro, no entanto não encontramos dados acerca da sua proveniência ou composição.

²⁵ Aparecem diversas vezes referidas nos Diários de Campanha as deslocações por via-férrea.

²⁶ Guarnições de Chaves e Bragança.

das forças republicanas dada a adesão das guarnições de Viseu, Lamego e Vila Real. A atuação da 6ª Divisão, durante a maior parte da campanha, cingir-se-á a resistir o máximo possível para dar tempo às restantes Divisões de efetuar a junção com as suas forças. Tendo em conta esta situação, o QG CCFO emana uma Diretiva a 20 de janeiro, um dia depois da proclamação monárquica, em que dá início a uma mobilização parcial das forças da 1ª e 4ª Divisão, dando ordens à 2ª, 5ª e 7ª Divisões para estabelecerem uma força de cobertura ao longo do rio Mondego para permitir essa mobilização, ficando essa força às ordens do oficial mais antigo dessas três Divisões. Dada a perda de Viseu para os monárquicos, esta Diretiva manda alterar a sede do comando da 2ª Divisão dessa cidade para a Guarda, dando também liberdade aos Comandantes para avançarem a linha de cobertura o mais para Norte possível, tomando sempre em consideração as probabilidades de sucesso dessas ações, e a não perderem de vista o objetivo principal, que era garantir a mobilização das restantes forças (Bastos, 1919). O ponto relacionado com as probabilidades de sucesso era importante nesta fase da campanha, tendo em conta a incerteza que pairava sobre as capacidades das forças em confronto, bem como sobre a disposição da população em apoiar um regime em detrimento do outro, o que implicava que “um revéz, n’ essa altura, por pequeno que fosse, seria de um pernicioso efeito moral, e poderia acarretar graves prejuízos no prosseguimento das operações” (Baptista, 1919, pp. 1-2). Em relação à Divisão Naval, inicialmente considerou-se a hipótese de efetuar desembarques em Viana do Castelo e Valença para fomentar a revolta nessas localidades contra a Monarquia e cortar desse modo a ligação com Espanha. No entanto, dificuldades técnicas para levar a cabo essa ação colocaram essa hipótese de parte, limitando-se a Divisão Naval a efetuar um bloqueio naval aos portos de Aveiro a Caminha, bem como a utilizar a sua artilharia para inutilizar as vias férreas no seu alcance, de modo a dificultar as comunicações das forças monárquicas. A primeira missão ficou principalmente a cargo da Esquadilha de Vigilância, enquanto a Divisão de Cruzadores se certificava que não entravam abastecimentos nos portos do Porto e de Leixões. A ação desta Divisão será contrariada pelo mau tempo que se fez sentir, bem como a diversas avarias nos seus navios. No final da campanha, o Contra-Almirante Borja Araújo vai assumir temporariamente o comando da 3ª e 8ª Divisões enquanto espera que as forças do Exército cheguem para tomar posse dessas Divisões (Ilharco, 1919, p. 5; Araújo, 1919; Baptista, 1919, p. 2). O bloqueio, apesar de parco, vai contribuir para limitar os escassos recursos no lado monárquico, que dependiam de abastecimentos provenientes de Espanha (Allegro, 1988, pp. 233-234).

Para dar cumprimento às ordens da Diretiva nº 1 do CCFO, a 2ª Divisão, no dia 21, manda instalar três postos de cobertura, para vigiar estradas e pontos de passagem no rio Mondego, e um posto avançado (Figura 2). Os postos de cobertura estavam situados em Celorico da Beira, Juncais e Cabra, sendo guarnecidos por um oficial e 20 praças do RI12 e por dois cavaleiros da Guarda Republicana. O posto avançado estava situado em Mangualde e era guarnecido por um oficial e 20 praças do RI12. A reserva era constituída por um Capitão e 20 praças do RI12 e estava situada em Mesquitela. O posto avançado não se efetivou por Mangualde estar ocupada pelas forças monárquicas, tendo-se travado uma escaramuça entre as duas forças e tendo retirado as forças do governo, reforçando os postos de cobertura de Juncais e Cabra (QG 2ª Divisão, 1919a, pp. 3-7).

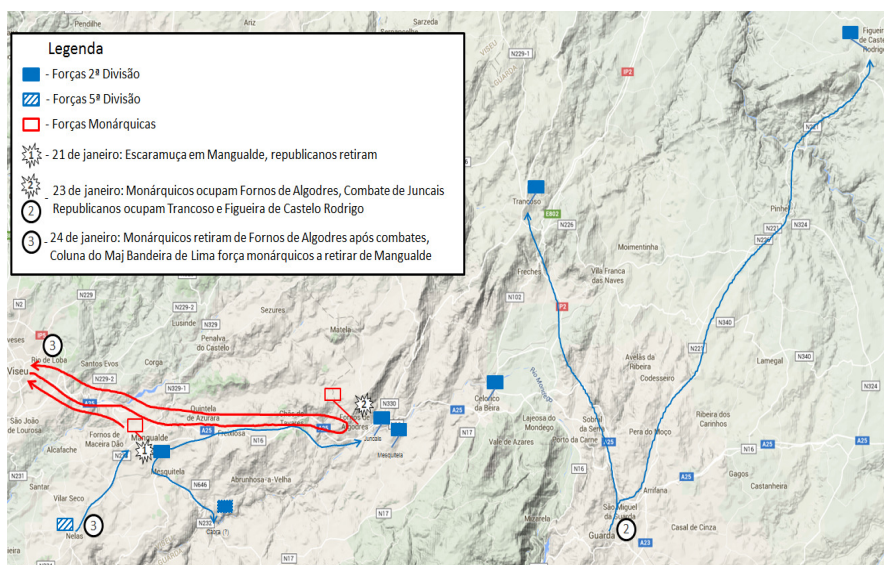


Figura 2 – Situação da 2ª Divisão (21 a 24 de janeiro)

Fonte: (Adaptado pelo autor a partir de QG 2ª Divisão, 1919a; Google, 2016)

No dia 23, os monárquicos ocupam a povoação de Fornos de Algodres e começam a bombardear Juncais. A 2ª Divisão estende a sua vigilância para Este até à fronteira, ocupando Figueira de Castelo Rodrigo e Trancoso, com um oficial e 61 praças, e três subalternos e 100 praças, respetivamente. A 5ª Divisão envia uma Companhia do RI11 e um Pelotão de cavalaria sob o comando do Major Bandeira de Lima para cooperar com a 2ª Divisão na conquista de Mangualde ou Viseu. No dia 24, dá-se combate em Juncais que termina num impasse, sofrendo a 2ª Divisão as seguintes perdas: 2 feridos e 32 prisioneiros. Durante a noite, as forças monárquicas retiram em direção a

Viseu, acontecendo o mesmo às que ocupavam Mangualde, apossadas pelas forças de Bandeira de Lima (Figura 2).

As forças da 2ª Divisão ocupam as posições dos monárquicos e instalam o GQ em Mangualde. Ainda nesse dia, é restaurada a República em Viseu pelas forças republicanas na cidade, instalando-se em 26 de janeiro o QG da 2ª Divisão nessa localidade. Após estas conquistas, a 2ª Divisão reorganizou-se, estabelecendo postos de cobertura ao longo do rio Vouga, em Castro Daire (um Pelotão do Esquadrão de Cavalaria Misto), Almargem (um oficial e 27 praças de infantaria) e S. Pedro do Sul e preparando-se para atuar sobre Lamego com três Destacamentos Mistos. Esta ação sobre Lamego foi adiada por indicação do CCFO para permitir à 5ª Divisão conduzir as suas operações, ficando em condições de apoiar o flanco esquerdo da 2ª Divisão, sendo enviado um DM pelo vale do Vouga para apoiar a 5ª Divisão em Albergaria-a-Velha (Figura 3).

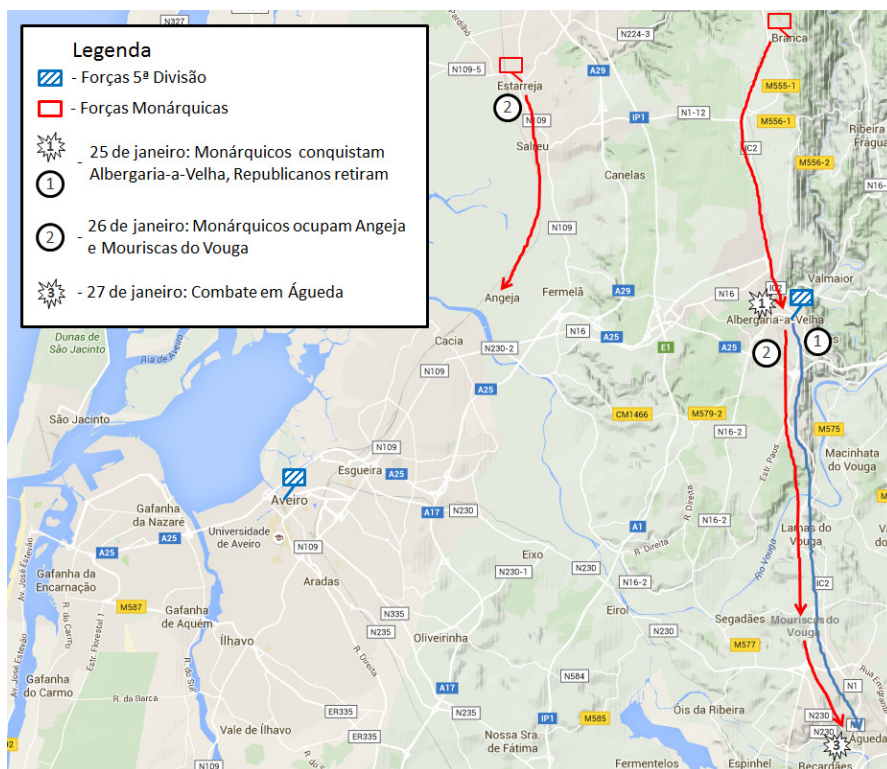


Figura 3 – Situação da 5ª Divisão (25 a 27 de janeiro)

Fonte: (Adaptado pelo autor a partir de QG 5ª Divisão, 1919a; Google, 2016)

Em 31 de janeiro, as forças monárquicas abandonam Vila Nova de Foz Côa após os republicanos terem chegado a Méda, ficando a 2ª Divisão com a

seguinte distribuição: Figueira de Castelo Rodrigo (quatro oficiais e 234 praças), Pinhel (um oficial e 80 praças), Guarda (17 oficiais e 145 praças), Trancoso e Vila Franca das Naves (dez oficiais, 400 praças e uma Secção de Artilharia), Almeida (oito oficiais e 145 praças), Castro Daire (19 oficiais, 558 praças, uma Secção de Artilharia de Montanha, uma Divisão de Artilharia de campanha e 20 cavaleiros), S. Pedro do Sul (16 oficiais, 564 praças e 20 cavaleiros), ficando a reserva em Viseu com 30 oficiais, 1146 praças, uma Secção de Artilharia de campanha e 20 cavaleiros (QG 2ª Divisão, 1919a, pp. 8-28).

Entretanto, em Lisboa, o governo de José Relvas adota uma atitude anti sidonista, permitindo que se lançassem improperios sobre a figura de Sidónio Pais. Estas notícias chegam aos ouvidos de Teófilo Duarte que decide revoltar-se em protesto pela forma como a memória de Sidónio Pais estava a ser tratada. Partindo com os seus homens de Castelo Branco, conquista a Covilhã e a Guarda, ameaçando a retaguarda da 2ª e da 5ª Divisões. Emissários enviados pelo governo conseguem convencer Teófilo Duarte a viajar para Lisboa a fim de negociar com o governo, onde acabaria por ser preso, terminando assim esta ameaça para as forças do governo (Allegro, 1988, pp. 223-226; Duarte, 1941, pp. 361-366; Martins, 1923, pp. 31-96). Face a esta ameaça, a 2ª Divisão, que pensava que a coluna de Teófilo Duarte fazia parte de outra sublevação monárquica, mandou preparar as forças colocadas nas imediações de Pinhel para uma possível ofensiva contra essas forças. No entanto, nenhuma ação foi iniciada pois entretanto esclareceram-se as intenções republicanas de Teófilo Duarte e este seguiu para Lisboa (QG 2ª Divisão, 1919a, pp. 30-33).

No setor da 5ª Divisão, os monárquicos ocupavam a linha definida por Branca – Estarreja com um efetivo aproximado de 150 cavaleiros, 1000 infantes e 12 peças de Artilharia. A 5ª Divisão estava distribuída pelos seguintes locais: Aveiro e Albergaria-a-Velha, num total de 60 cavaleiros, 1000 infantes (provenientes dos RI5, 16, 23, 24, 28 e 35) e cinco peças de Artilharia; Pampilhosa, com uma Companhia do RI23 (100 homens); e Coimbra, com um total de 16 cavaleiros, 180 infantes (RI23 e 35) e 96 homens da Guarda Republicana (16 cavaleiros e 80 infantes). Não estão contabilizadas nestes números as forças sob o comando do Major Bandeira de Lima que, como já foi referido, foram em auxílio da 2ª Divisão (QG 5ª Divisão, 1919a, pp. 2-3).

No dia 25 de janeiro, as forças monárquicas atacam as unidades republicanas em Albergaria-a-Velha, que se retiram face à desproporcionalidade dos efetivos entre os dois opositores, permitindo que os monárquicos ocupem esta localidade. Face à ameaça que se constitui este avanço das forças monárquicas em direção a Águeda, que permitiria isolar as forças em Aveiro e ameaçar a conquista de Coimbra, a 5ª Divisão manda avançar as forças de

Pampilhosa para Águeda e solicita o regresso da coluna do Major Bandeira de Lima (QG 5ª Divisão, 1919a, pp. 3-4).

Os monárquicos continuam a sua ofensiva e no dia seguinte alcançam as povoações de Angeja, em direção a Aveiro, e Mourisca do Vouga, com destino a Águeda. Consciente da importância de Águeda para a sustentação de Aveiro, a 5ª Divisão manda para Águeda a coluna do Major Bandeira de Lima, que está de regresso da 2ª Divisão, bem como um Esquadrão de Cavalaria e duas peças de Artilharia de 7,5 cm que tinha desembarcado em Coimbra para reforçar a 5ª Divisão. Em 27 de janeiro, travam-se durante todo o dia combates no Norte de Águeda, vencendo este embate as forças republicanas, infligindo perdas importantes nas fileiras monárquicas. Os monárquicos retiram durante a noite e as forças republicanas iniciam a perseguição, indo até Albergaria-a-Velha e ocupando posições defensivas nessa localidade. No dia 29 de Janeiro (Figura 4), travam-se novamente combates em Albergaria-a-Velha e Angeja, sendo solicitada à 2ª Divisão que efetue uma demonstração ofensiva pelo vale do Vouga sobre os monárquicos em Albergaria-a-Velha.

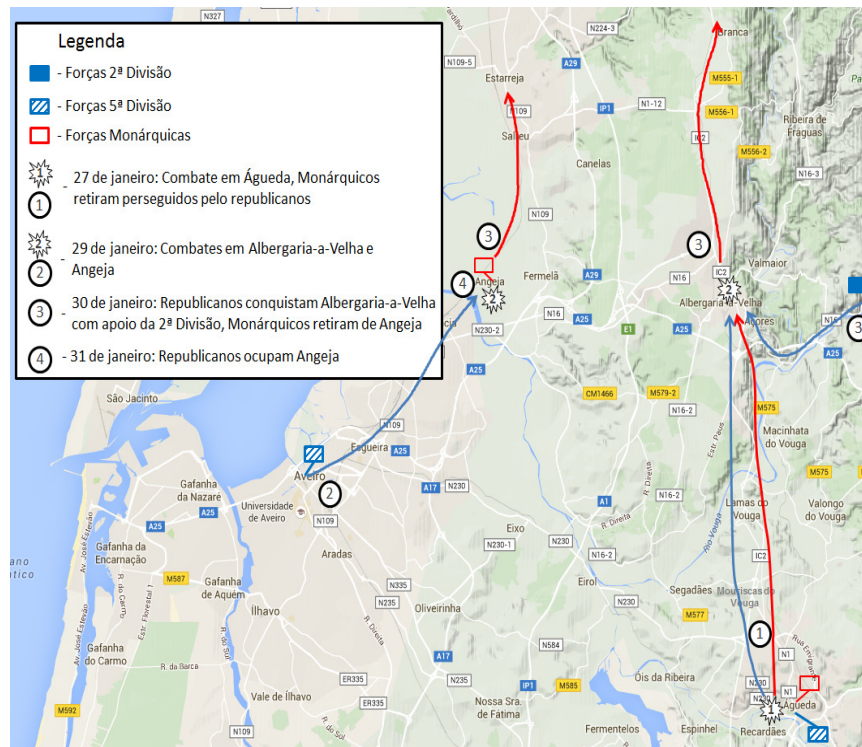


Figura 4 – Situação da 5ª Divisão (27 a 30 janeiro)

Fonte: (Adaptado pelo autor a partir de QG 5ª Divisão, 1919a; Google, 2016)

Os combates continuam no dia seguinte, obtendo os republicanos a vitória em Albergaria-a-Velha com a ajuda das forças da 2ª Divisão. Com esta vitória em Albergaria-a-Velha, as forças monárquicas em Angeja retiram durante a noite, ocupando os republicanos essa localidade durante o dia, garantindo deste modo a posse da linha Albergaria-Angeja-Cacia, criando as condições para retomar a ofensiva para Norte assim que os reforços chegarem (QG 5ª Divisão, 1919a, pp. 6-14).

Com a linha defensiva consolidada e com reforços a serem enviados para as Divisões, o QG CCFO emite a sua Diretiva nº 2 em 1 de fevereiro. Esta Diretiva dá indicações à 2ª e 5ª Divisões, cada uma reforçada com dois Batalhões de Infantaria, duas Baterias de Artilharia e um Esquadrão de Cavalaria, para prosseguir os combates para Norte e expulsar as forças monárquicas existentes a Sul do rio Douro. A linha que separa as zonas de ação das duas Divisões é definida por Montemuro – Caramulo, com a 2ª Divisão a Este dessa linha e a 5ª a Oeste. Uma vez garantida a posse do terreno a Sul do rio Douro, a 2ª Divisão deve efetuar uma demonstração sobre Vila Real (QG CCFO, 1919a).

O QG da 2ª Divisão, tendo recebido essa Diretiva, propõe ao QG CCFO, face à situação “embaraçosa” da 6ª Divisão, conquistar Lamego para exercer uma ação demonstrativa sobre a Régua e dificultar as comunicações dos monárquicos para Vila Real e Bragança, propondo também colocar um núcleo de forças em Moimenta da Beira para assegurar as passagens do Pinhão, bem como colocar um destacamento a controlar a linha Figueira de Castelo Rodrigo – Mêda – Penedono – Moimenta da Beira – Lamego. Estas duas ações careciam da chegada dos reforços mencionadas na Diretiva nº 2 (QG CCFO, 1919b; QG 2ª Divisão, 1919a, p. 35). Esta proposta mereceu a concordância por parte do CCFO através de um telegrama enviado em 7 de fevereiro (QG CCFO, 1919b). Em 3 de fevereiro, devido a dificuldades de comunicação entre o QG CCFO e o QG da 2ª Divisão, o chefe de estado-maior (CEM) do CCFO participa numa conferência com o Comandante e com o CEM da 2ª Divisão. Nesta conferência são fixados de modo geral as ações a empreender a *posteriori*, o que permitiu manter as ações das Divisões coerentes, mesmo com dificuldades de comunicações (Baptista, 1919, pp. 7-8).

Até ao dia 7 de fevereiro, a 2ª Divisão limitou-se a reorganizar as suas forças à medida que os reforços foram chegando, não havendo menção de confrontos com exceção de um golpe de mão levado a cabo pelas forças monárquicas sobre um posto de vigilância na estrada entre Castro Daire e Lamego, resultando na captura de um sargento e duas praças das forças republicanas. Nesse dia, o QG da 2ª Divisão dá ordens para, com o DM nº 1, ocupar

Lamego e colocar a sua artilharia numa posição que lhe permita dominar a Régua e o caminho-de-ferro do Douro; com o DM n° 2, constituir uma guarda do flanco esquerdo e da retaguarda do DM n° 1; com o DM n° 4, fazer uma ação demonstrativa sobre Lamego e, com as forças colocadas em Moimenta da Beira (50 praças de Infantaria e 16 cavaleiros), efetuar uma ação demonstrativa sobre Tarouca e Britiande. Em 8 de fevereiro, iniciam-se os movimentos para Lamego, tendo o DM n° 1 ocupado a posição de Bigorne, de onde expulsou 25 praças de Infantaria das forças monárquicas. Desta posição, o DM n° 1 organizou as suas forças em três colunas, avançando para Lamego, sofrendo ataques por parte de pequenas unidades monárquicas na ponte de Reconcos, tendo iniciado o bombardeamento de posições monárquicas em Penude, na carreira de tiro, Lamelas e Arneirós. A coluna principal ficou instalada em Magueija, Magueijinha e Matança, ficando as colunas de flanco esquerdo e direito em Alto de Lobos e Gevande, respetivamente. Os combates continuaram no dia seguinte, tendo o DM n° 1 ocupado Penude e a carreira de tiro, com a sua guarda de flanco esquerdo a atuar continuamente sobre o flanco e retaguarda das forças monárquicas. O seu flanco direito apoiou o ataque principal, não conseguindo envolver o adversário devido às condições do terreno. O DM n° 4 iniciou também nesse dia a marcha para apoiar a conquista de Lamego e atuar sobre Tarouca, Tabuaço e Armamar (QG 2ª Divisão, 1919a, pp. 36-52). Entretanto, as forças republicanas da 6ª Divisão estacionadas em Mirandela estavam a sofrer ataques por parte dos monárquicos, pelo que o Comandante dessa divisão pediu o apoio da 2ª Divisão para lidar com esta situação, tendo em conta a situação precária em que se encontravam as suas forças (Bragança quase desguarnecida, Chaves ficaria isolada) (QG 6ª Divisão, 1919). Em 8 de fevereiro, o QG da 2ª Divisão mandou seguir uma coluna das forças do setor de Pinhel para socorrer essa Divisão, tendo o Comandante desse setor enviado 600 praças dos RI21 e 22, um Pelotão do RC4 e uma divisão de Artilharia (QG 2ª Divisão, 1919a, pp. 49-51).

Na frente da 5ª Divisão, as forças monárquicas, após retirarem de Albergaria-a-Velha e Angeja, entrincheiraram-se entre Salreu e Estarreja, tendo as suas forças principais em Oliveira de Azeméis. Tendo recebido a Diretiva n° 2 do CCFO em 1 de fevereiro, a 5ª Divisão, em 3 de fevereiro, divide as suas forças em dois destacamentos, sendo que o n° 1 destinava-se a operar na direção Albergaria-a-Velha – Oliveira de Azeméis e o n° 2 na direção Angeja – Estarreja – Ovar, com a reserva escalonada entre Anadia e Águeda. Nesse mesmo dia, são efetuados reconhecimentos por dois hidroaviões até ao Porto, largando proclamações e jornais, e bombardeando concentrações de forças monárquicas e estações de caminho-de-ferro entre a Granja e Espinho. Tal como a 2ª Divisão, a 5ª Divisão reorganiza as suas forças com os reforços

que vai recebendo do CCFO, evitando os confrontos com os monárquicos, que se cingem a reconhecimentos e tiros de artilharia (QG 5ª Divisão, 1919a, pp. 15-27, 30-31). Através da sua Diretiva nº 1, a 5ª Divisão confirma os objetivos Oliveira de Azeméis e Ovar para o Destacamento nº 1 e nº 2, respetivamente, fixando o limite da zona de ação do Destacamento nº 1 entre o rio Caima e a linha definida por Sobreiro – Loureiro – Alumieira – Vide, ficando o Destacamento nº 2 com a zona entre esta linha e o mar. A 5ª Divisão pretendia, com o Destacamento nº 1, fixar as forças monárquicas em Pinheiro enquanto o Destacamento nº 2 conquistava e repelia as forças em Estarreja. Após esta ocupação, o Destacamento nº 2 deveria prosseguir para Ovar, ameaçando envolver as forças dispostas à frente do Destacamento nº 1. O avanço do Destacamento nº 2 seria apoiado pela esquadrilha de marinha e pelos hidroaviões. A hora de início desta operação seria divulgada oportunamente (QG 5ª Divisão, 1919a, pp. 28-29; QG 5ª Divisão, 1919b). A hora do ataque ficou fixada para as dez horas do dia 10 de fevereiro pela ordem nº 4 do QG da 5ª Divisão (QG 5ª Divisão, 1919a, pp. 32-35).

Entretanto, o QG CCFO emite nova Diretiva em 7 de fevereiro, a nº 3, dirigida essencialmente à 2ª Divisão, na qual instruiu esta a socorrer a 6ª Divisão em Mirandela, efetuar uma forte demonstração sobre a Régua após a conquista de Lamego e ocupar Vila Real para efetuar a ligação a Chaves, reiterando a necessidade de apoio mútuo entre as várias Divisões (2ª, 5ª e 7ª). Esta Diretiva, recebida pela 2ª Divisão em 9 de fevereiro, enumera também alguns reforços a serem fornecidos à 2ª Divisão (QG CCFO, 1919c; QG 2ª Divisão, 1919a, p. 50).

Durante a noite de 9 para 10 de fevereiro, os monárquicos abandonam Lamego, permitindo às forças republicanas ocupar essa localidade e consolidar posições dominantes sobre a Régua, onde se concentraram os monárquicos, começando a flagelá-los com a Artilharia. No dia 13, as forças republicanas conquistam Armamar e Tabuaço, enviando forças para fazer um reconhecimento na região de Arouca e Cinfães (ver Figura 5).

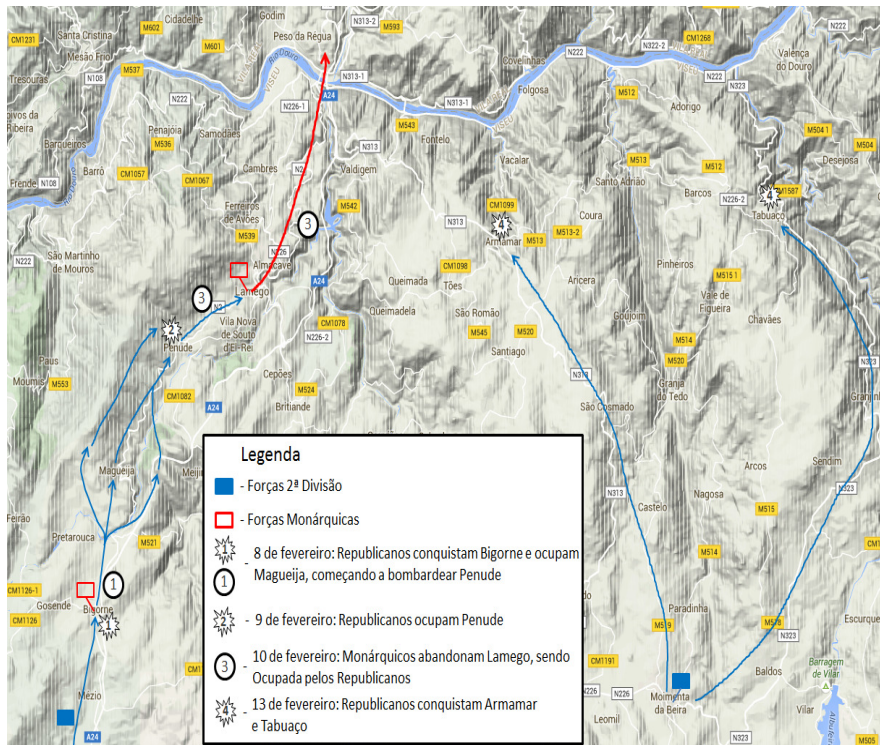


Figura 5 – Situação da 2ª Divisão (8 a 13 de fevereiro)

Fonte: (Adaptado pelo autor a partir de QG 2ª Divisão, 1919a; Google, 2016)

Durante a madrugada de dia 14, as forças monárquicas retiram da Régua na direção de Vila Real, tentando sem êxito destruir a ponte sobre o rio Douro com uma guarda de retaguarda. As forças republicanas combatem contra essa guarda e conquistam a Régua. Esta conquista materializa a posse do território a Sul do rio Douro na zona da 2ª Divisão, consolidando e guardando esta as passagens sobre esse rio. Ainda no dia 10 de fevereiro, chegaram informações indicando que Mirandela e Bragança tinham caído na mão dos monárquicos. A coluna que tinha seguido para apoiar a 6ª Divisão expulsa as forças monárquicas que estavam a ocupar Vila Flôr em 11 de fevereiro, aguardando nessa localidade por reforços a fim de seguir para Mirandela, prevendo-se o reinício da sua marcha em 15 de fevereiro. Na data prevista para o reinício do movimento, as forças monárquicas abandonam Vila Real e Mirandela, ocasião que a coluna de apoio à 6ª Divisão aproveita para ocupar esta última localidade, bem como para enviar uma Companhia de Infantaria reforçada com uma divisão de Artilharia para Bragança (QG 2ª Divisão, 1919a, pp. 53-64).

Na zona de ação da 5ª Divisão, conforme tinha sido determinado, as forças republicanas iniciam o assalto sobre as posições monárquicas em 10 de fevereiro. No dia 11, Estarreja é conquistada pelos republicanos, resistindo as forças monárquicas em Pinheiro. Em 12 de fevereiro, perante a ameaça de envolvimento por parte das forças que tinham conquistado Estarreja, as forças monárquicas em Pinheiro retiram para Norte e republicanos continuam o seu avanço sem encontrar resistência, garantindo a posse da linha Oliveira de Azeméis – Ovar (Figura 6) (QG 5ª Divisão, 1919a, pp. 36-44).



Figura 6 – Situação da 5ª Divisão (10 a 12 de fevereiro)

Fonte: (Adaptado pelo autor a partir de QG 5ª Divisão, 1919a; Google, 2016)

Entretanto, no Porto, os republicanos que ainda existiam na cidade aproveitaram o facto dos principais Comandantes militares²⁷ e da maior parte das guarnições fiéis à monarquia estarem fora da cidade para restaurarem a república nessa cidade (Allegro, 1988, pp. 239-245). Este acontecimento marca o fim da Monarquia do Norte, embora não dos combates entre as forças republicanas e monárquicas.

Esta informação é transmitida ao QG da 5ª Divisão, que consolida as suas posições na linha conquistada, enviando forças de reconhecimento para esclarecer a situação. Estas forças obrigam em 13 de fevereiro a guarda de retaguarda das forças monárquicas a render-se. Com a confirmação da restauração da República no Porto, as forças da 5ª Divisão iniciam movimentos para essa cidade (QG 5ª Divisão, 1919b, pp. 45-50).

Em 14 de fevereiro, o QG CCFO emite a sua Diretiva nº 4, na qual reconhece a restauração da República no Porto e os ganhos territoriais da 2ª e 5ª Divisão. À 2ª Divisão, é ordenado que assegure a posse das passagens sobre o Douro desde Cinfães até Barca d'Alva e que lance um destacamento para Vila Real para, em cooperação com o destacamento que tinha sido enviado para Mirandela e com as forças da 6ª Divisão, garantir a posse da região a Este da linha do Corgo. Estes destacamentos deveriam manter-se às ordens da 6ª Divisão quando estabelecessem contacto com esta.

À 5ª Divisão, o QG CCFO ordena que prossiga a marcha para Vila Nova de Gaia e, oportunamente, para o Porto, ocupando os pontos de apoio entre Castelo de Paiva – Santo Ovídio (Gaia), bem como efetuar um reconhecimento sobre Marco de Canavezes e Penafiel (QG CCFO, 1919d).

A 2ª Divisão recebe esta Diretiva no dia 15 de fevereiro, procedendo de acordo com o estipulado na mesma, passando as forças enviadas para Mirandela e Vila Real a estarem sob o comando da 6ª Divisão e consolidando as suas posições ao longo do Douro. O último foco da resistência dos Monárquicos é Bragança, local para o qual a 6ª Divisão faz convergir as forças que tem ao seu dispor. No dia 20 de fevereiro, as forças monárquicas abandonam Bragança em direção à fronteira com Espanha. A coluna da 2ª Divisão sob as ordens da 6ª Divisão entra nessa cidade, enviando, sem êxito, pequenas colunas em perseguição dos monárquicos (Figura 7).

²⁷ Paiva Couceiro encontrava-se com as forças que se opunham à 5ª Divisão a Sul do Porto e Sollari Allegro estava ainda em Espanha após ter tentado, sem sucesso, falar com Teófilo Duarte antes de este seguir para Lisboa (Allegro, 1988, pp. 227-229, 239).

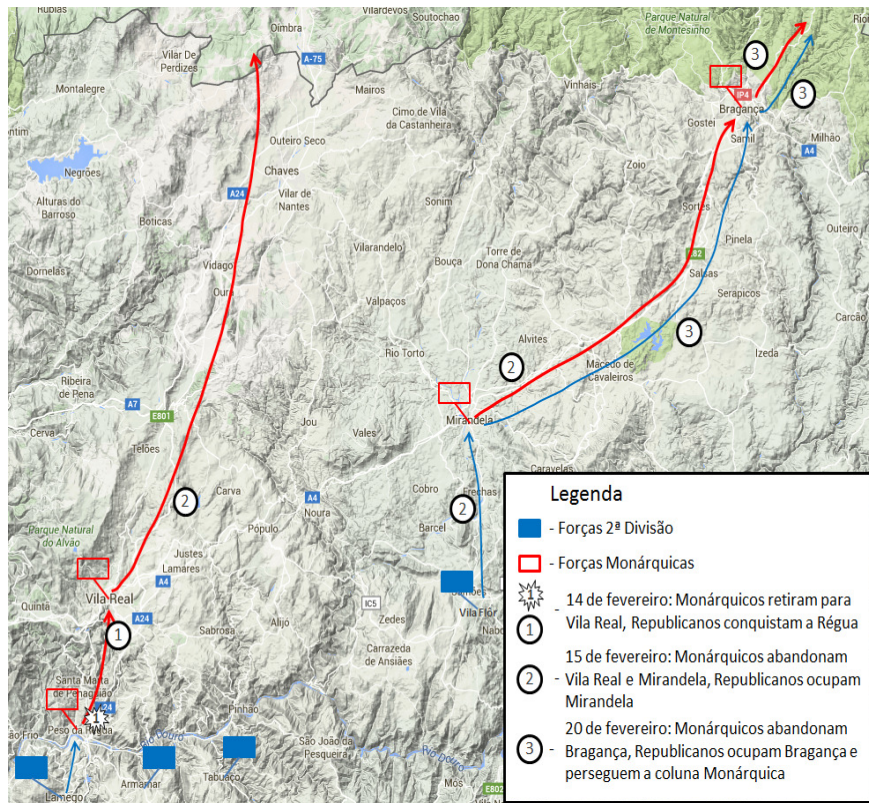


Figura 7 – Situação da 2ª Divisão (14 a 20 de fevereiro)

Fonte: (Adaptado pelo autor a partir de QG 2ª Divisão, 1919a; Google, 2016)

Com o país liberto de forças monárquicas, esta Divisão encerra as suas atividades como QG em operações no dia 21 de Fevereiro (QG 2ª Divisão, 1919a, pp. 63-72).

Entretanto, no dia 16 de fevereiro, a 5ª Divisão declara a região do Porto e do Minho liberto de forças monárquicas, entrando no Porto e enviando forças para ocupar Penafiel. Esta Divisão, agora com a designação de 8ª Divisão²⁸, muda o seu esforço, por indicação do CCFO, para a manutenção da ordem e salvaguarda de vidas e propriedades. Tal como a 2ª Divisão, o QG da 5ª Divisão em Operações encerra o seu serviço em 21 de fevereiro (QG 5ª Divisão, 1919a, pp. 50-63).

²⁸ Ver capítulo anterior.

Conclusões

Nesta investigação propusemo-nos a estudar a reação militar da I República contra a Monarquia do Norte, sendo essa reação dividida em três componentes: a organização das forças republicanas, a sua evolução ao longo da campanha e as operações por elas conduzidas.

No que concerne à organização, concluímos que as forças da República organizaram-se com base no que já existia no Teatro de Operações. Foram criados no Exército a 2ª Divisão e a 5ª Divisão em Operações a partir da componente fixa dessas mesmas forças, tendo ocorrido o mesmo processo na Marinha com a criação da Divisão Naval em Operações para apoiar as forças terrestres. Estas forças tiveram inicialmente de ser constituídas à custa das unidades existentes nas áreas das Divisões (no caso da Divisão Naval correspondia às forças disponibilizadas pela Marinha) tendo em conta a dificuldade inicial por parte da República em reforçar estas unidades, mercê dos vários acontecimentos que estavam a decorrer na capital e os quais foram aludidos anteriormente. De realçar que esta tendência para manter as forças em operações com base na estrutura territorial implementada verificou-se ao longo da campanha, como se pode constatar pelo facto de se recriarem a 3ª e 8ª Divisões quando a sua área geográfica de implementação foi restaurada.

No que respeita à evolução as forças republicanas, verificamos que o governo da República iniciou imediatamente os esforços de convocação e mobilização, chamando de volta aos quartéis os militares em licença e apelando à população civil para se voluntariar para combater contra a Monarquia. Este processo não é liberto de problemas, sofrendo atrasos e criando unidades heterogéneas que foram sendo enviadas para reforçar as Divisões a medida que estavam prontas a marchar. As Divisões foram reorganizando as suas subunidades à medida que estas iam chegando, optando ambos os Comandantes por criar Destacamentos de armas combinadas, em que agruparam unidades de Infantaria, Cavalaria e Artilharia.

Finalmente, em relação à condução das operações contra a Monarquia do Norte, estas ocorreram em três fases que apelidamos de contenção, ofensiva e consolidação. Na primeira fase, as forças da 2ª e 5ª Divisões estabeleceram uma força de cobertura ao longo do rio Vouga e do rio Douro enquanto a Divisão Naval estabelece um bloqueio aos portos a Norte de Aveiro, apoiando as operações terrestres com artilharia naval sempre que possível. De destacar também nesta fase os eventos externos às operações de combate que tiveram influência nestas, como a revolta monárquica em Lisboa que atrasou a mobilização dos reforços e a intervenção da “Coluna Negra” de

Teófilo Duarte, que ameaçou a retaguarda das duas Divisões num momento crítico da sua atuação. Na segunda fase, com as Divisões terrestres a receberem reforços por parte do governo, iniciam-se as investidas para Norte, a fim de, inicialmente, expulsar as forças monárquicas do território a Sul do Douro, e, posteriormente, libertar toda a região de Trás-os-Montes, permitindo assim concentrar esforços na conquista do Porto, onde se esperava que os monárquicos montassem uma defesa aguerrida. As operações correm de feição para as forças republicanas mas, mais uma vez, um evento externo vem influenciar o decorrer das operações, neste caso a restauração da República no Porto, que torna inconsequente o cenário da defesa destemida dos monárquicos nessa cidade. Finalmente, na terceira fase, a tónica das operações das forças republicanas foi colocada na perseguição e captura das unidades monárquicas que ainda se encontravam em território português, já desmoralizadas e em fuga. Ainda nesta fase, foi também colocada enfâse na manutenção da ordem pública como preparação do pós-conflito. Outra conclusão a retirar da condução das operações por parte das forças republicanas, prende-se com a preocupação de apoio mútuo que existiu entre as várias Divisões, com vários episódios de intervenção de forças de uma Divisão na área das outras em apoio desta última.

Bibliografia

- A Capital, 1919a. *A vitória é certa*. [Em linha] Disponível em: http://hemerotecadigitalcm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1919/Janeiro/Janeiro_master/ACapitalN2989aN3420.pdf [Acedido em 10 junho 1916].
- A Capital, 1919b. *A paz em Santarém*. [Em linha] Disponível em: http://hemerotecadigitalcm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1919/Janeiro/Janeiro_master/ACapitalN2989aN3420.pdf [Acedido em 23 maio 2016].
- Allegro, J. L. S., 1988. *Para a história da monarquia do norte*. Amadora: Bertrand.
- Araújo, A. T. B., 1919. *Relatório do Comandante da Divisão Naval de Operações*. [Datilografado] Documentação Avulsa, Forças Navais, Divisão Naval de Defesa e Instrução, Caixa 1378-12. Lisboa: Arquivo Histórico da Marinha.
- Baptista, R. d. C., 1919. *Relatório do Chefe de Estado Maior*. [Datilografado] 1ª Divisão, Secção 37, Caixa 3, Documento 6. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.

- Bastos, J., 1919. *Directivas enviadas aos comandos das Divisões em 20 de janeiro de 1919*. [Manuscrito] 1ª Divisão, Secção 37, Caixa 1, Documento 8. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- Duarte, T., 1941. *Sidónio Pais e o seu consulado*. Lisboa: Livraria Portugália.
- ETE Sta. Comba Dão, 1919. *Carta dos funcionários da ETE de Sta. Comba Dão ao Comandante da 2ª Divisão de 13 de fevereiro de 1919*. [Manuscrito] 1ª Divisão, Secção 37, Caixa 43, Documento 1. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- Ferreira, J. M., 2004a. As Forças Armadas e a República: antes, durante e depois da Primeira Guerra Mundial. In: M. T. Barata e N. S. Teixeira, eds. *Nova História Militar de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, pp. 267-276.
- Ferreira, J. M., 2004b. O Sidonismo e os Militares. In: M. T. Barata e N. S. Teixeira, eds. *Nova História Militar de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, pp. 277-286.
- Google, 2016. *Portugal – Google Maps*. [Em linha] Disponível em: <https://www.google.pt/maps/place/Portugal/> [Acedido em 10 junho 2016].
- Governo da República Portuguesa, 2015. *Chefes do governo desde 1821*. [Em linha] Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/chefes-de-governo/chefes-de-estado.aspx> [Acedido em 14 dezembro 2015].
- IHC, 2013. *Hipólito, Abel*. [Em linha] Disponível em: <http://www.portugal1914.org/portal/pt/historia/biografias/item/2682-hipolito-abel> [Acedido em 11 junho 2016].
- IHC, 2015. *Tamagnini de Abreu e Silva, Fernando (1856 - 1924)*. [Em linha] Disponível em: <http://www.portugal1914.org/portal/pt/escolas-protagonistas/item/7510-tamagnini-de-abreu-e-silva-fernando> [Acedido em 11 junho 2016].
- Ilharco, A., 1919. *Relatório do Comando em Chefe das forças em operações no Norte*. [Manuscrito] 1ª Divisão, Secção 36, Caixa 13, Documento 7. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- Ilustração Portuguesa, 1919. *A revolução monárquica*. [Em linha] Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1919/N676/N676_master/N676.pdf [Acedido em 14 novembro 1915].

- Martins, R., 1922. *A Monarquia do Norte, Vol. I*. Lisboa: Oficinas Gráficas do ABC.
- Martins, R., 1923. *A Monarquia do Norte, Vol. II*. Lisboa: Oficinas Gráficas do ABC.
- MDN, 2015. *Aprova a orgânica do ensino superior militar, consagrando as suas especificidades no contexto do ensino superior, e aprova o Estatuto do Instituto Universitário Militar*. (Decreto-lei 249/2015 de 28 de outubro). Lisboa: Diário da República.
- Oliveira, A. N. R. d., 1993. *História do Exército Português (1910-1945): Volume II*. Lisboa: EME.
- Oliveira, A. N. R. d., 1995. *História do Exército Português (1910-1945): Volume IV*. Lisboa: EME.
- Pinto, J. N., 2010. *Nobre povo: Os anos da república*. 2ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- QG 2ª Divisão, 1919a. *Diário de Campanha*. [Manuscrito] 1ª Divisão, Secção 37, Caixa 1, Documento 3. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- QG 2ª Divisão, 1919b. *Situação diária das forças desta Divisão durante as operações contra os revoltosos no Norte*. [Datilografado] 1ª Divisão, Secção 37, Caixa 1, Documento 1. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- QG 5ª Divisão, 1919a. *Diário de Campanha*. [Manuscrito] 1ª Divisão, Secção 37, Caixa 1, Documento 2. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- QG 5ª Divisão, 1919b. *Directiva n.º 1*. [Datilografado] 1ª Divisão, Secção 37, Caixa 1, Documento 8. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- QG 6ª Divisão, 1919. *Nota 6ª Divisão para o QG CCFO*. [Manuscrito] 1ª Divisão, Secção 37, Caixa 1, Documento 1. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- QG CCFO, 1919a. *Directiva n.º 2 de 1 de fevereiro de 1919*. [Manuscrito] 1ª Divisão, Secção 37, Caixa 1, Documento 8. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- QG CCFO, 1919b. *Cópia feita pela 3ª Repartição do QG CCFO do telegrama n.º 150 enviado pela 2ª Divisão em 3 de fevereiro de 1919 pelas 23h00*. [Manuscrito] 1ª Divisão, Secção 37, Caixa 1, Documento 1. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.

- QG CCFO, 1919c. *Directiva n° 3 de 7 de fevereiro de 1919*. [Datilografado] 1ª Divisão, Secção 37, Caixa 1, Documento 8. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- QG CCFO, 1919d. *Directiva n° 4 de 14 de fevereiro de 1919*. [Datilografado] 1ª Divisão, Secção 37, Caixa 1, Documento 8. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- QG CCFO, 1919e. *Instrução n° 21 de 9 de abril de 1919*. [Datilografado] 1ª Divisão, Secção 37, Caixa 3, Documento 5. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- QG CCFO, 1919f. *Ordem de Batalha referida a 10 de fevereiro de 1919*. [Manuscrito] 1ª Divisão, Secção 37, Caixa 3, Documento 1. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- QG CCFO, 1919g. *Instruções n° 6 de 7 de fevereiro de 1919*. [Datilografado] 1ª Divisão, Secção 37, Caixa 3, Documento 5. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- QG CCFO, 1919h. *Directiva n° 5 de 16 de fevereiro de 1919*. [Datilografado] 1ª Divisão, Secção 37, Caixa 1, Documento 8. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- Santos, L. A. N. d. e Lima, J. M. M. d. V. edits., 2016. *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação*. Lisboa: IUM.
- Serrão, J. V., 1989. *História de Portugal: Volume XI A Primeira República (1910-1926) História Política, Religiosa, Militar e Ultramarina*. Lisboa: Verbo.
- Silva, A. M. d., 2006. *Sidónio e Sidonismo – Vol. 2 - História de um Caso Político*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Telo, A. J., 1980. *Decadência e queda da I República Portuguesa: 1º Volume*. Lisboa: A Regra do Jogo.

Com o apoio da Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da I Guerra Mundial



100 ANOS 1914 1918 GRANDE GUERRA

Editorial: cidium@ium.pt

Telefone: 213002100 Fax: 213002162

Morada: Rua de Pedrouços - 1449-027 Lisboa



Capa

Composição gráfica

Tenente-Coronel - TINF Rui José da Silva Grilo

Sobre aguarela de

Tenente-General Vítor Manuel Amaral Vieira